

SOCIEDADE ESTADO

EDIÇÃO COMEMORATIVA — 1995



SOCIEDADE **e** ESTADO

EDIÇÃO COMEMORATIVA — 1995

VINTE E CINCO ANOS de
UNIVERSIDADE de BRASÍLIA
e SOCIOLOGIA em
PÓS-GRADUAÇÃO

SOCIEDADE E ESTADO
Revista semestral de Sociologia
Edição Especial – 1995

Impresso no Brasil sob a responsabilidade do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília Campus Universitário – Asa Norte – 70910-900 – Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1995 by Departamento de Sociologia da UnB
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte. A Revista não se responsabiliza pelo teor dos artigos assinados.

Comitê Editorial

Angélica Madeira
Eurico A. G. C. dos Santos
Maria Lúcia Maciel
Roberto S. G. Moreira

Comitê Organizador

Vilma Figueiredo
Ana Maria Fernandes
João Gabriel L. C. Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora: Fernanda Sobral

Secretário: José Tomás Muassamuama

Projeto Gráfico: Sabrina Lopes

Editores: Ana Rocha

Capa: Roberta Cruz

Sociedade e Estado / Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – Brasília: O Departamento, 1986 – v.: 20.cm.

Edição especial

ISSN 0102-6992.

1. Sociologia I. Universidade de Brasília – Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sumário

Apresentação	5
Pós-graduação em Sociologia: uma construção institucional	9
<i>Fernanda Sobral</i>	
A Sociedade Brasileira de Sociologia na festa do SOL	13
<i>Maria Stela Grossi Porto</i>	
25 anos: uma história	17
<i>Roque de Barros Laraia</i>	
Sociologias e Sociólogos	19
<i>Vilma Figueiredo</i>	
A Sociologia e a reforma do Estado	27
<i>Benicio Viero Schmidt</i>	
A Pós-graduação e os cursos de Sociologia no Brasil	35
<i>Carlos Benedito Martins</i>	
A Sociologia no conjunto das Ciências Humanas e Sociais	51
<i>Isabel Tavares</i>	
Vinte e cinco anos de Pós-graduação em Sociologia: para quê?	59
<i>Ana Maria Fernandes</i>	
Pioneirismo e profissionalização: revisitando a pós-graduação em Sociologia da UnB	63
<i>Regina Lúcia M. Morel</i>	
Ensinar e ensimesmar: a atuação como professora do departamento de Sociologia	71
<i>Mariza Veloso Motta Santos</i>	
Sociologia e políticas de saúde: a experiência do programa de pós-graduação em Sociologia da UFMG	77
<i>Mercês Somarriba</i>	
Um tempo à reflexão	83
<i>Laura Maria Goulart Duarte</i>	
Breve história de uma vocação	91
<i>Danilo Nolasco C. Marinho</i>	
A Sociologia na UnB: uma visão interna	97
<i>Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro</i>	
A Sociologia e seus mestres na UnB	103
<i>Eurico A. G. C. dos Santos</i>	
Minha introdução à Sociologia	107
<i>Jessé J. F. de Souza</i>	
Corpo letra "A"	111
<i>Deis E. Siqueira</i>	
<i>Lourdes M. Bandeira</i>	
<i>Christiane Girard. F. Nunes</i>	

A propósito de pluralismo e diversidade	119
<i>João Gabriel L. C. Teixeira</i>	
Formação sociológica e atuação profissional: assessoria parlamentar no Senado Federal	123
<i>Caetano Ernesto Pereira de Araújo</i>	
A parceria da Embrapa com os sistemas estaduais de pesquisa	133
<i>Cyro Mascarenhas Rodrigues</i>	
Vinte Anos de Sociologia e de Governo	147
<i>Silvia Velho</i>	
A Sociologia e suas publicações	153
<i>Roberto Moreira</i>	
Publicações do SOL: A Revista <i>Sociedade & Estado</i>	155
<i>Maria Angélica Madeira</i>	

Apresentação

Este é um número especial da Revista *Sociedade e Estado*, dedicado aos 25 anos da pós-graduação em Sociologia na UnB. Estas bodas de prata do programa de pós-graduação do SOL com a UnB merecem muita comemoração: realizou-se o seminário em junho e, agora, publica-se este número especial de *Sociedade e Estado*. Reconhecemos, no entanto, que há muito, mesmo, a celebrar.

São 25 anos de um fazer, ensinar e aprender uma Sociologia duradoura, relevante e de qualidade. Um bom exemplo dessa boa Sociologia deve ser encontrado neste volume, onde alguns docentes e ex-alunos do programa exercitam reflexão, basicamente, sobre o próprio programa, sobre a Sociologia e sobre os sociólogos.

Os textos publicados neste número seguem o programa do seminário. Na *Abertura*, Fernanda Sobral explicita as razões e objetivos do Seminário Comemorativo. Seu texto é seguido por comunicação apresentada por Maria Stela Grossi Porto, em nome da Diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) acentuando a contribuição da pós-graduação do SOL na sua própria reconstrução.

Na sessão *Sociologia e Sociólogos*, Roque Laraia prefacia a conferência sobre esse tema proferida por Vilma Figueiredo que enfatiza o fato de que “25 anos de uma vida institucional – neste país onde a memória é curta e a cidadania precária – significam já alguma coisa”.

Sobre a *Sociologia e a Reforma do Estado*, nosso palestrante, Benício Viero Schmidt, professor do SOL e presidente da FAP-DF, retoma mestres clássicos e contemporâneos para discutir os desafios que a Sociologia, especialmente a Sociologia Política, enfrenta na atualidade.

Para discutir o tema *Sociologia e Políticas Públicas* (para a pós-graduação), foram convidados Carlos Benedito Martins, ex-coordenador do Programa, Isabel Tavares, mestre e doutora pelo PG/SOL, e Mercês Somarriba, autora da primeira dissertação de Mestrado do Programa.

Na sessão *A Sociologia na UnB: discentes docentes – a visão externa* foi apresentada uma pequena amostra (todos foram lembrados mas nem todos puderam ser convidados) de ex-discentes do Programa, hoje docentes de outros programas Brasil afora. Esses docentes fizeram questão de destacar o *ethos* acadêmico encontrado no SOL, que teria contribuído indubitavelmente para a consolidação da pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil; particularmente, enfatizaram as especificidades da contribuição do nosso Programa. Incluem-se aqui os textos da coordenadora Ana Maria Fernandes, de Regina Morel e de Mariza Veloso.

Já a sessão *A Sociologia na UnB: discentes docentes – a visão interna* significou um painel sobre a capacidade formadora do Programa. É essa a tônica que permeia os textos dos docentes do SOL que são também ex-discentes do mesmo: Laura Duarte, Danilo Marinho, Christiane Nunes, Lourdes Bandeira, Deis Siqueira, Eurico A. G. C. dos Santos, Jessé Souza e Michelangelo Trigueiro.

Da sessão sobre *A Diversidade de Atuação dos Egressos da PG/SOL* publicam-se os textos do seu coordenador, João Gabriel L. C. Teixeira, de Caetano Ernesto Pereira de Araújo, Cyro Mascarenhas e Sílvia Velho, mostrando que a diversidade é resultante de um pluralismo exercitado nos vários níveis e instâncias do Programa.

Finalmente, Roberto Moreira e Angélica Madeira fazem um balanço das publicações do SOL enfatizando a *Série Sociologia e Revista Sociedade e Estadô*, respectivamente, e destacam o lançamento de *Textos Graduados*, revista dos alunos de graduação em Ciências Sociais.

Ao traçarmos essa verdadeira exegese da nossa produção, avaliamos também os procedimentos que utilizamos, além dos

resultados obtidos durante esses 25 anos. É o cumprimento desse objetivo que nos autoriza a tentar, daqui por diante, novos horizontes conceituais, assentados na pluralidade e diversidade da experiência vivenciada pelos que passaram pela pós-graduação do SOL.

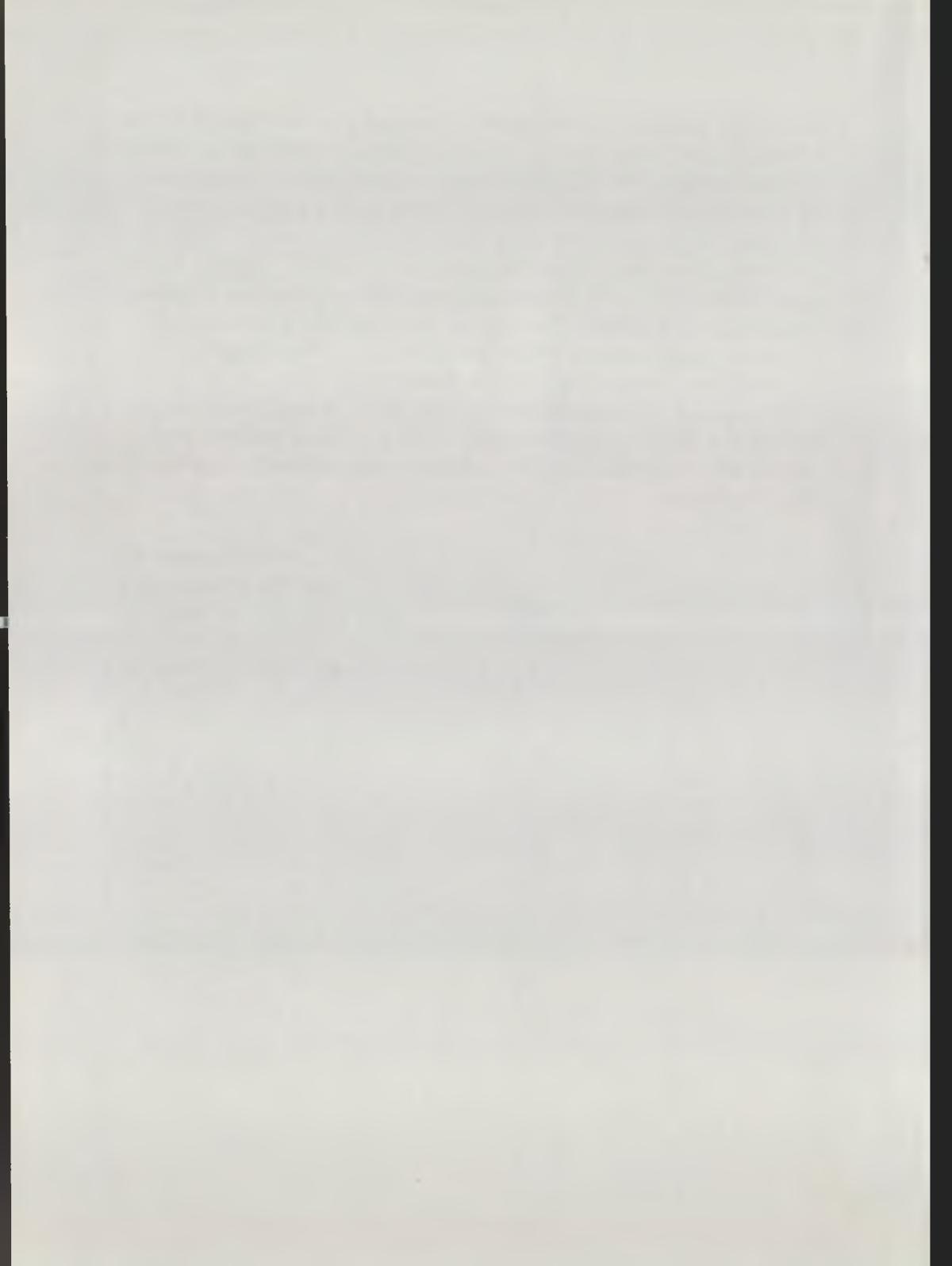
Dessa forma, desejamos também que o evento e agora o seu registro escrito tenham construído pontos de inflexão que projetem uma nova fase para a Sociologia na UnB: mais realizações e conquistas, seja de novos domínios teóricos e metodológicos, seja de mais vastas amplitudes institucionais.

Continuamos decantando (e deveremos ter, sempre, energia para fazê-lo) vaidades, ambições cegas, confusões entre poder e Poder, incompetência fantasiada por discursos empolados e extraindo a *boa Sociologia*.

Vilma Figueiredo

Ana Maria Fernandes

João Gabriel L. C. Teixeira



Pós-graduação em Sociologia: uma construção institucional

Fernanda Sobral

Inicialmente, gostaria de falar do imenso prazer e, eu diria mesmo, da emoção de estar abrindo essa sessão que comemora os 25 anos da Pós-Graduação em Sociologia da UnB, na medida em que sou professora desse programa, estou atualmente na sua coordenação, tendo já sido também sua aluna.

Entretanto, gostaria de enfatizar que se trata de comemorar uma construção institucional, isto é, uma obra coletiva e consolidada, o que ainda é mais valioso. Se a Sociologia, segundo o nosso clássico Durkheim, é a ciência que busca conhecer a gênese e o funcionamento das instituições, como não festejar uma instituição que tem analisado com regularidade e qualidade as instituições políticas, religiosas, culturais, ainda mais num país onde as descontinuidades das políticas nem sempre favorecem a consolidação de instituições?

Em sendo uma construção institucional, deve-se a muitas pessoas, professores, alunos e funcionários que se dedicaram a essa obra: uns mais temporariamente e outros continuamente, ou mesmo, durante toda sua vida acadêmica. São tantas essas pessoas que planejaram o Mestrado e o Doutorado, deram aulas, orientaram ou elaboraram dissertações de mestrado e teses de Doutorado, coordenaram o programa, ou seja, que contribuíram para o seu bom andamento e para o aumento do conhecimento sociológico, que seria difícil enumerá-las e citá-las.

Fernanda Sobral é professora do Departamento de Sociologia da UnB.

No entanto, alguns aspectos importantes nessa construção institucional devem ser ressaltados. Primeiramente, eu diria que, no Brasil, a política de pós-graduação é talvez das mais bem sucedidas, no sentido da sua estabilidade e de sua preocupação com a qualidade. O fomento do CNPq e da Capes, através de bolsas no país e no exterior, recursos materiais para manutenção dos cursos e auxílios para pesquisas, ao lado da avaliação desenvolvida pela Capes, na qual estamos com conceito A, tem representado um grande estímulo para a pós-graduação no Brasil e para o nosso programa de pós-graduação. Atualmente existem aproximadamente 1.100 cursos de Mestrado e 550 cursos de Doutorado no país.

Outrossim essa construção institucional também se deve ao fato de que aqui se possibilitou o surgimento de certas lideranças intelectuais ao lado da constituição de equipes de pesquisa formadas por professores, alunos de pós-graduação e graduação.

Também merecem destaque os diferentes tipos de formação de nossos professores (européia, americana, brasileira e interna), as diferentes tendências teórico-metodológicas e de temáticas abordadas. Essa diversidade faz com que estudos mais teóricos sejam desenvolvidos ao lado de outros que se concentram em determinados contextos específicos. Foram realizados trabalhos teóricos sobre autores como Weber, Marx, Durkheim, Freud, Habermas, sobre temas gerais como ideologia, desenvolvimento, dependência, urbanização e sobre pensadores que deram contribuições à Sociologia Brasileira como Florestan Fernandes e Roger Bastide. Também foram realizados inúmeros trabalhos em Sociologia Rural sobre pequena produção, parceria, campesinato, capitalização da agricultura, reforma agrária, tecnologia agropecuária; em Sociologia da Educação sobre vestibular, produção científica na universidade, livro didático, reformas educacionais e/ou legislação educacional (Constituinte e sindicalismo, movimento operário, coronelismo, processo de democratização e/ou de transição política, estado e políticas sociais e movimento ecológico; em Sociologia da Cultura, do Esporte e da Religião sobre práticas culturais como capoeira, karatê, jogo de futebol, música e literatura brasileira, sobre doutrinas religiosas como a Teologia da Libertação; em Sociologia da Ciência e da

Tecnologia sobre política científica e tecnológica, informática, biotecnologia, associação entre universidades e empresa.

Há também uma certa evolução temática no decorrer dos 25 anos da pós-graduação em Sociologia. Se, no seu surgimento, o Mestrado se concentrava em Sociologia do Desenvolvimento, tema que, nesse período, era de grande interesse nacional e onde havia extensa produção, em 1984, com a criação do Doutorado, a área de concentração passou a ser "Estado e Sociedade", dentro da mesma lógica. Já em 92, é criada uma outra área de concentração, Ciência, Tecnologia e Sociedade, visando a contribuir também para o conhecimento das condições e dos impactos sociais do desenvolvimento científico e tecnológico no mundo moderno. Ou seja, as mudanças na sociedade e os rumos da produção do conhecimento sociológico nortearam a nossa própria evolução temática. As pesquisas atuais, por exemplo, abordam a arte, o misticismo, as relações de gênero, o meio ambiente, a tecnologia, temas emergentes que passam a ter espaço no campo científico da Sociologia.

A primeira dissertação de Mestrado, de Maria das Mercês Gomes Somarriba, aprovada em 1973, abordava "O Desenvolvimento como Processo Histórico: Considerações sobre o Caso Brasileiro", enquanto que a última tese de doutorado, de Maria Antônia Alonso de Andrade, aprovada esta semana, trata das "Representações Sociais da Política: Por uma redefinição do conceito de Cultura Política".

Dessa forma, a estabilidade da política de pós-graduação, a preocupação com a qualidade, a diversidade teórico-metodológica e temática com solidez de conhecimento e, finalmente, a capacidade de acompanhar os temas emergentes fizeram a consolidação desse programa de pós-graduação. É isso que devemos comemorar, discutindo, nesse seminário, através de várias dimensões, o caminho percorrido nesses 25 anos para que possamos pensar e construir melhor o futuro.



A Sociedade Brasileira de Sociologia na festa do SOL

Maria Stela Grossi Porto

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha alegria em poder participar das comemorações dos 25 anos da pós-graduação do Departamento de Sociologia – SOL – da Universidade de Brasília. Impossibilitado de deixar São Paulo, o professor Sérgio Adorno, presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS – transferiu-me a incumbência de representá-lo. Na condição de membro da diretoria da SBS e docente do SOL, esta é uma tarefa da qual me desencumbo com enorme satisfação.

Minha intervenção será rápida e centrada, sobretudo, nos objetivos da SBS e em suas relações com o SOL.

Necessidade sentida desde os anos trinta, uma associação científica que congregasse os sociólogos brasileiros, transforma-se em realidade na década de cinquenta, quando se constitui em âmbito nacional a Sociedade Brasileira de Sociologia, que realiza seu primeiro Congresso em 1954 e o segundo em 1962. Já naquele momento, seu principal objetivo e eixo aglutinador dos fundadores foi a preocupação com a constituição de um espaço institucional, específico da Sociologia e do seu desenvolvimento e consolidação como disciplina científica, no contexto da ciência no Brasil. Entretanto, segundo depoimentos recentes de sociólogos que se debruçaram sobre a história da SBS, dificuldades de distintas ordens, então insuperáveis, inviabilizaram seu funcionamento normal, somente retomado na década de 80. Mais precisamente em 1985, quando sociólogos vinculados à Anpocs, alguns deles participantes

Maria Stela Grossi Porto é professora do Departamento de Sociologia da UnB.

do momento inicial de criação da SBS, decidiram reativar sua associação. Simbolicamente, o local escolhido para a reunião que marcaria a retomada da SBS foi Belo Horizonte, cidade que havia sediado o segundo e último congresso, naquela fase inicial. Uma nova diretoria foi eleita e o terceiro congresso foi definido: Brasília, 1987. Desde então a SBS tem-se constituído em espaço privilegiado para a reflexão e o debate, no campo específico da disciplina, juntamente com a Anpocs, associação que desempenha papel semelhante no contexto mais abrangente das ciências sociais em geral. Desde então, como voltarei a mencionar abaixo, o SOL esteve presente na SBS consubstanciando uma união que acredito enriquecedora para ambos.

Do momento fundador aos dias atuais, a Sociologia vem-se modificando. Afirmção que, válida para seu desenvolvimento desde os clássicos, reflete igualmente suas transformações no contexto brasileiro. A Sociologia hoje, no Brasil como no mundo, caracteriza-se por uma diversidade e uma complexidade crescentes que convivem, no entanto, com a possibilidade e a real existência de uma unidade mais abrangente que configura, limita e delimita o campo científico da disciplina. Sem retomar a controvérsia metodológica acerca da unidade ou dualidade do processo de conhecimento, polêmica que ocupou parte das preocupações teóricas dos nossos clássicos, lembraria apenas que a Sociologia é hoje uma disciplina que conquistou seu lugar no cenário científico. A ausência do paradigma único, preconizado por Kuhn como distintivo das ciências maduras, não se constituiu em obstáculo para que a Sociologia, guardando seu "dom da eterna juventude", se organizasse e organizasse seu campo de atuação. Possibilitando, para além da pluralidade das sociologias, o reconhecimento da singularidade do objeto e da explicação sociológica. Esta "eterna juventude" faz da Sociologia uma ciência que combina o caráter afirmativo de suas análises, fundamentadas em rigor metodológico e sólida construção teórica, com o questionamento constante do ofício do sociólogo. Este traço questionador é o que permite flexibilidade ao olhar sociológico, requisito indispensável a uma ciência cujo objeto é ele mesmo mutante. Entretanto, tais características não são um dado do fazer sociológico mas uma condição para a boa sociologia, que se define, portanto, como

atividade em permanente processo de construção. Neste sentido, a consolidação da Sociologia é uma tarefa em aberto: acompanha o dinamismo da realidade social e requer uma vigilância constante para que a construção teórica não se descole do objeto.

Não seria exagero ou falta de modéstia afirmar que, no contexto recente da Sociologia no Brasil, a SBS vem desempenhando importante papel no desenvolvimento da disciplina, constituindo-se como um espaço fértil para a reflexão e o debate que acolhe a diversidade temática e teórica, mas também permanece atenta à necessidade de preservar o rigor científico e a qualidade da Sociologia. Sociologia que a própria SBS contribui para produzir e divulgar, através, sobretudo, de seus encontros, congressos e publicações como, por exemplo, seu boletim. A Sociedade Brasileira de Sociologia tem presença constante na SBPC e na Anpocs, participa como membro efetivo da International Sociological Association – ISA –, assim como de suas congêneres latino-americanas.

Por meio dessas atividades e de outras que não teria condições de detalhar agora, a SBS vem colaborando efetivamente com o processo de institucionalização da disciplina no contexto brasileiro. A preocupação com a tarefa de construção institucional é, a meu ver, um traço e uma marca de atuação que a SBS compartilha com o SOL.

A comemoração dos 25 anos da pós-graduação do Departamento de Sociologia testemunha por si mesma a contribuição deste Departamento para a constituição do estatuto de legitimidade da Sociologia no cenário da ciência no Brasil. Sob o ângulo da produção científica, a Sociologia da UnB tem perseguido a excelência acadêmica, com teses de mestrado e de doutorado premiadas, ao lado de reconhecida produção docente, fundamentada em linhas de pesquisa sólidas, atuais e em sintonia com questões e debates da atualidade. Institucionalmente, o SOL se faz presente nas principais associações e sociedades científicas, internas e externas à área. Dentre estas ressalto de modo especial sua participação na SBS.

Como já assinalado, desde a retomada das atividades da SBS o SOL está presente: participou da composição da diretoria da entidade em 1987, quando a Professora Vilma Figueiredo assumiu a Secretaria Executiva da entidade, juntamente com o Professor

Gabriel Cohn, que assumia a presidência. Desta forma, contribuiu para o processo de reorganização e de consolidação da SBS, delineando, a partir daquele momento, algo que considero um traço marcante das íntimas relações entre a SBS e o SOL: a atuação de ambos no sentido da institucionalização da Sociologia no Brasil. Assim, do histórico congresso de Belo Horizonte aos nossos dias, o Departamento de Sociologia da UnB, por compreender o sentido da SBS e compartilhar seus objetivos, esteve presente em todas as suas gestões posteriores.

Minha expectativa e meu desejo são de que possamos continuar caminhando juntos, SOL e SBS, nesta parceria que nos traz prazer e satisfação, pois reflete uma soma de esforços e de energia em favor de um alvo caro a ambos: a Sociologia

Em nome do professor Sérgio Adorno e em meu próprio, agradeço ao Departamento de Sociologia a oportunidade que proporcionou à SBS de se integrar à festa do SOL

25 anos: uma história

Roque de Barros Laraia

O Programa de Pós Graduação da Universidade de Brasília completou 25 anos. É mais velho que o SOL, pois foi criado no âmbito do recém criado, hoje extinto, Departamento de Ciências Sociais.

Na verdade, a sua pré-história iniciou-se um ano antes, quando a UnB começou o seu processo de renascimento, abalada ainda pela grande crise política de 1965, quando perdeu a maior parte de seus professores competentes. Foi em 1969 que cheguei a Brasília com o encargo de extinguir o Departamento de Ciência Política e o de Antropologia e Sociologia e formar o novo Departamento de Ciências Sociais. Para fazer isto foi necessário demitir professores sem adequada competência acadêmica, que ingressaram na Universidade aproveitando o vazio pós-65. Foram eles substituídos por docentes competentes recrutados em sua maioria na vizinha Minas Gerais, com a intrusão de alguns cariocas. Com um novo quadro docente foi possível criar, de imediato, o curso de graduação em Ciências Sociais que recebeu a adesão de muitos alunos que o aguardavam, enquanto faziam outros cursos.

Em 1970, com o apoio decidido da Fundação Ford, foi possível criar o mestrado em Sociologia. Isto foi feito, paradoxalmente, em um momento em que outros centros de Sociologia do país sofriam uma forte perseguição política. Foi quando muitos cientistas sociais foram arbitrariamente aposentados, entre eles o atual Presidente da República.

Roque de Barros Laraia é professor do Departamento de Antropologia da UnB e membro da Diretoria Científica da FAP/DF.

Apesar de sua proximidade física com um governo autoritário, o Programa pôde exercer a sua atividade de crítica acadêmica e não houve nenhuma restrição ao conteúdo das disciplinas ministradas, onde eram constantemente estudados os textos de Marx, Weber e Durkheim. Os títulos dos trabalhos então produzidos atestam estas afirmações. É verdade que alguns seminários realizados em casas de docentes foram confundidos com reuniões de "aparelhos", não tendo a mesma imunidade das salas de aulas do Programa.

25 anos depois, em um mundo muito mudado, após ter assistido à incrível revolução da informática, a queda do muro de Berlim, o desmoronar do império soviético, o intenso renascer das etnias, posso dizer que valeu a pena ter participado daquele momento inicial e ver que o Programa é hoje um dos melhores do país. É muito gratificante encontrar entre os seus docentes atuais muito daqueles que foram os seus primeiros alunos. Alunos estes que acreditaram no Programa quando ele dava os seus primeiros passos.

Em 1970, o país estava mergulhado nas trevas de uma ditadura, mas foi então, naquele momento, que o SOL começou a brilhar!

Sociologias e Sociólogos

Vilma Figueiredo

Não tivesse eu sido pautada pelos meus colegas organizadores deste evento, teria preferido *Sociologia e Sociólogos*. Uma Sociologia fala mais perto de minha sensibilidade profissional, pois considero todas as Ciências objetivas e exatas na medida da capacidade humana de produzir conhecimento partilhável e eficaz. E, se assim o fazem, são e serão, sempre, cada uma, uma ciência, com as tonalidades e matizes que lhes dão temas e problemas vários, tratáveis e tratados, porém, de maneira semelhante, com os devidos rigor conceitual e disciplina metódica.

No entanto, é por aí mesmo que se constituem as sociologias: de repente, as maneiras não mais se assemelham e começa-se a fazer outra coisa. Não quero voltar a Kuhn e à normalidade da ciência ou à revolução paradigmática. Não por deixar de achar o tema interessante, mas por tentar não divagar e não perder de vista a minha pauta.

Pensava eu por tais vias, quando se me apresenta o texto de Ralph Dahrendorf a propósito, também, de festejos. No caso, das comemorações dos 100 anos da *London School of Economics* (LSE), igualmente neste ano de 1995. E lá dizia ele que, na análise das contas e feito o balanço, a escola de Londres, o que fez, neste tempo razoavelmente longo, foi distanciar-se da Sociologia.

E, então, que penso e que faço eu? Ocorreu-me, em primeiro lugar, considerar o tempo como uma variável básica. 25 anos, $\frac{1}{4}$ de século, idade de minha primeira filha. O tempo é uma variável sensível aos usos e modos. 25 anos numa vida pessoal é, ainda, o

Vilma Figueiredo é pesquisadora do CNPq e membro da Diretoria Científica da FAP-DF.

começo – especialmente quando vistos do *meu* tempo. 25 anos de uma vida institucional – neste país onde a memória é curta e a cidadania precária – significam, já, alguma coisa sólida.

Ainda mais quando o que está em pauta é uma instituição de elite – um curso de pós-graduação – e uma disciplina acadêmica discreta – cujos resultados concretos e perceptíveis não são facilmente captados, parecendo, para a maioria das populações, um exercício meramente diletante e desnecessário. Neste caso, os 25 anos parecem equivaler aos 100 de outras plagas e contextos.

É assim que vimos o nosso programa, nós que estamos envolvidos com ele desde o início: uma relevante realização institucional, que se destaca no ambiente acadêmico-científico brasileiro e conecta-se com vários congêneres em outros países. E queremos comemorar, juntamente com todos aqueles que contribuíram, de maneira diversa e sempre valiosa, para a criação, recriação e consolidação deste programa de pós-graduação em Sociologia da UnB. Não foi possível trazer todos – docentes e ex-docentes, alunos, ex-alunos, funcionários e ex-funcionários e todos os amigos e colegas que nos apoiaram e apoiam – faltaram recursos e já faltam alguns de nós. Aqui estamos, porém, em número suficiente para garantir o brilho do SOL e pretendemos, juntos, celebrar essa significativa vitória dos 25 anos de Pós-Graduação.

Então... é o tempo, são as sociologias e são os sociólogos. E é a celebração. Em primeiro lugar, as celebrações são oportunidades únicas para balanços, avaliações, retomadas e propostas de renovação. Isso, certamente, será feito nesses três dias. De tempos em tempos, acontece com qualquer disciplina acadêmica-científica o dar uma festa e fazer uma pausa para balanço. É fundamental para que continuem vivas.

Com a Sociologia, é freqüente o auto-questionamento. Cada disciplina científica tem o seu “tempo” de maturação e análise de problemas e de formulação de temas de pesquisas. A Sociologia precisa, periodicamente, pensar-se a si própria de modo a equipar-se para o enfrentamento de questões e dimensões que a sempre móvel realidade social produz. É assim que em quase todos os congressos, seminários, aniversários e outros encontros a Sociologia olha para si mesma, quando não por todo evento, pelo menos em uma sessão.

É necessário que assim seja. É esse o procedimento adequado para o ajuste de conceitos e métodos aos desafios propostos pela realidade social e a conseqüente produção da reflexão sociológica. E é preciso não esquecer, jamais, que nem toda a análise da sociedade é reflexão sociológica. Nem Comte, que pretendeu para a sociologia um *status* de super ciência, chegou a negar explicitamente outras formas pelas quais a sociedade pudesse ser pensada e refletida. É verdade que ele esteve muito tentado a isso, especialmente no final, quando faz da sociologia religião. Mas isso no final, e Comte é um caso extremo. Para demais sociólogos, clássicos e contemporâneos, a Sociologia é uma, dentre outras, maneiras de conhecer a sociedade. E é muito bom que assim seja, pois, muitas vezes, a Sociologia “não dá para o gasto” e vamos buscar na literatura e noutras artes o conhecimento de que carecemos.

A Sociologia é *uma* ou são *muitas* maneiras de conhecer a sociedade? Retomo, então, o fio que deixei lá no início. Num nível maior de abstração quando se considera o rigor metodológico e a coerência teórica para a produção de um conhecimento o mais objetivo possível e partilhável por quem por ele se interesse, a Sociologia é uma, como o são as demais disciplinas.

O interessante, entre nós, é que gostamos de usar o plural. Foi no plural, também, que organizamos o III Congresso Nacional de Sociologia, com o tema *Sociologia, Sociologias*, numa reunião histórica, que marcava a retomada de atividades da Sociedade Brasileira de Sociologia e, diga-se de passagem, organizada por nós, da PG do SOL, aqui na UnB.

Acontece que não se ouve falar com freqüência, por exemplo, das físicas ou das biológicas, das matemáticas ou, mesmo, das antropologias. E, podem acreditar, todas essas ciências, e outras mais, param para pensar em si mesmas e para identificar novas dimensões, novos problemas e novas maneiras de abordá-los.

Enfim, gostamos do plural! (eu, particularmente, já confessei, hoje, que prefiro o singular) É que, ao descermos na abstração, começamos a constatar a diversidade de temas e de problemas e a multiplicidade de maneiras quantitativas e qualitativas de dar contas deles. A tal ponto que passamos a estranhar nosso colega sociólogo e a incluí-lo numa alteridade coletiva, ao invés de nos orgulharmos

de nosso esforço científico, diversificado e complexo, que produz uma ciência igualmente rica, fidedigna e útil.

É assim, também, com a Sociologia na UnB, cujas realizações manifestam-se em diferentes planos e atividades. Não é ufanismo, não. Não terei condições, aqui, de dar provas de todas as minhas afirmações – inclusive porque desnecessárias, já que a coordenação da PG organizou uma série de dados que estão à disposição de todos – mas é possível ilustrar a fala com algumas evidências.

Para começar, o SOL é um departamento com um corpo de 30 docentes, todos doutores e 28 em dedicação exclusiva. Há os cedidos ao governo, mas isso só vem evidenciar a relevância da Sociologia e a competência específica de alguns sociólogos. Há outras evidências de competência, obviamente, e que qualificam estes ou outros sociólogos.

O importante é que a PG/SOL tem sido considerada pelo sistema oficial de avaliação da pós graduação no país – ressalte-se o esforço pioneiro da Capes neste tipo de atividade – como um centro de excelência, desde sua criação. Ouvem-se histórias e estórias sobre nosso desempenho de alto nível. Alguns tentam – como se fôssemos caipiras e ingênuos, além de mutreteiros e corporativistas – dizer que merecemos tais conceitos da Capes apenas porque somos um programa criado segundo as normas da avaliação.

Nenhum de nós da PG do SOL toma conhecimento dessas observações com prazer. Acredito que nenhum de nós, também, decola a ponto de acreditar que nossa instituição e nosso corpo docente e nossos estudantes estejam acima e ao largo de qualquer suspeita. Muito pelo contrário: suspeitamos sempre. Lemos, com cuidado, as produções de todos os nossos colegas. Promovemos, rotineiramente, encontros acadêmicos no Departamento para exposição e discussão de projetos em elaboração, em andamento ou concluídos. Acreditamos ter energia, valores e compromissos que nos obrigam a uma dedicação acadêmica que resulta no conceito que, historicamente, recebemos da Capes. Resumindo, é assim: sentimo-nos merecedores de nosso tradicional “A”.

Ingênuos, nunca. Tímidos, talvez sejamos. Temos cometido o pecado de não divulgar nossos feitos. É difícil distinguir entre a timidez e a preguiça nesse caso, mas como damos tanta evidência

de sermos laboriosos, é mais provável que não promovamos nossas realizações por alguma injustificável timidez. O fato é que muito pouca gente, mesmo integrante de nossa comunidade científica, sabe da excelência da PG/SOL/UnB.

Talvez, estimulados pelos festejos dos 25 anos, comecemos a dedicar algum esforço à divulgação de nossos feitos. Bom seria se não precisássemos ocupar nosso tempo com isso (a eterna mania de setirmo-nos nos céus!), ou, talvez, não. Entremos na real: bom seria isso mesmo! É preciso valorizar e tornar conhecidos os feitos, as idéias, os propósitos e os produtos.

Além da qualidade, excepcional, de nosso corpo docente, é preciso sublinhar que usamos bem o dinheiro público. Nossos alunos bolsistas – ou seja, a, praticamente, totalidade de nossos alunos da PG – completam exigências do programa e titulam-se em tempo *record*, nos parâmetros brasileiros e, também, internacionais. Neste tópico, conseguimos empatar com a *Ivy League* americana. São 115 dissertações de mestrado e 26 teses de doutorado já aprovadas pelo programa.

De 1970 para cá o programa veio organizando suas linhas de pesquisa, que hoje chegam a nove. Ao longo dos 25 anos ocorreu, sim, um movimento de diferenciação e complexidade crescentes que se manifesta na especialização de linhas. Este é um fato a ser reconhecido. Aliás, nada de novo parece estar ocorrendo, pois é tendência identificada por Weber, da qual nem a ciência escapa.

Quer dizer, então, que, assim como a LSE, nosso programa, também, vai-se distanciando da sociologia? Não é o que me parece. Ao meu ver, continuamos a fazer sociologia com a mesma seriedade de 1970. Isto porque continuamos a interrogar a realidade com coragem e disciplina, e, sempre que possível, procuramos “afirmar” soluções viáveis para problemas. No entanto, novos temas foram sendo assumidos enquanto outros perderam força.

Em 1970 nossas atividades de pesquisa cabiam nos parâmetros da chamada sociologia do desenvolvimento, isto é, nossas energias de pesquisa voltaram-se para identificar que forças sociais, através de que formas institucionais contribuem para – ou dificultam – a produção do desenvolvimento econômico, da justiça social e da democracia política. Sem que esses parâmetros tenham caducado,

outras dimensões da sociedade passaram a merecer identificação por nossos conceitos e consideração por nossas estratégias metodológicas. Os esportes, as artes, o meio ambiente, as relações de gênero vieram a ocupar nosso cardápio de pesquisas, ao lado da questão agrária, da educação, da ciência e da tecnologia, do trabalho, do poder político e da cultura.

Até que ponto os novos temas e as maneiras de abordá-los e novas maneiras de abordar os velhos temas distanciam-se da sociologia que fazíamos, aqui, nos anos 70? Inegavelmente há diferenças entre ontem e hoje. Para meus propósitos, destaco:

- 1) deslocamento da base explicativa dos fenômenos em análise – perdem ênfase os fatores econômicos e ganham peso fatores culturais, organizacionais ou políticos;
- 2) perdem encanto as estratégias metodológicas quantitativas, ganhando realce técnicas qualitativas;
- 3) os métodos quantitativos, quando adotados, vêm sempre combinados com análises qualitativas.

Se são essas, de fato, as direções da mudança, então não nos distanciamos tanto dos anos 70, pelo menos não rompemos com eles. Pelo menos, até agora. O que não quer dizer que jamais ocorrerão rupturas e, numa ou noutra direção, a Sociologia poderá vir a dar origem a algo distinto dela mesma enquanto propósitos e enquanto método. Não seria difícil fazer um exercício de antecipação de alguns desses possíveis “rompimentos de fronteiras” a partir da análise das pesquisas que ora se desenvolvem, mas acredito que essa questão escapa ao tema que me foi proposto e fica, então, para outra oportunidade.

Importa é que, até agora, continuamos a fazer Sociologia e, às vezes, Sociologia da boa. É isso o que indicam as premiações de dissertações e teses da PG e o grande número de livros e artigos de professores e alunos publicados em periódicos nacionais e internacionais e em editoras conceituadas.

Temos, também, contribuído para o fortalecimento institucional de nosso sistema de ciência e tecnologia, participando de diretorias de sociedades científicas (SBS, SBPC, Anpocs), do comitê assessor do CNPq e da presidência da área de Sociologia na Capes, além de consultorias à Finep, PADCT e várias outras. Bem

recentemente, temos estado colaborando na criação e consolidação da FAP-DF.

Enfim, temos estado onde deveríamos estar, dedicando nossos melhores esforços a uma cada vez mais competente e eficaz Sociologia e a um ambiente acadêmico-científico movido pelas regras do mérito.

Somos, além disso, cosmopolitas. A formação diversificada de nosso corpo docente é o mais forte indicador de nossa abertura internacional, incluindo titulações nos Estados Unidos, Canadá, México, Inglaterra, França e Alemanha. Temos aproveitado, com vigor, as possibilidades de participação em congressos, as sabáticas e os pós-doutorados para estreitarmos vínculos estabelecidos na fase do doutorado e para abrir outros. Assim, além dos anteriores, incluimos Itália, Bélgica, Austrália, Índia e Rússia no rol de países com quem tentamos estreitar relações, e mais todos os vizinhos latino-americanos e caribenhos.

Sabemos bem que esses empreendimentos internacionais têm seus ritmos e dificuldades específicas, os resultados podendo demorar muito a aparecer, mas afirmamos, com certeza, que temos parceiros espalhados por esse mundo afora.

E afirmamos mais: temos tido êxito, em nosso intercâmbio com países de ciência consolidada, em manter relação de igualdade e de ganhos mútuos – recusamos sempre, relações subalternas – e fazemos o equivalente com países de maior fragilidade no âmbito acadêmico-científico: evitamos sempre o desempenho discriminador, autoritário e, portanto, obscurantista.

Estou falando de Sociologia e de sociólogos. São os sociólogos que fazem essas coisas maravilhosas, que eu tento resumir, aqui, nessa minha fala festiva.

É importante lembrar, então, que esses desempenhos que acabo de mencionar dizem respeito aos *compromissos científicos* dos sociólogos. Evidentemente, como sublinhava Gabriel Cohn no congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia de 1987, os sociólogos têm, também, os *compromissos extra-científicos*.

A análise e a avaliação dos compromissos científicos dos sociólogos está institucionalizada. É tudo aquilo, por exemplo, que resulta no conceito A que nossos cursos de mestrado e de doutorado

tradicionalmente recebem da Capes. Tudo o que resulta nos prêmios que recebemos, nas bolsas que merecemos, nos livros e artigos que publicamos.

Não se esgotam, aí, os sociólogos: há os compromissos extra científicos. E mais: nos extra científicos há os de sociólogos enquanto sociólogos e há aqueles do cidadão em geral. E para esses desempenhos não há critérios consagrados de avaliação. Entramos no campo do bom senso, da moral e da ética cívica.

Há, porém, que não esquecer, jamais, que o sociólogo, no exercício da função pública, deverá levar na bagagem, por exemplo, os ensinamentos da Sociologia sobre autoritarismo (por um lado) e irracionalismo ou populismo (por outro) de modo a usá-los como armas na defesa competente de uma sociedade cada vez mas democrática e mais justa.

Essa é a minha visão das coisas, que creio partilhada pelos colegas do SOL de ontem e de hoje.

Neste ano, em que também se comemoram os 100 anos de publicação das Regras do Método Sociológico, nós celebramos, com simplicidade, mas muito orgulhosos, os 25 anos de nossa pós graduação em uma Sociologia séria, honesta e pertinente.

Finalizando: assinei meu contrato com a UnB em 04 de março de 1970 e comemoro, eu também, neste ano de 1995, minhas bodas de prata com a UnB; fui apresentada pelo professor Maurício Vinhas de Queiroz, que para cá trouxe meu *curriculum vitae*, e abrigada pelo professor Roque de Barros Laraia, aqui chegado em 69 e então chefe do Departamento de Ciências Sociais, que incluía a sociologia, a antropologia, a ciência política. Fomos nos organizando e nos especializando. Acho que deu certo. Quero estar aqui, daqui a 25 anos, para comemorar os 50 anos de êxito da sociologia na UnB, junto com o Roque e demais amigos.

A Sociologia e a reforma do Estado

Benicio Viero Schmidt

Nossa disciplina parece estar à beira de um duplo desafio, neste momento. De um lado, o desafio posto pelo seu caráter de “eterna juventude”, como queria Weber: os campos se interpenetram e, após os fundadores, nossas explicações são pervadidas por outras disciplinas e outras multidimensionalidades dos cânones científicos. Nada tão atual quanto os libelos de Weber, desafiando nossa capacidade de percepção das mudanças e das invariâncias; assim como nada tão precário e preconceituoso quanto o conjunto de perorações que faz, em *Economia e Sociedade*, contra as possibilidades de contribuição da Psicologia à emergente Sociologia. Contradições de um terreno minado e exemplar!

De outro lado, o desafio pertinente à ética da política. Nunca, como agora, houve tantos sociólogos com responsabilidades de poder decisório na estrutura de representação e nas próprias malhas do Estado.

Sucessivas fases de supremacia de bacharéis, e ainda sob forte hegemonia dos economistas, eis que sociólogos assumem postos de relevância e de alta responsabilidade política. É certo que, ao nível legislativo, após Alberto Guerreiro Ramos ter sido deputado federal na década de 60, cassado pelos revolucionários de 1964, há muitos outros casos de sociólogos e antropólogos legisladores. Notório é o caso de nosso símbolo profissional e um dos fundadores da sociologia brasileira contemporânea, Florestan Fernandes. Curiosamente, o mais ferrenho opositor de Guerreiro Ramos, em vida. O universalismo do marxismo-funcionalista de Fernandes contra o reducionismo nacionalista de Guerreiro. Polêmica que

Benicio Viero Schmidt é professor do Departamento de Sociologia da UnB e presidente da FAP-DF.

tanto animou nossas mentes nas décadas de 60 e 70! Seria possível uma “sociologia brasileira”? Sem a mácula das cópias etnocêntricas e das influências das explicações metro-politanas? Por ironia da história, Guerreiro encerrou sua carreira na UCLA (USA), reeditando textos ultra-modernos sobre a administração do Estado e o caráter instrumental da Sociologia; enquanto Fernandes teve brilhante – e recente – desempenho como deputado federal pelo PT/São Paulo.

De qualquer forma, esta é uma ilustração dos dilemas vividos entre a ética que move o cientista e aquela que move o político.

Para muitos de nós, todavia, é uma questão absolutamente pungente e dramática, hoje em dia. Sem a responsabilidade do *vanguardismo*, estamos, de qualquer modo, frente a dilemas antigos e permanentes: o universalismo do intelectual frente às conjunções políticas. Os paradoxos da razão, cultivados no silêncio da cátedra e da pesquisa, em busca da melhor explicação; de outro lado, as injunções do cotidiano, a administração das pressões, a necessidade do julgamento rápido e da aceitação da responsabilidade plena por atos nem sempre controláveis em todas as suas implicações. O fato de *ser sociólogo* não confere a ninguém privilégio quanto à avaliação nem quanto aos efeitos de atos políticos e adminis-trativos. Ao contrário, aumentam as angústias e a sensação de imensa fragilidade diante do imensurável e da falta de razão que parece pautar a maioria das ações emanadas do Estado.

Na atual quadra, estamos diante da iminência de larga onda de reformas no âmbito do Estado. Há consensos vários sobre a disfuncionalidade das atuais armaduras institucionais. Nosso padrão *burocrático* parece estar em vias de fenecimento frente às possibilidades de um novo modo (de dominação?), o *padrão gerencial*. Mal ou bem, trata-se de uma cultura emergente, pondo em risco os arquétipos vigentes.

De qualquer modo, gostaria de dedicar estas notas mais pesadamente à Sociologia, do que propriamente à Reforma do Estado.

O contexto é riquíssimo, pois não é freqüente a combinatória dos dias atuais: Presidente da República e Ministros cientistas sociais; autoridades locais com profundo enraizamento acadêmico, igualmente nas Ciências Sociais; além disso, um ambicioso projeto de reformas em andamento.

A abertura deste simpósio comemorativo foi marcada pelas apresentações das professoras Vilma Figueiredo e Fernanda Sobral. A elas me reporto, de modo especial. Resenhas de um comportamento às vezes heróico, em busca da afirmação profissional de um campo desairado pelos tempos difíceis que vivemos até recentemente. Indicações de sucessos amplos e consolidados. Teses defendidas, ampliação dos quadros docentes altamente qualificados, participação na constituição de outras instituições importantes, livros publicados, seminários e simpósios nacionais e internacionais realizados e assim por diante. A famosa classificação da Capes e os números de bolsas do sistema nacional não enganam: com o passar do tempo e muita dedicação, chegamos a um elogiável patamar de eficiência e eficácia.

Compondo pessoalmente esta história, desde março de 1982, de forma razoavelmente ativa, tanto como pesquisador como “co-inventor proponente” de muitas tarefas empreendidas pelo grupo (*separação do antigo Departamento de Ciências Sociais, criação do doutorado, criação da Revista Sociedade e Estado, criação do Núcleo de Ciência e Tecnologia, Doutorado Conjunto UnB-Flacso sobre a América Latina e o Caribe*) – sinto-me reconfortado pela trajetória de conquistas, de fortalecimento de nosso campo institucionalizado.

Todavia, do ponto de vista da qualidade de nossa produção, é possível fazer comentários críticos. E, se a história do conhecimento contempla criativamente esses momentos, o futuro poderá conferir-lhes pertinência.

Luminares de nossas Ciências Sociais, alguns em altos postos acadêmicos e de poder político, sempre procuraram estigmatizar a possibilidade de uma produção competente e crítica de nosso campo na Universidade de Brasília. Depoimentos a Darcy Ribeiro, quando convidou quadros relevantes da cultura nacional, bem como depoimentos mais recentes de outros observadores, ressaltaram sempre a impossibilidade de uma produção notável, aqui, por duas razões: (a) Brasília seria a Capital do Cerrado, espaço cultural e politicamente vazio; (b) a UnB estaria sempre muito próxima ao poder central, não tendo a virtualidade da independência, nem a capacidade da iniciativa crítica que torna a Ciência Social uma empresa sempre renovadora da interpretação.

Os dados foram lançados, o Centro-Oeste foi ocupado, modernizado, Brasília consolida-se como capital e a UnB transforma-se numa grande universidade. Aqui fixaram-se quadros de alta capacidade em todas as ciências; operação algo prejudicada com o advento do Regime Jurídico Único e a sua isonomia salarial. A UnB nivelou-se por baixo, deixando de atrair talentos nacionais e internacionais através dos diferenciais que oferecia, até meados de 80. De qualquer forma, são anos de heróica e feliz construção. Agora, 1995 e aos 25 anos de existência, estamos maduros pela acumulação e novos patamares devem ser visualizados.

Aos problemas fundamentais, pois.

Nossos *conflitos de grupo* já puseram em risco nossa própria sobrevivência profissional, no âmbito da UnB. O tamanho reduzido do grupo – durante largo período – forçou a multiplicidade de tarefas. Passamos perto, muitas vezes, da internalização plena do conceito de “instituição total”. Cursos e alunos em demasia relativa, projetos de pesquisa para lançar o grupo no sistema nacional, congressos internacionais, intercâmbios, forja de arranjos institucionais, etc. Consumimos parte substancial de nossas vidas e energias em tarefas ingentes e complementares. Nem por isso deixamos de ser produtivos e comprometidos com uma nova ética do profissionalismo acadêmico que nasce com a modernização dos cursos de pós-graduação no Brasil a partir do anos 70. Porém, muitas tarefas cruzadas e o reduzido tamanho do grupo levou à verificação de um postulado da Teoria dos Pequenos Grupos: conflitos agudos e instabilidade geral! Para interpretar a borrasca – mantendo a nave singrando mares bravios – recorreremos, muitas vezes, a razões ideológicas/metodológicas/políticas que não são pertinentes. Neste sentido, a resultante chega a ser surpreendentemente alvissareira!

Sempre estivemos presentes à *análise e formulação de políticas públicas*. Reforma agrária, educacional, questão urbana, políticas de ciência e tecnologia – foram e têm sido campos privilegiados de trabalho. Acredito que com mais ênfase e compromisso no passado recente, frente a um presente mais “universalista e dialógico”, porém mais frágil sob a ótica do compromisso com dados da realidade contextual. Um certo grau de ingenuidade protestante do passado contrapõe-se a um descompromisso militante do presente. As estruturas sócio-econômicas se diversificaram, os quadros de referência teórica sofisticar

reapareceram os partidos políticos e a organização civil. Delegamos certas responsabilidades a outras esferas do sistema social. Mas cabe a pergunta, baseada em Lacan: “seria a ciência social portadora de mais uma forma vulgar de discurso, sem sequer a aspiração ao direito da explicação dos fenômenos?”

É notável que o advento desta postura enfraquece nossa capacidade de exercer a formulação e a crítica de políticas públicas. Ou não? Estarei me confundindo com um convencional “sociólogo do desenvolvimento” do passado? Ou detecto criteriosamente uma mudança interna? Não estamos delegando também capacidade de *poder explicativo e formulador* a outros campos profissionais? Isto não é a negação prática de uma inspiração fundamental e criadora da Sociologia como “ciência crítica da sociedade”?

Em termos de *sociologia política*, não temos explorado e convivido intelectualmente com esta oportunidade ímpar que é “viver em Brasília”. O desvelamento do poder político, suas estruturas e padrões de dominação estão ainda longe de nossa capacidade instalada para fornecer explicações. A vida política do País, a partir da redemocratização de 1985, foi extremamente revigorada. Daí provém uma enorme massa de informações quantitativas, já tabuladas e tratadas em órgãos como o Prodasen; às quais temos, infelizmente, recorrido muito pouco. Na verdade, perdemos espaço para outros centros de excelência acadêmica, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo; bem como para institutos de pesquisas privados, mesmo os de Brasília. Material rico em informações, passível de potentes explicações, desprezado sobranceiramente como fonte descartável de conhecimentos. Ou, ao reverso, se trata de assumida incapacidade analítica?

No amplo campo temático *Estado-Mercado*, um dos inspiradores de nossa *Revista Sociedade & Estado*, temos a oportunidade de inserir estudos tópicos referentes à Política Social, por exemplo. Somos portadores de um elevado número de teses, artigos e até livros sobre o assunto. Agora, uma maior integração parece ser viável sob a égide de antiga problemática, algo desleixada como “desafio explicativo”, justamente a inspiração básica de alguns de nossos fundadores. Neste campo podemos – exitosamente – considerar os estudos sobre *exclusão social*. Seria uma forma de contornar as dificuldades impostas pela tendência a uma certa *sociologia convencional*. Factual, humanista, populista, esta

sociologia não atende aos requisitos de pertinência, consistência e possibilidade explicativa de um fenômeno implícito à formação histórica da sociedade de classes modernas. Não é somente nos fatos recolhidos pelo velho Marx que a privatização da terra provoca a “liberação” de enormes contingentes, depois parcialmente absorvidos forçadamente pela industrialização clássica... Na verdade, na essência, este é um fenômeno recorrente nas sociedades contemporâneas. Para eles o Capitalismo dedica Keynes e as políticas de proteção social; o Socialismo desenha a sociedade coletivista controlada pelos ditames estatais da acumulação sem deseconomias em escala e – dramaticamente – o Neoliberalismo aplica-lhe velhos axiomas de competitividade e Darwinismo Social.

Curiosamente, a Sociologia Francesa redescobre uma obra relativamente antiga para um desafogo das armadilhas do fenômeno massivo da exclusão. Trata-se, como todos sabem, da obra de Karl Polany, *A Grande Transformação*. A mitificação do mercado é desconstruída por este autor, Marx e Weber são referidos gloriosamente. Mas, nós, de maneira folgazã, recaímos em profundos mergulhos de “denuncismo” e “iras humanistas”. Ora, se a ira fosse o bastante, não seria necessário o cientista social. Bastaria a existência de políticos populistas!

Neste campo minado, redescobrimos com vaidade de falsos neófitos que “os pobres são funcionais para o acúmulo de riquezas”. Esquecemos clássicos textos sobre o assunto, como os do debate entre Kinsley Davis e Melvin Tumin sobre a funcionalidade positiva da desigualdade, como mola dos complexos sistemas de estratificação social. O que aconteceu? Foi perda de memória? Ou foi “suicídio altruísta”, como apregoava Durkheim, agora aplicável a sociólogos apressados e mal formados?

Por esquecimento de “clássicos contemporâneos”, temos esquecido a dinâmica da *estratificação social*. No mesmo sentido, confundimos baixa capacidade de absorção de mão-de-obra nos setores formais da economia com *desacumulação de capital* e perda de mobilidade social no âmbito geral da sociedade brasileira. Parece – pelos pregões da *sociologia convencional hegemônica* – que o Brasil está mergulhado em onda profunda de desestruturação social e econômica. Os índices de crescimento do produto agregado (estimado em 5% para 1995) não estão indicando nada nesta

direção; simplesmente porque esta é uma das maiores taxas de crescimento econômico do mundo atual! As tendências à concentração de renda e riqueza são outras dimensões. Não podemos incorrer em *falácias de nível equivocado*, como nos ensina rudimentar ensinamento de metodologia científica respaldado por análise estatística.

O Brasil retomou seu crescimento, o sistema de estratificação aumentou enormemente sua diversificação e o mundo do trabalho contém mudanças qualitativas dignas de nota; como, por exemplo, o crescente número de *trabalhadores por conta própria ou autônomos*. Aliás, característica das típicas sociedades em processo de modernização. O mundo do trabalhador integrado sob complexas e imensas organizações dá lugar às variadas transformações que estão além do binômio Fordismo-Taylorismo. Os impactos desses fenômenos são globais, e o futuro próximo dirá que conseqüências terão sobre a própria estrutura das sociedades de massas urbanizadas.

A trajetória dessas mudanças necessita de atenção e do crivo crítico da Sociologia. Operacionalização aparentemente sofisticada de raciocínios sem bases empíricas deve, seguramente, ser descartada. Para o bem da ciência e da Sociologia em particular.

Ainda sob a ótica da *sociologia política*, parece evidente que temos recorrido ao “senso comum” com mais freqüência do que o recomendável. Comportamento político tem sido associado a diferentes estruturações sociais; geralmente assumidas pelo binômio simplificador *tradicional – moderno*. Aí existe, de modo mais geral, uma grande confusão entre *modernização e modernidade*.

O processo de diversificação funcional é confundido com o advento da modernidade. O conceito não se confunde com o processo. O equívoco permite confundir, por decorrência, a crítica aos efeitos sociais da modernização com os males da própria modernidade. Confunde-se Kant com Apter, Rousseau e sua pretendida “Religião Civil” com a “Cultura Política” de Almond e Verba. Como derivação destes postulados, a crença na “modernidade ética” é a reincorporação contemporânea do “liberalismo ético” dos fundadores Adam Smith, Herbert Spencer e John Stuart Mill. O desconsolo inglês, frente à degeneração do pretenso homem que surgiria de uma sociedade mais competitiva e menos aristocrática, deu origem a muitas e belas interpretações

do liberalismo moderno, travestido de “ético” em “possessivo”, como demonstra Macpherson.

A obra e a vida de mestre Durkheim parecem ter pouco a dizer! Ele refutou a hipótese da natureza do caráter do cidadão como único sustentáculo da possibilidade de uma sociedade de classes democraticamente organizada. Assim sendo, ele negou o Liberalismo Ético e suas virtualidades explicativas. Definiu um quadro necessário de relacionamento entre *indivíduo e estrutura institucional* que, como pedra fundamental da sociologia, ainda é nosso norte. Na *Divisão do Trabalho Social* afirma (prefácio):

“Por que o indivíduo, ainda que se torne mais autônomo, depende cada vez mais intimamente da sociedade? Como ele pode se tornar ao mesmo tempo mais rico como indivíduo e ainda mais ligado à sociedade? É indiscutível que estes dois movimentos, por mais contraditórios que pareçam, são sucessivos. É essa a natureza do problema que nós mesmos determinamos.”

Não levar em conta essas ponderações fundantes torna-se uma moeda de risco que confunde a crítica social com mero apelo moralizante, recurso a um perfil de caráter mais eticamente orientado ao social. Sendo um apelo “restaurador de moralidade” se confunde rapidamente com a postura dos *liberais éticos*; eles mesmos avessos à possibilidade da *solidariedade possível no âmbito da sociedade de classes moderna*.

Para encerrar estas notas em uma perspectiva mais otimista, há de se ressaltar o enorme mérito dos estudos sobre a *política como representação*. Especialmente voltada para a participação política como atuação de representação, a partir das inspirações de Goffman e Balandier, esta abordagem torna-se cada vez mais importante, somando-se aos estudos mais metodologicamente ortodoxos, calcados na verificação da cultura política via o comportamento eleitoral. Curiosamente, em nosso meio, essas abordagens se originam do campo da Sociologia da Cultura e não da Sociologia Política; na verdade, como justa advertência ao desleixo dos outros comparsas.

A Pós-graduação e os cursos de Sociologia no Brasil

Carlos Benedito Martins

Gostaria, nesta exposição, de inserir alguns aspectos identificadores dos Cursos de Pós-graduação na área da sociologia, existentes na atualidade, no contexto da pós-graduação brasileira.

Quando fazemos uma rápida avaliação de algumas medidas propostas pela Reforma Universitária de 1968, percebemos que várias delas tiveram uma implantação no mínimo problemática. A própria idéia de estruturar o ensino superior a partir das instituições universitárias, conferindo uma condição de excepcionalidade para os estabelecimentos isolados, como sabemos, não foi concretizada. Longe disto, a expansão do ensino superior ocorrida a partir do final da década de sessenta, assentou-se em grande medida na proliferação de estabelecimentos isolados, em boa medida, patrocinados pela iniciativa privada. Esta, percebendo a inelasticidade do ensino público em atender a pressão da demanda, passou, de certa forma, a deslocar os seus investimentos, até então basicamente alocados no segundo grau, para o ensino o superior.

Os dados indicam que em 1993 as universidades representavam tão somente 13% do conjunto das instituições, ao passo que os estabelecimentos isolados respondiam pela expressiva cifra de 77% e as federações de escolas e faculdades integradas responsabilizavam-se pelo restante, ou seja, 10%.¹

Outras medidas propostas pela Reforma Universitária não chegaram a ter uma implementação sistemática, como foi o caso

Carlos Benedito Martins é professor do Departamento de Sociologia da UnB.

das carreiras curtas, e outras foram desaparecendo com o passar do tempo, tal como ocorreu por exemplo, com o ciclo básico. A criação dos departamentos, que constituiu uma outra modificação introduzida pela Lei 5.540/68, se bem que tenha representado um avanço com relação ao regime de cátedra, tem também, de certa forma, apresentado resultados problemáticos. Em não poucas situações, percebe-se que tem se confundido a sua existência com o local de oferecimento de um curso de uma determinada área do conhecimento, contribuindo com isto para uma precoce especialização acadêmica dos futuros profissionais. Eles, em boa medida, têm se mostrado auto-suficientes e fechados sobre si mesmos, faltando, de um modo geral, uma coordenação de ordem mais acadêmica entre os vários departamentos de um mesmo curso. Em nosso caso, o desaparecimento das antigas faculdades de ciências sociais deu lugar ao surgimento de departamentos autônomos de ciência política, antropologia e sociologia. De uma maneira geral, a criação destes tem produzido um efeito preocupante, principalmente nos cursos de graduação, uma vez que dissolveu uma interação cotidiana entre diferentes cientistas sociais que tendia a assegurar uma formação acadêmica mais pluralista aos futuros profissionais da área.²

No entanto, um dos resultados mais positivos das mudanças introduzidas pela Reforma de 1968 foi, sem dúvida, a institucionalização dos cursos de pós-graduação. Se bem que tenha havido programas de pós-graduação, antes da década de sessenta, o acelerado crescimento destes resultou de políticas governamentais consubstanciadas em documentos tais como o Parecer 977/65, o Relatório do GT da Reforma Universitária, a Lei 5.540/68, os PNGS, etc. De certa forma, podemos dizer que o sistema de pós-graduação que foi se implantando ao longo deste quarto de século, constitui atualmente a dimensão mais exitosa do conjunto do sistema de ensino do país. A comunidade científica nacional que foi se diversificando na esteira do crescimento da pós-graduação, demonstrou uma habilidade no seu relacionamento com o campo do poder político então existente, pois ao mesmo tempo em que expandia e solidificava a sua presença no cenário nacional, buscou preservar a sua autonomia acadêmico-científica face às demandas do campo político. Durante este período, conseguiu-se implantar

curso de mestrado e de doutorado, vários deles com excelente padrão acadêmico, em quase todas as áreas do conhecimento. De certa forma, esses cursos concentram o potencial de pesquisa instalada no país e deles dependem o essencial da formação de quadros acadêmicos e de recursos humanos para as diversas atividades do país.

Os dados disponíveis evidenciam que ocorreu um considerável crescimento, tanto dos cursos quanto das matrículas e das titulações. Apenas para se ter uma referência, no ano de 1976 havia um total de 761 cursos, com 26.231 alunos matriculados sendo que naquele ano ocorreram 2.387 titulações. Dez anos depois estes números saltaram para 1.182 cursos, 46.452 alunos e 4.373 titulações. Já em 1993, o sistema contava com 1.643 cursos, (1.076 mestrados e 569 doutorados) com 58.618 alunos e 9.380 titulações.

Este êxito do sistema de pós-graduação foi possibilitado, em larga medida, por um sistema de fomento, que tem procurado garantir os recursos materiais para a manutenção dos cursos e para a realização das atividades de pesquisa e a implantação de um amplo sistema de bolsa no país e no exterior. Um outro fator fundamental que tem garantido o aprimoramento destes cursos decorre da criação de um sistema periódico de avaliação introduzido pela Capes, desde metade da década de setenta. Como sabemos, esta avaliação tem sido realizada pelos pares, e tem procurado detectar o padrão de qualidade acadêmica atingido pelos cursos da área, bem como ressaltar os aspectos problemáticos do funcionamento destes Programas, elaborando recomendações visando à superação dos problemas apontados. Os dados concernentes à última avaliação realizada pela Capes, em 1993, contidos na Tabela nº 1, evidenciam uma consolidação dos cursos de pós-graduação. No mestrado, 40% dos Cursos obtiveram o conceito "A" e 39% o conceito "B", ao passo que no doutorado atingiu-se 52% para o conceito "A" e 36% o conceito "B". Cumpre também ressaltar que têm aumentado as exigências de desempenho acadêmico por parte do CTC da Capes para a atribuição do conceito A.³

O sistema de pós-graduação contrasta com os cursos de graduação em pelo menos dois aspectos relevantes. Enquanto predominam na graduação os estabelecimentos privados, conforme indica os dados da Tabela nº 2, chegando a representar 74,7% do

conjunto das instituições, a pós-graduação concentra-se basicamente nos estabelecimentos públicos, uma vez que estes representam 70,5% do conjunto dos estabelecimentos. Por outro lado, ao contrário da graduação, na pós-graduação ocorre um maior equilíbrio na distribuição entre as diversas áreas do conhecimento. Os dados da tabela nº 3 evidenciam esta situação.

Evidentemente que este sistema implantou-se de forma desigual entre as diversas regiões país. Desta forma, a região Norte atualmente responde por 1,7% dos cursos de pós-graduação no país, a região nordeste com 10,7%, a sudeste com 70,5%, a sul com 13,4% e a centro-oeste com 3,7%. Certamente, um dos desafios que se colocam para o êxito deste sistema é a atenuação destes desequilíbrios. Seria oportuno mencionar que algumas iniciativas importantes têm sido adotadas, em nível de políticas públicas, visando à superação destas desigualdades. Neste sentido, valeria a pena destacar a implantação do "Projeto Norte de Pós-graduação" que vem sendo conduzido desde 1986 pela Capes, objetivando consolidar e implantar novos cursos de pós-graduação naquela região.⁴ Por outro lado, verifica-se também que os cursos de pós-graduação estão distribuídos de forma desigual entre as instituições, sendo que oito delas abarcam quase 52% do total dos Programas existentes no país, como é o caso da Usp que responde por 15,4%, da UFRJ (8,6%), da Unesp (6,8), da Unicamp (5,8%), da UFRGS (4,3%), da EPM (4,3%), da UFMG (3,7%) e da UnB (3%).

Um dos efeitos mais positivos da institucionalização da pós-graduação foi o impulso ao processo de profissionalização da carreira docente no país, uma vez que os dispositivos legais produzidos pela Reforma de 1968 vinculavam a progressão na carreira docente com a obtenção de titulação acadêmica. Há que registrar também alguns golpes desferidos contra o avanço desta política, tal como a edição do decreto n. 85.487/80, conhecido como "Decreto Ludwig", que retiraria a exclusividade da titulação acadêmica enquanto critério de ascensão na carreira, introduzindo também o de tempo de serviço.

Gradativamente foi-se instalando, de um modo geral, no interior destes cursos, um *ethos* acadêmico pautado pelo compromisso ao atendimento às exigências internas das diversas áreas do conhecimento, a dedicação às atividades de ensino e a produção

de novos conhecimentos como valores que conferem uma identidade a um grupo social. No entanto, é preciso ressaltar que esta profissionalização atinge um patamar bastante modesto quando comparado com o conjunto do sistema, e encontra-se concentrada basicamente nas instituições públicas. Os dados disponíveis evidenciam que em 1990 apenas 13,% dos docentes possuíam a titulação de doutor e 21,00% a de Mestre e 66,00% dos docentes eram portadores apenas do título de graduação. Não deixa de ser preocupante o fato de que as instituições particulares, onde concentra-se mais da metade das matrículas da graduação, possuem aproximadamente 76% do seu corpo docente constituído por portadores do título de graduados e /ou especialistas.⁵

O desenvolvimento dos cursos de Pós-graduação de Sociologia faz parte desse complexo processo de implantação e expressa os esforços e iniciativas dos Programas em superar as fragilidades acadêmicas das fases iniciais. Dos treze Programas atualmente existentes na área, apenas um teve seu início na metade da década de sessenta, portanto antes do ciclo de sua institucionalização, oito apareceram durante os anos setenta, três nos anos oitenta e apenas um na presente década. Destes Programas três oferecem Cursos de Doutorado (UnB, Usp, Iuperj), sendo que em 1994 se implantaram quatro novos doutorados (UFPE, UFC, UFRGSf, UFRJ).⁶

Os Programas de Pós-graduação em Sociologia, de certa forma passaram por três fases, com exceção da USP que iniciou as suas atividades utilizando-se de um corpo docente qualificado academicamente e com uma sólida experiência de pesquisa acumulada na área de ciências sociais, e do Iuperj e da UnB que também utilizou desde o surgimento de seus Programas um corpo docente com forte qualificação acadêmica.

A primeira fase corresponde ao período de criação e de implantação destes Cursos. Os professores, em geral, não possuíam uma adequada titulação e geralmente os Programas eram inchados com a presença de docentes de outros Departamentos, visando satisfazer exigências formais e legais para a obtenção de credenciamento, dificultando, com isto, a formação de uma equipe de trabalho permanente e com um grau razoável de integração acadêmica. Os currículos eram amplos, contando com um elevado número de disciplinas e de créditos, inexistindo também uma

coerência entre a estrutura curricular do Programa e as atividades de pesquisa dos docentes. O tempo médio para a obtenção da titulação era exageradamente longo, em função do superdimensionamento que estava revestida a dissertação de Mestrado. A estes problemas somavam-se também a ausência e/ou a montagem de um suporte institucional tornando bastante problemática a institucionalização destes Programas.⁷

A segunda fase foi marcada por um período de transição, caracterizado pelo esforço dos Cursos de aumentar a qualificação acadêmica do corpo docente. Esta disposição dos Programas coincide com a implementação do processo de avaliação dos Cursos realizada pela Capes e da política de fomento colocada em prática pelas agências nacionais.

Na década de oitenta, estes cursos entram numa nova fase, vivenciando profundas mudanças internas conduzindo-os a um grau bastante razoável de consolidação acadêmica. Neste sentido, vale a pena mencionar a adoção de uma estrutura curricular mais articulada internamente, refletindo positivamente na redução do número de disciplinas e de créditos. Ocorre também a introdução das linhas de pesquisas, compatibilizando-as com os objetivos do Programa e com as especializações dos docentes, bem como a inserção de novas disciplinas, a introdução de procedimentos mais rigorosos no processo de seleção dos candidatos, etc. A titulação acadêmica do corpo docente, a partir deste período, passou por uma significativa melhoria. Seria oportuno assinalar que além do papel das avaliações da Capes, algumas discussões e seminários promovidos pela Anpocs sobre o sistema de pós-graduação na área de ciências sociais, também desempenhou um significativo papel no aprimoramento do padrão acadêmico destes Programas.

Esta evolução pode ser percebida quando comparamos alguns indicadores fornecidos pelas últimas avaliações da Capes (tabelas 4 e 5). Os cursos contam atualmente com aproximadamente 240 docentes permanentes. Destes 217 possuem a titulação de doutor, ou seja, representando portanto, 90% do conjunto do professorado. Em cinco Programas (Unicamp, Usp, UnB, UFRJ, Unesp) a totalidade do corpo docente possui a titulação de doutor. Em todos os Programas a grande maioria dos professores trabalham em regime de dedicação exclusiva às atividades acadêmicas. Se bem que em

alguns deles verifica-se a utilização de mestres com responsabilidade de docência e de orientação, houve um significativo declínio destes, quando se compara com as fases anteriores. Deve-se assinalar também uma maior independência dos Programas com relação aos professores colaboradores ou visitantes. Estes, quando têm sido utilizados, provêm mais de uma política de intercâmbio nacional ou internacional – desempenhando, na maioria das vezes, um papel inovador no interior dos programas – do que de uma medida para sanar a existência de um corpo docente exíguo e instável profissionalmente. Os dados indicam que se deu no período recente mais um passo importante na constituição de equipes docentes mais tituladas, “menos inchadas” e menos artificiais, incorporando, gradativamente, em suas atividades um *ethos* profissional comprometido com padrões universalistas praticado na área da Sociologia.

Verifica-se também um sensível aumento no número de alunos. Em 1987 o quadro discente contava com 525 alunos (mestrado e doutorado), sendo que em 1993 este número saltava para 738 alunos, representando um crescimento de 71%. Verifica-se atualmente uma média 3,0 alunos por docente permanente, o que em princípio representa a possibilidade de assegurar um bom padrão de trabalho acadêmico com os discentes, principalmente ao nível de orientação de dissertações e teses.

Um outro indicador positivo refere-se ao ligeiro crescimento de defesas de dissertações e teses. Em 1987 foram registradas 39 defesas (mestrado e doutorado) sendo que, em 1993, atingia-se 121 defesas. Valeria a pena ressaltar que de um modo geral, tem-se caminhado de forma positiva em termos de titulação. Entre 1987 e 1993 foram defendidas 439 dissertações de mestrado e 140 teses de doutorado. Para percebermos o que estes números representam seria oportuno ressaltar, por exemplo, que na Usp – única instituição que oferecia cursos regulares de pós-graduação na área de ciências sociais antes do processo de institucionalização da pós-graduação – entre 1945 e 1965 foram defendidas 41 teses, incluindo aí as de mestrado, doutorado e Livre Docência, nas áreas de antropologia, sociologia e ciência política.

Um outro aspecto positivo também a ser ressaltado é a redução do tempo médio de titulação dos alunos no Mestrado. Apenas

para se ter uma referência, o tempo médio de titulação no Mestrado para o conjunto dos Programas em 1991, era de 56 meses. Já no ano de 1993, este número caía para 52 meses. No entanto no Doutorado, houve um retrocesso pois em 1993, o tempo médio de titulação ficou em 93 meses, superando o já elevado índice de 76 meses registrado em 1991.

Com relação à produção científica, deve-se assinalar que houve um sensível crescimento. Em 1987 foram produzidos 41 artigos e/ou capítulos de livros, (no país e no exterior) sendo que em 1993 esta produção saltou para 429 artigos e/ou capítulos de livros. Se bem que a sua distribuição tornou-se, mais homogênea, no plano quantitativo, entre os diversos Programas, chama a atenção, que no geral, produz-se nestes Programas pouco mais de um artigo por docente. De uma maneira geral, pode-se afirmar que apenas uma pequena parte deste conjunto da produção científica e intelectual possui uma visibilidade no circuito de distribuição editorial nacional, uma vez que persiste na área a utilização de veículos locais para a sua difusão.

Percebe-se também, através da produção docente e dos conteúdos das disciplinas oferecidas, uma evolução na articulação entre ensino e pesquisa, resultado de uma política persistente dos Programas em transformar em aprendizado os temas e os problemas investigados pelos seus docentes. Os "Seminários de Pesquisa", assim como algumas disciplinas optativas têm, de certa forma, contribuído para desempenhar um efeito inovador no interior dos Programas, uma vez que têm possibilitado a abordagem de temas emergentes e de novos enfoques teóricos no campo das ciências sociais.

Apesar destes e de outros problemas que podem ser identificados na fase atual dos Programas, o balanço geral que pode ser extraído a partir dos dados existentes é que se avançou, de forma bastante favorável, em termos de qualificação acadêmica e de consolidação institucional dos Cursos de pós-graduação na área de sociologia. De certa forma, podemos dizer que ao longo deste quarto de século esta área seguiu os rumos de outros domínios do conhecimento que também tiveram uma evolução positiva na esteira da institucionalização dos cursos de pós-graduação, ou seja, vem gradativamente transformando-se em um campo científico-

acadêmico específico, voltado para a produção de suas regras internas de funcionamento, de legitimação e de hierarquização acadêmica, procurando criar mecanismos capazes de preservar uma relativa autonomia face às demandas dos campos político e econômico.

Ao lado do saldo positivo, evidentemente, persistem problemas recorrentes que têm acompanhado o processo de institucionalização da pós-graduação, tal como uma certa escassez de recursos para a melhoria das condições de infra-estrutura dos Programas, o tempo desmesurado para a obtenção das titulações, principalmente no Doutorado, etc. Tudo leva a crer que um dos desafios da área para os próximos anos a ser enfrentado, com perspectivas de êxito, em vista dos resultados já obtidos, diz respeito ao incremento e ao aprimoramento da qualidade da produção docente e discente, sem dúvida, a melhor contribuição para a consolidação acadêmica dos Cursos de Pós-graduação em Sociologia.

Por outro lado, creio que este amadurecimento da área, que tem sido construído através de um persistente investimento institucional, tem nos tornado, de certa forma, bastante reticentes com relação às possíveis expectativas salvacionistas que possam existir a propósito da utilização do conhecimento sociológico e mais preocupados e direcionados em exercer um trabalho intelectual pautado pelas exigências acadêmicas e científicas. A recente institucionalização dos Programas de Sociologia tem também despertado entre nós um sentimento da necessidade de preservação de sua autonomia e de sua independência face às demandas conjunturais dos campos do poder político e econômico. Com isto, não se pretende incitar a uma prática profissional narcísica, voltada apenas para questões internas da Sociologia e do campo na qual ela se insere. Longe disto, creio que a Sociologia foi e continua sendo construída a partir de uma constante e tensa interação com as questões candentes dos contextos históricos que a permeiam. Ela constitui também um instrumento intelectual privilegiado para a publicização destas questões, para a compreensão de como as grandes e as micro estruturas condicionam as vidas dos indivíduos, fornecendo-lhes elementos intelectuais fundamentais para uma avaliação dos graus de liberdade que eles possuem face a estas estruturas.

Desta forma, creio que uma das formas de retribuir ao país o investimento público que tem sido canalizado para esta área do conhecimento é de continuarmos pesquisando sobre temas social e cientificamente relevantes, ao mesmo tempo continuarmos, pacientemente, formando profissionais e pesquisadores de alto nível capazes de atuar em áreas diferenciadas nas esferas pública e privada. Trata-se de um contribuição, talvez modesta, sobre a qual, no entanto, temos uma maior dose de controle e que podemos fazer com um razoável grau de eficácia e que, tudo indica, tem dado bons e frutíferos resultados.

Notas

¹ A propósito do contexto da Reforma Universitária ver o trabalho de Florestan Fernandes "Universidade Brasileira: Reforma ou revolução?". Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1975; Luís Antônio Cunha, "A Universidade Reformanda" (principalmente caps 2 e 5). Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro 1988. Para uma apreciação dos resultados acadêmicos da Reforma de 1968, ver o trabalho de Helena Bomeny, "A Reforma Universitária de 1968: 25 anos depois", in Revista Brasileira de Ciências Sociais n.26, outubro de 1994. Ver também, Maria de Lourdes Fávero, "Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço", in Universidade no Mercosul" (org) Marília Costa Morosini. Editora Cortez, São Paulo, 1994.

² A respeito da introdução dos departamentos no ensino superior brasileiro, ver o texto de Arabela Oliven, "Resgatando o significado do departamento na universidade brasileira", in "Ensino Superior brasileiro: transformações e perspectivas", (org) Carlos Benedito Martins. Editora Brasiliense, São Paulo, 1989. Ver também os textos de Roque Laraia, "Ensino de Ciências Sociais, hoje" e de Mariza Peirano, "Por um pluralismo renovado", ambos, publicados na coletânea denominada "As assim chamadas ciências sociais", (org) Helena Bomeny e Patrícia Birman. Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1991.

³ Consultar a este respeito o documento elaborado pelo CTC da Capes denominado, "O Perfil dos Cursos A": critérios a serem adotados pelas Comissões de Consultores da Capes na avaliação dos cursos de mestrado e de doutorado", in Infocapes Boletim Informativo da Capes vol 2 nº 3, julho/setembro 1994. Brasília, 1994.

⁴ Ver a este propósito o documento elaborado pela Capes denominado "O Projeto Norte de Pós-graduação" in Infocapes. Boletim Informativo vol.2 n.2 abril/junho 1994. Consultar também a este propósito o documento elaborado pelas Instituições de Ensino da Amazônia, denominado, "III Projeto Norte de Pesquisa e Pós-Graduação", 1995.

⁵ Com relação à carreira acadêmica no Brasil consultar o trabalho de Eunice Durhan, "O sistema federal de ensino superior: problemas e alternativas", in Revista Brasileira de Ciências Sociais n. 23, outubro de 1993. Ver também a este respeito, o trabalho de Vilma Figueiredo e Fernanda Sobral, "A Pesquisa nas Universidades brasileiras", in Universidade Pública: política, desempenho, perspectivas", (org) Jacques Velloso. Papyrus Editora. São Paulo. 1991; Simon Schwartzman e Elizabeth Balbachevsky, "A Profissão Acadêmica no Brasil" Nupes. Documento de trabalho 5/92. São Paulo. 1992; Laura da Veiga, Ambiente, organizações acadêmicas e carreira científica". Trabalho apresentado na XVIII Reunião Anual da Anpocs. Caxambu. 1994.

⁶ A título de indicação assinalamos os períodos dos surgimentos dos Programas; UFPE (1967); Unb (1970); USP (1971); UFRGS, antigo Curso de pós-graduação em Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia; Iuperj (1973); Unicamp (1974); UFC (1976); UFPB (1977); UFSC, antigo Mestrado em Ciências Sociais, (1979); Unesp (1981); UFMG (1981); UFRJ, antigo Mestrado em Ciências Sociais, (1987); UFBA, antigo Mestrado em Ciências Sociais (1990).

⁷ Sobre a trajetória dos Programas de Pós-graduação ver o trabalho de Clarrissa B. Neves, "A pós-graduação em Sociologia no Brasil". Trabalho apresentado no Seminário "O sistema de Pós-graduação em Ciências Sociais: avanços e perspectivas. Lavras. 1991. Sobre o superdimensionamento das teses de Mestrado na área de ciências sociais, ver a comunicação apresentada no mesmo Seminário por Klas Woortmann, "Repensando a pós-graduação em antropologia."

TABELA 1
 CONCEITOS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR REGIÃO - (1993)

REGIÃO	NÍVEL	CONCEITOS (%)					
		A	B	C	D	E	TOTAL
NORTE	Mestrado	2	8	6	2	1	19
		11%	42%	32%	11%	4%	
	Doutorado	1	4	1	-	-	6
		17%	66%	17%	-	-	
NORDESTE	Mestrado	18	65	41	4	1	129
		14%	51%	31%	3%	1%	
	Doutorado	4	5	-	1	-	10
		40%	50%	-	10%	-	
SUDESTE	Mestrado	309	230	66	15	8	628
		49%	37%	10%	3%	1%	
	Doutorado	202	132	32	6	2	374
		54%	35%	8%	2%	1%	
SUL	Mestrado	52	56	23	2	-	133
		39%	42%	17%	2%	-	
	Doutorado	16	14	3	-	-	33
		48%	42%	10%	-	-	
CENTRO-OESTE	Mestrado	13	14	12	3	-	42
		31%	33%	29%	7%	-	
	Doutorado	4	2	1	-	-	7
		57%	29%	14%	-	-	
BRASIL	Mestrado	394	373	148	26	10	951
		40%	39%	16%	3%	2%	
	Doutorado	227	157	37	7	2	430
		52%	36%	9%	2%	1%	

Fonte: CAPES/MEC, maio 95

TABELA 2

NÚMERO DE INSTITUIÇÕES GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

INSTITUIÇÕES / GRADUAÇÃO (1993)

Públicas	Privadas	Total
221	652	873
25,30%	74,70%	100%

INSTITUIÇÕES / PÓS-GRADUAÇÃO (1993)

Públicas	Privadas	Total
67	28	95
70,53%	29,47%	100%

Fonte: MEC

TABELA 3
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E NATUREZA DA INSTITUIÇÃO,
SEGUNDO A GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO E NÍVEL – 1993

Dependência Administrativa e Natureza da Instituição	Ciências Exatas/Terra		Ciências Biológicas		Engenharias		Ciências da Saúde		Ciências Agrárias		Ciências Sociais Aplicadas		Ciências Humanas		Linguística e Letras		Artes		Multidisciplin.		Total	
	Me	Do	Me	Do	Me	Do	Me	Do	Me	Do	Me	Do	Me	Do	Me	Do	Me	Do	Me	Do	Me	Do
TOTAL	137	85	109	73	107	55	263	174	135	49	98	31	156	65	52	33	15	2	3	1	1075	568
Federal	88	48	67	40	74	28	137	68	84	19	59	12	83	21	27	11	8	-	1	-	628	247
Universidade	76	40	54	28	65	24	99	34	70	17	58	12	81	21	27	11	8	-	1	-	539	187
Estab. Isolado	12	8	13	12	9	4	38	34	14	2	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	89	60
Estadual	42	32	41	32	27	21	108	96	51	30	17	25	37	25	20	18	5	2	2	1	350	268
Universidade	42	32	41	32	27	21	106	94	51	30	17	25	37	25	20	18	5	2	2	1	348	266
Estab. Isolado	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Municipal	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Universidade	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Estab. Isolado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particular	7	5	1	1	6	6	17	10	-	-	22	8	36	19	5	4	2	-	-	-	96	53
Universidade	1	-	1	1	-	-	3	2	-	-	3	1	13	6	1	1	-	-	-	-	22	11
Estab. Isolado	1	1	-	-	1	1	10	8	-	-	6	3	1	1	-	-	2	-	-	-	21	14
Fac. Integradas	5	4	-	-	5	5	3	-	-	-	11	4	20	11	4	3	-	-	-	-	48	27
Fed. Escolas	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	2	1	-	-	-	-	-	-	5	1

Fonte: MEC/CAPES, 93

TABELA 4
SÉRIE HISTÓRICA DOS CURSOS DE SOCIOLOGIA 1987 – 1993

ANO	ALUNOS				DOCENTES		ARTIGOS + CAPÍTULOS DE LIVROS	
	Matriculados		Titulados		Professores Permanentes	Doutores Permanentes	País	Exterior
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado				
1987	449	76	25	14	178	150	29	15
1988	445	109	56	8	200	171	42	27
1989	566	107	51	13	218	181	83	38
1990	540	116	74	7	218	181	63	43
1991	587	130	117	27	221	186	87	51
1992	636	149	117	55	211	191	229	115
1993	595	143	105	16	240	217	305	124

Fonte: MEC/CAPES

TABELA 5

INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E PRODUTIVIDADE DOS PROGRAMAS DA SUB-ÁREA DE SOCIOLOGIA

Programas Avaliados	Índices de Doutores	Nº de Doutores			Nº de Docente Permanentes			Nº de Alunos			Nº de Teses			Tempo Médio Titulação			Nº de Livros			Art. e Cap. Livros Total de Docentes		
	1993	91	92	93	91	92	93	91	92	93	91	92	93	91	92	93	91	92	93	91	92	93
UNICAMP	100	19	17	16	20	16	16	70	89	84	4	14	5	96	92	52	4	7	2	52	18	22
								23	23	28	1	6	4	38		52				(2.8)	(1.1)	(1.4)
								23	23	28	1	6	4	38		52				25	18	27
UnB	100	23	27	30	23	27	30	29	32	36	7	1	8	57	43	69	17	3	3	(1.1)	(0.7)	(0.9)
								99	98	96	7	9	4	55	65	59				52	38	59
USP	100	24	20	22	24	20	22	121	116	122	12	14	7	79	71	61	19	8	6	(2.2)	(1.9)	(0.9)
								43	31	32	4	8	7	65	45	39				30	10	11
IUPERJ	71	10	7	10	13	10	14	13	22	12	2	2	1	94	83	151	8	3	1	(2.5)	(1.4)	(1.1)
																				19	16	32
UFRJ	100	21	22	22	21	22	22	91	74	65	9	17	11	65	69	54	2	2	8	(0.9)	(0.7)	(1.5)
																				22	25	19
UNESP	100	13	16	22	13	16	22	54	57	51	6	5	8	80	58	59	3	3	5	(1.7)	(1.6)	(0.9)
																				12	11	18
UFMG	75	12	13	15	20	19	20	62	63	73	4	5	17	36	77	69	-	2	1	(1.3)	(0.8)	(1.2)
																				13	22	28
UFRGS	96	10	22	23	12	23	24	57	146	111	2	17	12	94	47	92	2	-	1	(1.1)	(0.9)	(1.2)
																				14	12	11
UFSC	87	12	12	13	14	13	15	54	56	52	10	14	8	43	52	46	1	2	3	(1.3)	(1.0)	(0.8)
																				18	11	16
UFPE	90	8	8	10	9	9	11	32	40	34	4	5	6	38	45	52	1	-	1	(2)	(1.2)	(1.5)
																				18	22	32
UFBA	82	11	9	14	18	13	17	10	18	28	-	-	1	-	-	39	1	3	2	(1.0)	(1.5)	(1.9)
																				11	18	20
UFC	94	13	14	15	14	15	16	80	73	76	14	12	13	57	57	62	9	7	3	(0.8)	(1.1)	(1.3)
																				8	3	11
UFBP/CGr	45	13	3	5	21	8	11	51	39	37	4	5	9	61	47	62	-	2	2	(0.4)	(0.4)	(0.8)

(*) Índice inclui professores participantes quando os cursos indicaram a sua produção.

Fonte: MEC/CAPES - 1995

A Sociologia no conjunto das Ciências Humanas e Sociais

Isabel Tavares

Ao aceitar participar desta mesa sobre a Política para a Pós-graduação apresentando dados sobre o fomento do CNPq para a Sociologia, a dificuldade que enfrentei centrou-se na ausência de um sistema de acompanhamento e avaliação no CNPq que me permitisse acompanhar os impactos de uma determinada ação de fomento no processo de consolidação de uma área do conhecimento. O sistema de bolsas, principalmente mestrado e doutorado, tem crescido pela pressão à agência e por uma política que privilegia a demanda espontânea, sem qualquer processo de acompanhamento e de avaliação das modalidades atendidas. Muitas vezes é difícil distinguir o crescimento que decorre de uma ação da própria área devido à pressão de grupos mais agressivos, da reação de uma área do conhecimento a uma ação de fomento da agência. Provavelmente ocorrem as duas coisas.

Meu esforço foi garimpar os dados de que dispunha no CNPq e situar a Sociologia no conjunto das Ciências Humanas e Sociais e, de forma comparativa com outras áreas e pela utilização de alguns indicadores, perceber seu processo de crescimento e consolidação. Ou seja, como a Sociologia foi tomando densidade ao longo do tempo. Inicialmente, porém, farei uma pequena introdução fornecendo dados gerais do fomento do CNPq para 95 e da participação relativa das Ciências Humanas e Sociais.

Isabel Tavares é Doutora em Sociologia pela UnB.

O CNPq na pós-graduação – Dados Gerais

O CNPq tem pautado a sua história por uma ação dirigida para a realização da pesquisa e para a formação de pesquisadores altamente qualificados nas universidades e institutos de pesquisa. A maior parcela do fomento está em bolsas no país e no exterior. Em 1994, a concessão atingiu o quantitativo de 44.420, ou seja, um investimento da ordem de US\$ 429,7 milhões. Para 1995, foram concedidas 16.000 Bolsas de Mestrado e Doutorado no país, o que representa 1/3 do orçamento do CNPq. Considerando-se as mensalidades e as taxas, o investimento é de R\$ 209,5 milhões. Das bolsas concedidas, 11.219 são Bolsas de Mestrado, hoje a segunda modalidade mais numerosa do CNPq, perdendo apenas para Iniciação Científica que já conta com 15.000 bolsas no sistema. As Bolsas de Doutorado no país tiveram um crescimento mais expressivo – somam hoje 4.939 – devido à política do CNPq de priorizar esta modalidade, em consonância com seu objetivo de fomentar a pesquisa e a formação de pesquisadores. A participação das Ciências Humanas e Sociais na modalidade de bolsas no país é de 22%. Em bolsas do exterior, esse percentual aumenta para 26%. Das 2.100 bolsas no sistema, as Ciências Humanas e Sociais têm 554.

Como instrumentos complementares aos investimentos na formação de recursos humanos, o CNPq passou a financiar recentemente as Taxas Escolares e as Taxas de Bancada. As primeiras dirigem-se às instituições privadas e visam a isentar os bolsistas do CNPq das anuidades cobradas. As outras, dirigidas às instituições públicas, têm por objetivo propiciar a manutenção e melhoria das atividades e serviços necessários ao desenvolvimento da programação acadêmica e da pesquisa nos cursos de pós-graduação. Os recursos destinados representam 1/3 de uma mensalidade de mestrado e de doutorado por cada bolsista de mestrado ou de doutorado, repassados diretamente ao coordenador do curso. Neste ano de 1995 os investimentos nessas taxas devem alcançar US\$ 47 milhões.

Apesar de não ser um investimento diretamente dirigido à pós-graduação, é inegável a importância das Bolsas de Pesquisa como estímulo ao desenvolvimento da pesquisa nas instituições de ensino,

seja por permitir a produção do conhecimento por ação contínua com vistas à estabilidade dos grupos de pesquisa, seja pelo caráter formador que elas possuem, na medida em que integram equipes e grupos de pesquisa. Das 9.000 Bolsas Pesquisa do CNPq, a área de Humanas e Sociais está com 1.500, ou 16% do total.

Ainda como apoio à base técnico-científica nacional e indiretamente à pós-graduação, o CNPq conta com as Bolsas Especiais de Pesquisa. Estas bolsas não são ainda numericamente significativas, apesar de serem extremamente importantes para engajamento dos novos doutores no ensino e na pesquisa, principalmente daqueles que retornam do exterior sem vínculo empregatício, e para a formação e consolidação de grupos de pesquisa emergentes.

A Sociologia e a Ação do CNPq

Passarei agora à análise da Sociologia no conjunto das Ciências Sociais, utilizando alguns indicadores:

a) Cursos de Mestrado e de Doutorado

A Sociologia conta com 17 cursos de mestrado e 11 de doutorado no país.¹ Educação, Letras, Economia, História, Administração e Psicologia têm mais cursos de mestrado. Porém, apenas Educação e Letras têm mais cursos de doutorado que a Sociologia: respectivamente 16 e 25 cursos. Economia e História têm os mesmos 11 cursos de doutorado e a Psicologia, 10.

Ao examinarmos o nível de consolidação dos cursos utilizando o conceito dado pela Capes, a Sociologia mostra um nível de consolidação bastante razoável: dos 17 cursos de mestrado, 14 são cursos com conceito A e B e 3 são cursos C. Este também é o perfil da História, com 16 dos 19 cursos com conceito A e B; da Antropologia, com 6 dos 8 cursos A e B; e da Ciência Política com 10 cursos A e B, em 11. Uma vez consolidados os cursos de mestrado, essas áreas passaram a crescer mais no nível de doutorado: a Sociologia está com 6 cursos novos² e a História com 4. A Antropologia e a Ciência Política estão com 4 cursos no

doutorado, dos quais 3 são nível A, na Antropologia, e 2 na Ciência Política.

Economia, Administração, Psicologia e Direito estão com outro perfil e devem ainda consolidar seus cursos de mestrado: a Economia está com 6 cursos novos no mestrado e 3 no doutorado; Administração, com 6 no mestrado e também 3 no doutorado; a Psicologia, com 9 cursos no mestrado e apenas 1 curso novo no doutorado; Direito tem 7 cursos novos no nível de mestrado.

Sobre a abrangência regional da pós-graduação, é interessante observar que apenas a Sociologia, a Economia, a Educação e Letras estão com mais de 7 cursos no nível de mestrado nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. Porém, relativamente ao seu porte, a Sociologia está em uma situação mais favorável: são 7 cursos entre os 17 que possui no mestrado, dos quais apenas 2 são nível C. A Educação tem 11 cursos entre 47, Letras 9, em 42 cursos e a Economia está com 8 entre 24. A História está com 2 cursos no nordeste e 2 no centro-oeste.

No nível de doutorado, a posição relativa da Sociologia é ainda mais favorável, uma vez que é a única área que conta com 3 cursos nessas regiões: 2 cursos novos no nordeste, um no Ceará e outro em Pernambuco, e o curso da UnB. Aliás, a área de Humanas e Sociais tem uma abrangência muito pequena no nordeste. São apenas 9 cursos de doutorado nas áreas de Comunicação, Letras, História, Administração, Economia, Educação, além da própria Sociologia.

Ainda a favor da Sociologia no conjunto das Ciências Humanas e Sociais, há o percentual de bolsistas de pesquisa entre os docentes das universidades dessas regiões: 35%. Sem dúvida, é um percentual elevado comparativamente às outras áreas equivalentes.

b) Doutores na Pós-graduação

A Sociologia está na faixa dos 300 doutores atuando na pós-graduação. Acima desta faixa estão a Educação (810), Letras (676), Economia (468) e Psicologia (303). E logo abaixo, Direito (264) e Lingüística (203).

Se considerarmos a Bolsa de Pesquisa como um indicador da capacidade de pesquisa na pós-graduação, devido à possibilidade de mobilização das equipes de pesquisa e seu potencial formador de pesquisadores, o percentual da área de Ciências Humanas e Sociais não é muito elevado: 28% dos professores doutores são bolsistas de pesquisa do CNPq. Na Sociologia, entretanto, esse percentual está acima da média – 38% – mas abaixo de outras áreas do conhecimento como a Linguística (60%), a Psicologia (50%), Antropologia (66%) e a Filosofia (41%). Na Ciência Política, 30% de seus professores-doutores são pesquisadores do CNPq.

Áreas com menos tradição em pesquisa nas universidades apresentam percentual mais baixo de pesquisadores do CNPq entre seus quadros, como a Educação (17%), História (27%), Economia (25%), Direito (9%) e Administração (15%). Estas últimas, provavelmente devido à inserção que têm no mercado de trabalho, não refletem no sistema de bolsas de pesquisa do CNPq o mesmo crescimento que apresentam no sistema de pós-graduação.

A disponibilidade apresentada aos comitês a cada julgamento tem privilegiado a demanda espontânea. Por essa razão, o crescimento das modalidades de bolsas em cada área do conhecimento reflete a própria expansão das áreas na base científica. Assim, as áreas que mais cresceram no CNPq nos últimos anos também foram áreas que cresceram no sistema de ensino e pesquisa no país, com exceção das áreas onde o mercado de trabalho exerce forte atração, como Direito, ou onde as atividades de consultoria têm espaço representativo, como Economia e Administração, por exemplo. O crescimento das bolsas de pesquisa em Administração e Direito não foi significativo: em 91 havia 42 pesquisadores nessa modalidade e antes do julgamento de maio/95, a Administração contava com 55 bolsistas de pesquisa. Direito, nesse mesmo período, passou de 17 para 23 bolsas.

Na Sociologia tal não ocorreu. Manteve, juntamente com a Educação, a Psicologia, Letras e Linguística, crescimento constante. Estas áreas cresceram, nos últimos 5 anos, de duas a três vezes em número de Bolsas de Pesquisa. Outras áreas apresentam maior estabilidade como a História, a Antropologia, a Filosofia que permaneceram no mesmo patamar desde 91.

A respeito do grau de senioridade dos pesquisadores, as áreas também têm perfis distintos. Tomando por base a categoria e nível dos bolsistas de pesquisa, a Sociologia apresenta uma comunidade madura, com 40% de seus pesquisadores nível 1, mas ao mesmo tempo apresenta boa possibilidade de crescimento e oxigenação do sistema. Há um significativo número de bolsistas 2C – 35%. Na Psicologia, 60% de seus pesquisadores são nível 2. Outras áreas apresentam maior número de pesquisadores *seniores* e são mais fechadas à entrada de novos pesquisadores, como a Antropologia, com 63% de seus pesquisadores no nível 1, e a Filosofia com 56%.

Outras áreas, como a Economia e a Administração, têm contingente muito grande de pesquisadores no nível 2: 80%. Na Ciência Política os bolsistas de pesquisa dividem-se meio a meio entre o nível 1 e 2.

c) Sobre o alunado

A Sociologia deixa a companhia das áreas médias quando se trata de alunos de mestrado, e passa a compor com áreas pequenas. Com 850 alunos, situa-se na mesma faixa da Arquitetura e Urbanismo e da Filosofia. A Psicologia, Economia e História estão na faixa dos 1200 alunos de mestrado.

Nesse nível da pós-graduação, 40% dos alunos são bolsistas: 18.277 alunos e 7.359 bolsistas do CNPq e Capes. Na Sociologia, 50% recebem bolsa e, destes, 54% são bolsistas do CNPq. No doutorado, há 6.044 alunos, dos quais 2.090 são bolsistas (34%) e destes, 1.198, ou 57%, recebem bolsa do CNPq.

No nível do doutorado, a situação da Sociologia é mais confortável: apenas em Educação e Letras há mais alunos cursando o doutorado. Os bolsistas representam 50% do seu alunado e 64% destes recebem bolsa do CNPq. Nesta mesma faixa, estão a Psicologia e a Antropologia. Letras, Educação, Ciência Política e Economia têm relativamente menos bolsistas: a primeira, 1/4 e as demais 1/3 do alunado.

A Sociologia ainda tem uma situação confortável no seio das Ciências Humanas e Sociais quando se trata da capacidade de orientação da área. A média da relação doutores/alunos nas Ciências Sociais é 3,5 alunos para cada doutor. Na Sociologia esta relação é

de 2,8. Na Antropologia é 2,9 e na História 3. A Psicologia, com 3,9, a Ciência Política com 3,6, e a Educação com 3,5 alunos por doutor estão acima da média das Ciências Sociais.

Sobre a capacidade de titulação dos cursos, ou sua produtividade, a pós-graduação titula, a cada ano, em média 22% do seu alunado no mestrado e 10% no doutorado. Na Sociologia, esse percentual é de 26% no mestrado. Acima de áreas como Psicologia, Economia, História e Administração, que se situam na faixa dos 20 a 25%, mas abaixo da Antropologia e Ciência Política, respectivamente com 18% e 12%.

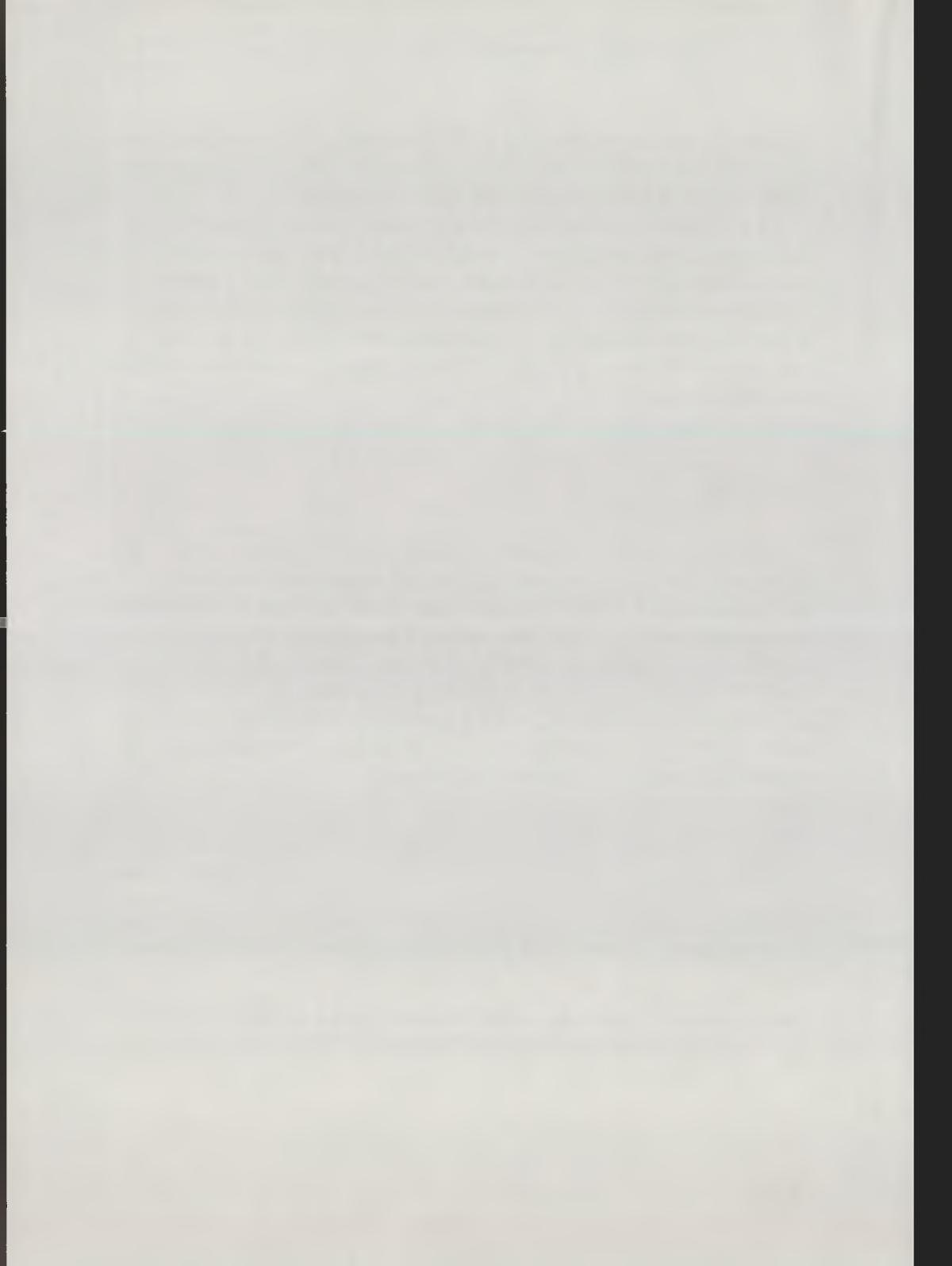
Conclusão

Esta breve análise comparativa entre áreas de conhecimento de porte equivalente, mostra-nos que a Sociologia apresenta um nível de consolidação muito favorável, resultado de um crescimento constante e sólido e que não mostra sinais de abrandar o ritmo. Possui uma comunidade científica madura, mas ao mesmo tempo aberta à entrada de novos doutores-pesquisadores. Assim, neste momento de festa dos 25 anos da pós-graduação da Sociologia da UnB, penso que podemos festejar, também, a consolidação da Sociologia como área do conhecimento.

Notas

¹ Para fins deste texto, estão considerados todos os cursos cadastrados na Capes, inclusive aqueles que não foram ainda avaliados, e que solicitaram bolsas ao CNPq.

² São considerados como cursos novos todos aqueles que não são cursos A, B e C, inclusive os que não foram ainda avaliados pela Capes, e que solicitaram bolsas ao CNPq.



Vinte e cinco anos de Pós-graduação em Sociologia: para quê?

Ana Maria Fernandes

O surgimento da Sociologia está freqüentemente associado com o de uma sociedade em crise, como um momento a ser superado. Esta ciência teria papel fundamental na superação dos problemas sociais. Assim é que no Brasil o ensino desta disciplina foi estimulado, segundo Florestan Fernandes, com o objetivo de educar as novas gerações para as tarefas de liderança econômica, administrativa e política e de criar recursos para a solução racional e pacífica dos problemas sociais brasileiros.

As Ciências Sociais no Brasil têm recebido apoio governamental para se desenvolverem e diversificarem e os cientistas sociais participam ativamente de várias esferas da vida pública, desenvolvendo o seu trabalho não só na academia, mas também nas esferas política e administrativa, tanto da sociedade quanto do Estado brasileiros. A disciplina Sociologia foi introduzida no currículo do ensino secundário e também do universitário a partir de 1925, criando-se os cursos de Ciências Sociais a partir de 1930, e expandindo a pós-graduação, mestrado e doutorado, na década de setenta. Atualmente, todas as universidades públicas possuem um curso de Ciências Sociais, muitas departamentos específicos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, com suas respectivas pós-graduações.

Os cursos de graduação em Ciências Sociais são mais numerosos em instituições particulares (42 cursos) do que nas instituições federais (18 cursos), estaduais (9) e municipais (1) em conjunto,

Ana Maria Fernandes é professora do Departamento de Sociologia da UnB.

ou seja, 28 cursos no total. Quanto ao número de alunos as particulares matricularam 6.035 alunos em 1990, enquanto as públicas matricularam 7.406; mas as primeiras graduaram 1.089 cientistas sociais enquanto as públicas graduaram 714, em 1989. Apesar do diploma em Ciências Sociais não acenar com empregos imediatos e salários invejáveis, vários órgãos públicos e privados empregam cientistas sociais, e os alunos são atraídos também por uma visão e compreensão da sociedade que o curso pode lhes oferecer.

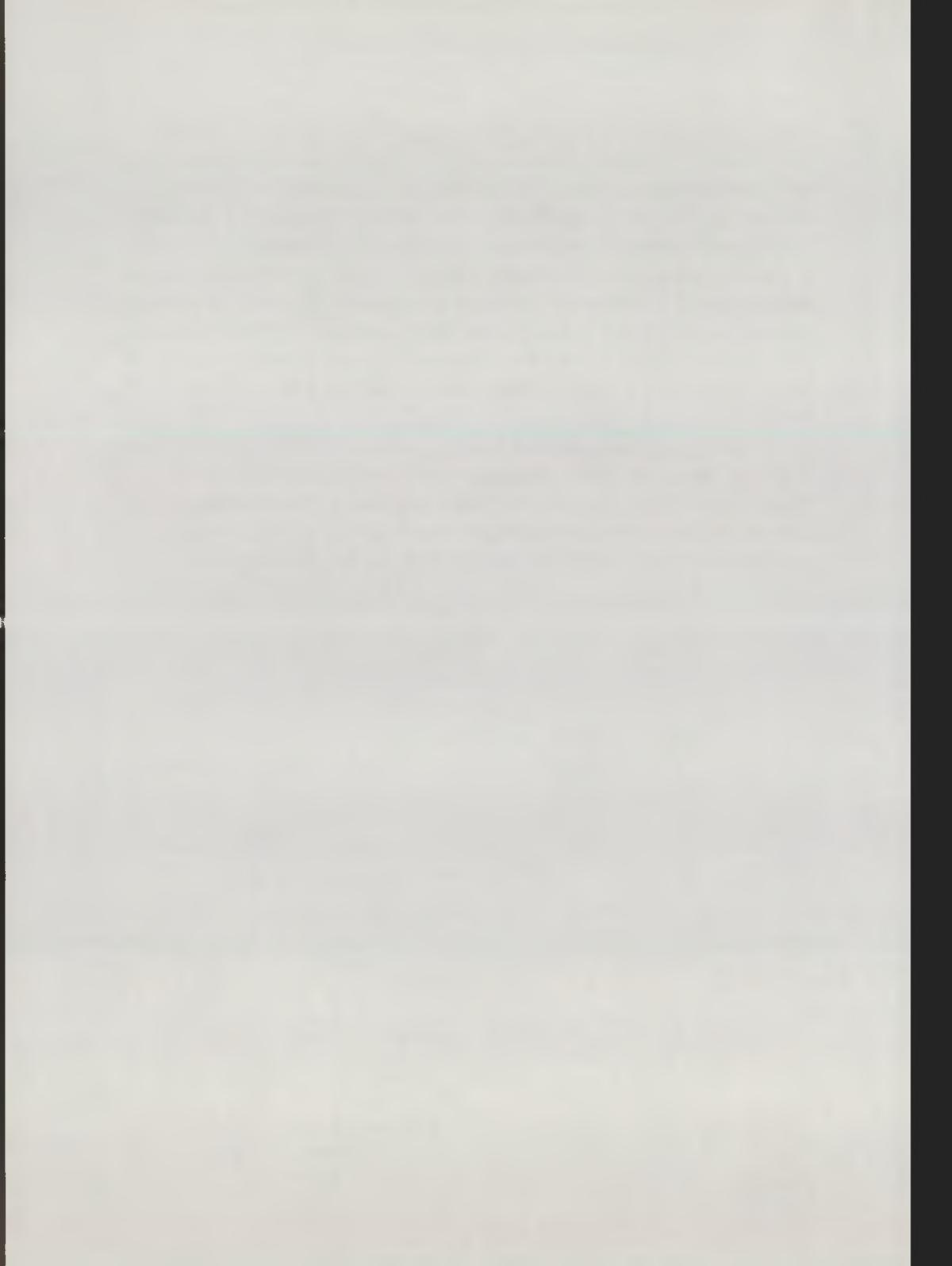
Em Brasília há curso de graduação em Ciências Sociais apenas na UnB, desde a sua criação em 1962, tendo sido reestruturado a partir de 1969. O mestrado em Sociologia foi criado em 1970 e o doutorado em 1983, tendo pós-graduado, até o momento, 115 mestres e 26 doutores. Quem são estes mestres e doutores e o que fazem? A pós-graduação do atual Departamento de Sociologia tem contribuído, desde o seu início, por seu pioneirismo e pela sua excelente qualidade, para a qualificação tanto de professores quanto de técnicos de outros estados brasileiros, assim como professores de outros departamentos da UnB, de instituições privadas de ensino no DF, de inúmeros técnicos em Brasília, vinculados a órgãos como Embrapa, diversos Ministérios, Congresso Nacional, Ipea, CNPq, Enap e a vários órgãos do governo do Distrito Federal. Sociólogos atuam também em diversas organizações, tais como em ONGs, empresas privadas, sindicatos e partidos políticos.

Ex-alunos destes cursos têm tido um papel relevante não só no meio científico mas em várias esferas da vida pública brasileira em vários pontos do país. Os professores do Departamento, atualmente 30 doutores, 28 em dedicação exclusiva, prestam assessorias à própria UnB, aos governos do DF e ao Federal, a organismos internacionais e ao setor privado. As publicações deste corpo docente, livros e artigos, circulam nacional e internacionalmente, e eles têm tido uma participação constante no fortalecimento das associações científicas nacionais e internacionais.

Os professores-doutores ensinam concomitantemente na graduação, no mestrado e no doutorado, o que confere uma organicidade e a qualidade do ensino nos três níveis, vinculado à pesquisa também realizada com a participação dos estudantes. Esta é uma especificidade deste Departamento possível graças à estrutura organizacional da UnB.

A pós-graduação possui 3 áreas de concentração, “Estado e Sociedade”, “Ciência, Tecnologia e Sociedade” e um “Doutorado em América Latina e Caribe”, gerido na UnB em conjunto com o Departamento de Antropologia. Em 1970 o ensino e a pesquisa giravam em torno dos temas ligados ao desenvolvimento econômico e social, urbanização, modernização e marginalidade social. Atualmente há linhas de pesquisa em sociologia rural e urbana, sociologia da ciência e tecnologia, meio ambiente e em educação, em cultura, política e trabalho. O ensino da teoria sociológica e de metodologia de pesquisa, base para todas as especializações, é sólido.

Após esta breve contextualização podemos supor que os vinte e cinco anos de pós-graduação em Sociologia na UnB têm contribuído para a compreensão e para a transformação da sociedade brasileira qualificando sociólogos, através do ensino e da pesquisa, para enfrentar os desafios sociais do presente.



Pioneirismo e profissionalização: revisitando a pós-graduação em Sociologia da UnB

Regina Lúcia M. Morel

*A novidade é que o Brasil não é só litoral
é muito mais, é muito mais que qualquer zona sul
(Notícias do Brasil, Milton Nascimento)*

É com grande alegria que estou aqui hoje, participando da comemoração dos 25 anos da Pós-Graduação em Sociologia desta Universidade. Muita coisa me liga a esta Universidade e a esta cidade. Além do lado afetivo e profissional – fiz aqui meu Mestrado, fui Professora do então Departamento de Ciências Sociais, meu segundo filho é brasiliense e até hoje tenho aqui amigos fraternos – é sempre motivo de júbilo podermos festejar a trajetória de uma instituição que soube se consolidar na trilha da excelência e da qualidade. Em um país como o Brasil em que a história das instituições científicas oscila ao sabor das marés dos governos e dos altos e baixos da política científica isso certamente não é pouca coisa.

Como afirma Villas-Boas, 1991:

*“Quando gerações de intelectuais se voltam para o passado
a fim de rever e avaliar suas instituições, a produção de seus*

Regina Lúcia M. Morel é professora do Departamento de Ciências Sociais/UFRJ.

antecessores, sua formação, influências que receberam, sua trajetória profissional e concepção de mundo, elas evidenciam que têm atrás de si uma tradição intelectual que merece ser revisitada e questionada. Ao se debruçarem sobre uma herança que lhes é comum, reafirmam seus laços de identidade, apesar das diferenças que existem entre elas”.

Acho que é o objetivo de revisitarmos esta herança comum que nos traz hoje aqui. A tentação de tornar esta fala uma “sessão nostalgia” e uma grande viagem sentimental é grande; porém, resistirei ao máximo a isto e procurarei, em primeiro lugar, situar a criação da Pós-Graduação no contexto histórico da produção das ciências sociais no Brasil; em segundo lugar, apontar o papel que seu surgimento representou dentro do mercado institucional das ciências sociais; e, por fim, destacar o que talvez tenha se constituído no principal legado para minha geração de pós-graduandos.

Como já mencionei, no início dos anos 70 eu era simultaneamente docente da graduação e discente do Mestrado. É que ao voltar do exterior em 1972, já como docente, fui fortemente estimulada a me inscrever no Mestrado, o que demonstrava desde aquele momento a forte preocupação do Departamento com a qualificação de seus professores. Lembro-me que concomitantemente com a qualificação do corpo docente efetivo buscava-se também a expansão do quadro com a contratação de docentes já pós-graduados; dentre estes, por exemplo, Barbara Freitag, que também chegava em 1972 do Doutorado na Alemanha e veio a ser minha orientadora.

Preparando-me para esta mesa-redonda, dei-me conta do pioneirismo e mesmo da audácia que representou a criação de uma Pós-Graduação em Sociologia em pleno início dos anos 70, logo após o amplo expurgo dos principais cientistas sociais das Universidades e da destruição de importantes instituições de pesquisa, quando as Ciências Sociais e a Sociologia, em particular, eram sinônimos de subversão e ameaças ao regime. Era um momento também de reconstrução desta Universidade, depois dos graves acontecimentos de 1965, que culminaram com a demissão voluntária de 210 professores, mais de 90% do corpo docente da

época. O núcleo mais importante de produção das ciências sociais no Brasil se deslocara das universidades, como consequência do afastamento compulsório das principais lideranças, migrando para institutos privados de pesquisa, como o Iuperj, no Rio de Janeiro, o Cebrap e o Cedec, ambos em São Paulo. Voltar a acreditar na Universidade como centro de pesquisa naquele momento representou, sem dúvida, um ato de coragem, de "rebeldia cultural" ou, melhor ainda, de esperança. Ainda que com risco de esquecer algumas pessoas, não posso deixar de me referir aos nomes dos professores Fernando Correia Dias, Gláucio Ary Dillon Soares, Maria das Mercês Somarriba, Maria Inês Bastos, Maurício Vinhas de Queiroz, Roque Laraia, Vilma Figueiredo que, dentre outros, lideraram naquele momento esta aventura.

Um outro traço de pioneirismo que me chamou atenção é que este curso de Pós-Graduação em Sociologia surgiu praticamente junto com as medidas que, ao nível governamental, institucionalizavam a pós-graduação no sistema universitário brasileiro. Refiro-me ao Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação, que conceituava os cursos de pós-graduação *sensu-stricto*; ao Parecer 77/69 que estabelecia as normas de credenciamento dos cursos de pós-graduação; a Lei 5.539, de 27 de novembro de 1968, complementada pelo Decreto-Lei 465, de fevereiro de 1969, que restringia o acesso ao magistério superior aos que possuísem curso de pós-graduação e, finalmente, a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, a da Reforma Universitária. O I Plano Nacional da Pós-Graduação, que detalhava as normas de expansão do sistema, só viria a ser promulgado pelo Presidente Geisel em 1975 (Morel, 1979). É conhecida a expansão dos cursos que ocorre após essas regulamentações, porém, segundo Pécaut (1990), em 1968 havia apenas quatro deles em Sociologia, aos quais logo depois este viria se acrescentar.

Em pouco tempo este curso se tornaria um pólo de atração de estudantes de todo o Brasil, propiciando uma saudável e enriquecedora troca de distintas formações profissionais e culturais, sotaques e experiências. E aqui quero tocar no segundo ponto que me chamou atenção e que aponta para a especificidade desta Pós-Graduação: destacando-se deste cedo como Centro de Excelência, veio logo se colocar como alternativa a disputar espaço

e hegemonia no mercado dos centros de pesquisa e ensino de pós-graduação em ciências sociais, dominado então pelo eixo Rio-São Paulo¹. Redefine-se, aos poucos, o jogo institucional, que com o tempo se tornará cada vez mais complexo.

Ao pioneirismo aqui destacado somou-se desde o início um senso de *timing* e de oportunidade extremamente valiosos, pois também na década de 70 reforçava-se a institucionalização das políticas de financiamento governamental de apoio à pesquisa e ao ensino pós-graduado. Refiro-me à criação do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT), administrado pela Finep, e o sistema de apoio e bolsas a cargo do binômio CNPq e Capes. Desde 1977 caberia a esta última o encargo da avaliação dos cursos de pós-graduação. No momento em que esses recursos se expandiam – e é bom lembrar que alcançaram seu apogeu nesta época – e que o Sistema Nacional de Pós-Graduação ia ganhando forma, esta Pós-Graduação em Sociologia já estava em pleno funcionamento e em processo de amadurecimento e expansão. Embora os anos 80 viessem a ser de vacas magras para todos, em texto que analisa os cursos de pós-graduação em Ciências Sociais Durham, 1986, cita a UnB como um caso bem sucedido de criatividade na busca de fontes alternativas de financiamento. Este curso de pós-graduação seria um exemplo

“...daqueles poucos cursos criados em universidades novas, elas próprias mais ágeis, mais modernas e menos burocratizadas. Nessas condições, a expansão da pós-graduação conta com apoio institucional que estimula a captação de financiamentos externos para a pesquisa e infraestrutura. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – e Universidade de Brasília – UnB – parecem estar nesta situação.” (Durham, 1986)

Procurando interpretar o contexto geral do período, Daniel Pécaut em *Os Intelectuais e a Política no Brasil* (Pécaut, 1990) levanta hipóteses interessantes sobre a redefinição do papel do intelectual. Segundo ele podemos qualificar esse momento, isto é, as décadas de 70 e 80 como o da reivindicação “profissional” por parte dos cientistas sociais. Correspondendo a uma maior

institucionalização, diferenciação e hierarquização do campo intelectual, a expansão dos cursos de mestrado e doutorado em ciências sociais neste período não responderia exclusivamente a imperativos governamentais externos mas indicaria também, em tempos de autoritarismo, a busca de novas estratégias em prol da legitimidade e do reconhecimento social. Não se trataria mais então de elaborar “projetos nacionais” nos moldes desenvolvimentistas das décadas anteriores, mas de procurar, através de uma crescente “profissionalização” e da reivindicação de uma competência específica, conquistar reconhecimento por parte da sociedade e do Estado, ainda que em um relacionamento marcado por ambigüidades². Foram momentos também de efervescência e renovação da sociedade civil com reflexos sobre as ciências sociais, destacando-se aí a expansão das Associações de Docentes (a ADUnB é, se não me engano, de 1977), a maior participação das ciências sociais nas reuniões da SBPC – a de 1976, aqui na UnB foi um sucesso! – e a criação de sociedades científicas, como a Anpocs, em fins da década de 70, e já nos anos 80, o renascimento da Sociedade Brasileira de Sociologia. Se para a Sociologia, como lembra Cohn, 1987, aqueles foram anos difíceis, em que a produção da área parecia condenada a um vago “saber crítico” e à mera “denúncia”, sem maiores compromissos com o rigor científico, as sociedades científicas e a expansão da Pós-Graduação foram capazes de garantir a manutenção de um certo padrão de qualidade.

Sem dúvida, esta Pós-Graduação teve papel importante neste sentido e estes vinte cinco anos só fizeram reforçar suas potencialidades, firmando-o como importante centro de ensino e pesquisa no cenário nacional. Todos sabemos que não há receitas pré-fabricadas, porém, além da reconhecida competência e dedicação do corpo docente, gostaria de destacar dois pontos que julgo importantes: o primeiro é a questão da composição do corpo docente, que me parece manter ao longo dos anos um equilíbrio interessante entre recrutamento de pessoal de fora e de pessoal *de dentro*, assegurando a diversidade de formações e interesses que é altamente estimulante para o trabalho acadêmico, tanto para professores quanto para alunos; em segundo lugar, o fato de os docentes do Mestrado e Doutorado serem também professores na graduação. Sei por experiência como no cotidiano é difícil e

extenuante conciliar e dar conta de compromissos em todos os níveis de ensino, mas uma boa graduação certamente alimenta a pós, e a recíproca é verdadeira.

Por fim, o tal legado de que falei no princípio: refletindo sobre isso agora, creio que para mim foram em primeiro lugar, a socialização no *ethos* acadêmico, seus rituais e compromissos, a identificação com a vida universitária; em segundo lugar, uma rigorosa e sistemática formação disciplinar em Sociologia³, suas principais orientações teórico-metodológicas. Pode parecer ultrapassado, mas, mesmo tantos anos depois, não será essa a melhor maneira de ensinar e formar pesquisadores profissionais?

Notas

¹ Em Minas Gerais, por exemplo, como assinala Veiga, 1987, na década de 70 o Mestrado em Ciência Política atrairia grande parte dos titulados em Sociologia, já que o Mestrado em Sociologia só viria a ser criado em 1981.

² Não vou me deter sobre isso, isto é, sobre a redefinição dos laços entre intelectuais e o Estado porque estou certa de que não preciso ensinar “Padre-Nosso ao Vigário”: leiam os textos de Maria Lúcia Maciel e da Ana Maria Fernandes, pratas da casa.

³ Ver a respeito da importância da formação disciplinar, Reis, 1987 e Reis, 1991.

Bibliografia

- COHN, Gabriel. (1987) “A Sociologia como Interrogação?”, in Sociedade Brasileira de Sociologia, *III Congresso Nacional de Sociologia – “Sociologia, Sociologias”*. Finep/CNPq/UnB, 10 e 11 de julho de 1987, Brasília.
- DURHAM, Eunice. (1986) “Problemas do Ensino e da Pesquisa – A Política de Pós-Graduação e as Ciências Sociais”, in *BIB 21*. ANPOCS.
- MOREL, Regina Lúcia M. (1979) *Ciência e Estado – a Política Científica no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz.

- PÉCAUT, Daniel (1990) *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo, Ed. Ática.
- REIS, Elisa. (1987) "Sociologia e as Ciências Sociais no Brasil: a Questão da Interdisciplinaridade", in Sociedade Brasileira de Sociologia, *III Congresso Nacional de Sociologia – "Sociologia, Sociologias"*. Finep/CNPq/UnB, 10 e 11 de julho de 1987, Brasília.
- REIS, Elisa. (1991) "Reflexões Transversas sobre Transdisciplinariedade e Ensino de Ciências Sociais", in Helena Bomeny e Patrícia Birman (org.) *As Assim Chamadas Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, UERJ, Relume-Dumará.
- VEIGA, Laura da (1987) "A Trajetória de uma geração de Cientistas Sociais em Belo Horizonte: Imagens de Anos nem Sempre Dourados", in Sociedade Brasileira de Sociologia, *III Congresso Nacional de Sociologia – "Sociologia, Sociologias"*. Finep/CNPq/UnB, 10 e 11 de julho de 1987, Brasília.
- VILLAS-BÔAS, Gláucia (1991) "A Tradição Renovada", in Helena Bomeny e Patrícia Birman (org.) *As Assim Chamadas Ciências Sociais*, Rio de Janeiro. UERJ, Relume-Dumará.



Ensinar e ensimesmar: a atuação como professora do departamento de Sociologia

Mariza Veloso Motta Santos

Introdução

É com prazer intenso e sincero que ocupo este lugar de enunciação. Lugar que me permite comunicar o percurso de uma aprendizagem – ainda em processo – para expressar o contorno da minha experiência enquanto professora do Departamento de Sociologia.

Rememorar este passado significa restituir-lhe a riqueza de propósitos e a promessa de ações presentes e futuras. Ações construídas com obstinação, pois intrinsecamente nutridas de ideais pessoais e públicos relativos às possibilidades do saber. Saber entendido como capacidade crítica dos sujeitos diante de seu tempo e de sua história.

A oportunidade que este momento oferece leva a rememorar e agradecer o convívio rico e fecundo que pude desfrutar com professores do antigo (ou ancestral?) Departamento de Ciências Sociais, onde aprendi rigorosa e paulatinamente a construir reflexão profunda e sistemática sobre os conteúdos teórico-metodológicos concernentes às Ciências Sociais.

Aprendi ainda a absorver um *ethos* pertinente ao desempenho científico. *Ethos* que supõe a consciência do exercício público da profissão e da atividade científica. *Ethos* que compreende a assunção de uma atitude de responsabilidade e solidariedade em relação aos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade. *Ethos* que implica, ainda, a postura permanentemente crítica no trato das questões teóricas.

Mariza Veloso Motta Santos é professora do Departamento de Sociologia da UnB.

Não caberia aqui citar nomes. Seria enfadonho referir listagem tão ampla. Muitas foram as figuras totêmicas e emblemáticas que contribuíram para a minha formação. Cumpre-me enfatizar, entretanto, que a aprendizagem adquirida se deu, antes de tudo, através da incorporação de normas e valores que norteavam e compunham a instituição denominada Departamento de Ciências Sociais, em particular, o verdadeiro compromisso com a qualidade da reflexão sociológica e antropológica.

Foi por essa razão que tomei como ponto de partida para a construção de uma visão externa ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, o percurso por mim realizado e que culminou com minha incorporação ao Departamento de Sociologia. Departamento este onde tenho usufruído da possibilidade de praticar e exercitar cotidianamente o *ethos* científico já referido.

Neste momento de celebração, gostaria de agradecer a todos os professores e alunos com quem pude compartilhar esta experiência mágica e contundente, embora muitas vezes dolorosa, que me levou à descoberta do social.

I – Aprendiz de sociólogo

Desde o início de minha carreira universitária, ainda enquanto aluna dos cursos introdutórios, interessou-me sobremaneira o modo de compreender e investigar o *social*.

A par dos interesses pelos trabalhos que expunham resultados de pesquisa – pela sua relevância em relação ao tratamento dos dados aí dispostos – concentrava minha preocupação em torno do como apreender os fenômenos sociais. Mesmo ciente de que esta prioridade nos vinha em detrimento de perguntas correlatas tais como: O QUÊ? e POR QUÊ?

Assim, logo no primeiro semestre de curso e de vida universitária minha iniciação permeou-se de uma vivência de extremo contentamento ao cursar as disciplinas “Iniciação à Metodologia Científica” e “Introdução à Sociologia”, quando em mim acentuou-se a curiosidade e a indignação.

Foi neste momento iniciático de minha formação que as Ciências Sociais puderam transformar-se em opção de vida.

Apesar da ansiedade, natural dos 18 anos, percebi que as

respostas e os possíveis caminhos de compreensão da posição e situação dos indivíduos, dos grupos e da sociedade eram complexos e árduos.

Assim, iniciei meu caminho de aprendiz, com o cuidado de quem percebe não ser possível nem banalizar, nem minimizar as dificuldades a serem percorridas.

Registra-se, aqui, mais uma vez, a importância de nossos mestres que puderam indicar-nos não uma resposta, mas uma atitude diante das questões teóricas.

Pacientemente aprendi a elaborar uma atitude de escuta. Atitude de quem deseja compreender a mensagem dos conceitos, dos procedimentos metodológicos e das teorias sociológicas em sua inteireza.

Esse foi o referencial que orientou todo o meu percurso sempre pautado pela preocupação quase obstinada em conhecer o modo como os autores compreendiam a sociedade, como ordenavam as relações sociais em sua especificidade variável. Como compreendiam os processos de interação social?

Naquele momento, e ainda hoje, as perguntas brotavam com extrema intensidade. Particularmente, duas questões foram aos poucos se tornando cruciais, porque constitutivas da realidade social: primeiro lugar, a realidade do trabalho e conseqüentemente do processo de trabalho. Segundo, a linguagem e seu sistema classificatório.

Tal empreendimento me fez compreender o ser humano enquanto ser social, pois, trabalho e fala são atividades eminentemente coletivas.

É justamente porque fala e trabalha, que o ser humano se distingue das demais espécies e expõe, de modo radical, a peculiaridade do caráter coletivo da vivência e sobrevivência da espécie humana.

O caminho foi árduo pois quando se quer compreender o como, tudo pode tornar-se objeto de investigação e o tumulto da realidade empírica pode ser perturbador.

Daí a importância de um curso de qualidade, onde vivencia-se um verdadeiro *ethos* científico, capaz de permitir um exercício de escuta e desbravamento o mais amplo possível de diferentes teorias sociológicas, diferentes perguntas e diferentes respostas.

Aprendi, então, a observar e valorizar o modo como diferentes

autores problematizaram o social e construíram suas teorias sociológicas.

Sempre foi tradição na Sociologia da UnB o estudo dos clássicos, assim por exemplo, com Émile Durkheim e toda a Escola Sociológica Francesa aprendemos a proeminência do grupo sobre o indivíduo, do todo teoricamente construído a partir do arranjo das partes empíricas, a importância dos sistemas simbólicos de classificação na organização da conduta moral dos indivíduos.

Com Max Weber, aprendemos que é constitutivo das sociedades a escassez de bens materiais e simbólicos, o que por sua vez gera luta e conflito entre os grupos sociais em face da competição engendrada pela aquisição de tais bens.

Aprendi, ainda, que o sentido pode faltar e o desencantamento predominar, muito embora a ação social dele necessite.

Com George Simmel, aprendi que só se pode compreender as formas de interação social, uma vez que seus conteúdos são incomensuráveis.

Com Karl Marx, desvendou-se a determinação coletiva do processo de trabalho e suas implicações para a regulamentação dos processos societários.

Enfim, persegui com absoluta convicção muitos e diferenciados dilemas teóricos, acreditando ser mais importante ter coragem de formular perguntas do que encontrar respostas, uma vez que estas não podem ser nem absolutas, nem tampouco difinitivas. Mais do que isto aprendemos a ter dignidade e humildade para percorrer sem preconceitos as mais diferenciadas e por vezes complementares possibilidades teóricas.

II – Mestre de sociólogo: um fechar universalista, uma atitude crítica

Desde o início de minha carreira enquanto professora, tenho ministrado disciplinas na área de Teoria Sociológica, especialmente Teoria Contemporânea.

Mesmo ao discutir temáticas específicas, como Sociologia da Cultura e Sociologia Brasileira tenho procurado transmitir modos de problematizar os conteúdos específicos tratados, o que só é possível através do conhecimento de proposições conceituais pertinentes à matéria.

Na prática docente venho desenvolvendo experiências diversas, de modo a articular alguns cortes possíveis no amplo campo das Ciências Sociais.

Nesse sentido, passei pelo estudo de correntes teóricas sucessivas no tempo, tais como o funcionalismo e o estruturalismo, assim como por escolas já institucionalmente formalizadas, como Escola Sociológica Francesa, a Escola de Chicago e a Escola de Frankfurt.

Temos procurado identificar outras experiências como a exploração de “linhagens teóricas” articuladas por um eixo comum no plano epistemológico-metodológico, como exemplo a discussão sobre a conduta social como forma de linguagem e percepção. Aí incluímos Dilthey, Weber, Alfred Shultz, Simmel, Goffman, Paul Ricoeur e Clifford Geertz.

Outra possibilidade experimentada é o desenvolvimento cronológico da teoria, que começando com o Iluminismo – solo promissor – encontra formulações mais definitivas com os pensadores do final do século XIX como A. Comte, K. Marx, os conservadores, os utópicos e daí subseqüentemente.

Ainda, outra forma de discussão da teoria sociológica é a organização de cursos sobre temáticas específicas como os últimos que tenho ministrado, os quais versam sobre modernidade e metrópole.

Neste caso é possível realizar um percurso transversal no tempo, podendo-se alcançar autores clássicos e contemporâneos.

No que diz respeito ao tratamento dado a cada autor, procede-se a uma divisão em três tópicos distintos, através dos quais procura-se considerar o contexto biográfico, onde se discute a trajetória intelectual do autor, o contexto sócio-político e científico, onde se discute os acontecimentos sociais, as instituições vigentes e igualmente as matrizes de pensamento reinantes e a complexidade de seus ordenamentos constitutivos.

Além disso, procura-se a compreensão da totalidade do trabalho examinado, através de uma leitura crítica dos conceitos e proposições presentes na teia argumentativa da obra em apreciação.

Em suma, enquanto professora, tenho procurado transmitir uma atitude radicalmente crítica no que concerne à consideração da complexidade e seriedade da reflexão acadêmica.

Neste sentido e de conformidade com o meu aprendizado não

indico respostas. Ensino a perguntar. Ensino a prática da interrogação, do estranhamento e distanciamento como nutrientes necessários à fecundação de novos conhecimentos.

Acredito que a possibilidade do desenvolvimento da reflexão teórica, cujo alcance deve atingir a produção de novos conhecimentos, só é possível quando assumida uma atitude universalista diante do conhecimento, da sociedade e da história.

Tal atitude certamente pressupõe a existência da diferença, mas não afugenta-a na irredutibilidade do específico, nem tampouco inibe a consideração da igualdade à sua pura analogia.

Um dia antevi. Hoje, vejo consolidada a realidade de um programa de pós-graduação que descortina novos horizontes, posto que absorve em seu metabolismo a reflexão e a crítica, propiciadoras do verdadeiro sentido da experiência, conforme Benjamin, onde é possível aliar o conhecimento do passado a uma atitude salvadora do futuro.

III – Conclusão

Conforme anunciei no início destes comentários, para falar de uma visão externa me posicionei desde um ponto de vista interno. Percorri minha trajetória para dela derivar nossa atuação.

O que se buscou ressaltar – a partir de uma visão externa – foi a atitude universalista e crítica permitida e até mesmo exigida dos professores vinculados ao programa de pós-graduação do SOL – o que já prenuncia um de seus méritos constitutivos.

Por fim cumpre-me ressaltar que o clima de liberdade e responsabilidade reinante no SOL/UnB tem favorecido o não preconceito com qualquer tradição teórica e ensejado atitude decididamente universalista assim como a consideração da totalidade histórica.

Para finalizar, diria que reflexão crítica e utopia não são excludentes. Assim o brilho do SOL tem sido compatível com a quietude da noite teórica.

Sociologia e políticas de saúde: a experiência do programa de pós-graduação em Sociologia da UFMG¹

Mercês Somarriba

Nas notas seguintes sobre o ensino das Ciências Sociais centrado na tematização da saúde serão abordados três aspectos principais.

Primeiro, será caracterizado o contexto institucional em que se dá a atuação no ensino; segundo, as atividades desenvolvidas serão especificadas; terceiro, serão indicados pontos positivos e dificuldades e desafios identificados no decorrer dos cerca de dez anos de atuação no campo de ensino em pauta.

As experiências de ensino aqui tratadas transcorreram sobretudo no Mestrado em Sociologia, no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Elas tiveram como eixo a disciplina optativa Sociologia da Saúde, com quarenta e cinco horas/aula.

Enquanto disciplina optativa, ela está aberta a alunos de outros cursos de pós-graduação da própria UFMG, como disciplina eletiva, e a pessoas de fora da instituição, com nível de escolaridade compatível, como disciplina isolada. Nos dois casos, o atendimento à demanda dos interessados depende da disponibilidade de vagas e da avaliação do pedido dos candidatos pelo Colegiado do curso e/ou pela docente responsável pela disciplina. Como regra geral, os pedidos de matrícula na categoria eletiva têm prioridade com relação aos pedidos de disciplina isolada e, para ser oferecida, a disciplina deve contar com demanda de pelo menos três alunos

Mercês Somarriba é professora Titular do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG e autora da primeira dissertação do Mestrado em Sociologia da UnB.

do próprio curso, de acordo com a orientação válida para oferta de optativas no caso da pós-graduação em Sociologia da UFMG.

Os alunos que têm cursado a Sociologia da Saúde como disciplina eletiva, no Mestrado, são originários principalmente de cursos de pós-graduação (especializações, mestrados, doutorados) nas áreas de Medicina, Farmácia, Enfermagem, Odontologia e Veterinária. Ou são alunos graduados numa dessas áreas e que cursam pós-graduação na área de Ciências Humanas como por exemplo em Demografia, Educação e Ciência da Informação. Os que a cursam como disciplina isolada são geralmente profissionais que atuam no planejamento ou prestação de serviços de saúde, no setor público. Ao contrário da graduação em que a demanda é quase que totalmente interna, predominam, no Mestrado, alunos externos, de eletiva e isolada. As turmas tendem, pois, a apresentar uma composição bem diversificada, com uns poucos alunos com formação em ciências sociais e uma maioria (cerca de dez a cada semestre) com formação nos diversos campos da saúde mencionados.

Em função da significativa demanda externa da disciplina, tem-se procurado oferecê-la uma vez por ano, no nível de pós-graduação.

O programa da disciplina tem se transformado ao longo do tempo, mas sempre procurando contemplar abordagens epistemológicas, sociológicas, antropológicas e da Ciência Política. Nas perspectivas epistemológica, e da sociologia do conhecimento, a medicina hegemônica é contextualizada como prática social e analisada enquanto expressão da chamada racionalidade científica moderna: examina-se, aqui, como a razão médica combate e elimina categorias, conceitos e teorias divergentes e concorrentes, através de estratégias de produção de discursos e de políticas sociais; como a medicina produz e reproduz determinadas relações sociais e interdita/suprime outras que poderiam se instituir se medrassem a partir de outros discursos. Outras medicinas, consideradas paralelas, alternativas, complementares ou subordinadas, são discutidas nestas mesmas éticas. Ainda na linha da sociologia do conhecimento, trata-se da doença como construção social. A corporação e as ideologias médicas e as profissões da área da saúde são discutidas sociologicamente, com a contribuição fundamental da chamada Sociologia das Profissões. Com o auxílio da Ciência Política analisa-se a atuação do Estado e das organizações

e movimentos da sociedade civil no campo da saúde no Brasil, ao longo de nossa história. E a perspectiva antropológica é desenvolvida na compreensão da organização simbólica da doença e dos vários modelos e práticas terapêuticas usadas em nosso meio.

Como se pode observar, a estrutura do Programa é reveladora da preocupação com a interdisciplinaridade interna das Ciências Sociais, contendo enfoques sociológicos, antropológicos e da Ciência Política. Tal pluralismo disciplinar tem a ver, por um lado, com a convivência frutífera e relativamente harmoniosa da Sociologia e da Antropologia no mesmo Departamento; por outro, decorre da forte interação entre os Departamentos e, particularmente, os Programas de Mestrado em Sociologia e em Ciência Política que resultou, recentemente, na iniciativa conjunta de criação do Doutorado em Sociologia e Política.

Tendo em vista a grande heterogeneidade das turmas, já mencionada, há um esforço deliberado de explicitação das opções teórico-metodológicas dos vários autores utilizados no programa, com o sentido de se alcançar um universo de discurso minimamente homogêneo e um certo rigor conceitual.

A preocupação com essas exigências fundamentais para o bom andamento do curso torna-se ainda mais relevante em função da difusão no meio dos profissionais de saúde de uma espécie de vulgata sociológica. Assim, conceitos teoricamente bem elaborados na tradição das várias disciplinas das Ciências Sociais, tais como *representações, controle social, Estado, classes sociais*, são esvaziados de seus conteúdos teóricos, passando a ser utilizados de forma imprecisa e banalizada.

Caso paradigmático desse processo de esvaziamento e banalização é o da trajetória do conceito de *controle social* entre os profissionais de saúde, inclusive daqueles com passagem por cursos de Ciências Sociais.

Nos anos setenta e início dos anos oitenta, quando ainda prevalecia, no meio intelectual brasileiro, uma visão maniqueísta do Estado como um conjunto monolítico de aparelhos de dominação, e das políticas sociais como estratégias deliberadas para a reprodução da força de trabalho e/ou a contenção do conflito social, o termo controle social era usado para qualificar

(ou melhor, desqualificar) toda e qualquer iniciativa estatal no campo da saúde. Tais iniciativas eram consideradas como funcionais ao sistema de exploração e de dominação e estariam voltadas para o controle de tensões sociais potencialmente disruptivas. No nível micro-sociológico, o conceito era utilizado com o mesmo sentido, para denunciar, por exemplo, as políticas de saúde das empresas.

A partir da segunda metade dos anos oitenta, quando se tornam muito vivos os debates, iniciativas e propostas de democratização das políticas de saúde, através da criação de instâncias de participação da população, e dos usuários em particular, nos serviços de saúde, o termo controle social passa a ser usado como sinônimo de participação dos usuários na gestão dos serviços, de democratização do setor saúde ou de controle público das políticas e ações de saúde.

Nas duas situações, mas principalmente na segunda, o que se tem é um uso do conceito que o desfigura inteiramente enquanto conceito sociológico seminal, constitutivo do arcabouço teórico da Sociologia Clássica, que apresenta importância estratégica para a análise de processos sociais básicos ligados à socialização e à maior ou menor eficácia da mesma. Nessa medida, a banalização referida torna-se prejudicial à compreensão de textos sociológicos utilizados no próprio programa, nas análises, por exemplo, do binômio saúde-doença como construção social dos efeitos disciplinares das instituições médico-sanitárias e das disputas e acomodações entre as várias práticas terapêuticas. Assim, antes que propugnar uma pureza conceitual demarcadora do monopólio de um espaço disciplinar, a preocupação com o rigor conceitual, aqui expressa, volta-se para a busca de um padrão discursivo que viabilize a comunicação de conteúdos de maior densidade teórica, num espaço de reflexão interdisciplinar.

A origem heterogênea de formação e prática profissionais dos alunos propicia, por outro lado, a oportunidade ímpar de se debater os vários temas abordados no programa a partir de óticas e interesses variados. São trazidos para discussão fatos e preocupações ligados às atividades concretas desenvolvidas pelos alunos em seus locais de trabalho. Em muitos casos, as indagações postas em debate já estão sendo objeto de dissertações e teses em processo de elaboração. Como conseqüência, os seminários do curso tendem

a ser perpassados por discussões muito vivas, às vezes bem acirradas, mas, quase sempre, voltadas para desafios teóricos e práticos diretamente experimentados pelos participantes.

Outra atividade a ser aqui considerada é a orientação de estudantes que elaboram trabalhos acadêmicos sobre a temática da saúde. Até o momento, dos trabalhos orientados foram concluídas cinco monografias de Graduação, que só menciono aqui porque três delas acabaram por se constituir em propostas de trabalho a serem desenvolvidas no nível de pós-graduação; cinco dissertações de Mestrado; e estão em curso duas teses de Doutorado, em regime de co-orientação.

As cinco monografias foram feitas como trabalhos de conclusão do curso de Ciências Sociais e trataram dos seguintes temas todos relevantes para o campo de políticas de saúde:

- Estudo comparativo das Reformas Sanitárias brasileira e italiana;
- Municipalização dos serviços de saúde em Belo Horizonte;
- Abordagem sócio-histórica da homeopatia em Minas Gerais;
- A construção do modelo médico-assistencial no Brasil, sob a hegemonia do setor privado;
- A clientela das farmácias homeopáticas em Belo Horizonte.

Das dissertações, uma foi desenvolvida no Mestrado em Ciência Política e as demais no Mestrado em Sociologia. Trataram dos seguintes temas, também diretamente pertinentes à discussão de saúde:

- Resistência ao processo de assalariamento e crise ideológica na corporação médica em Minas Gerais;
- Homeopatia – retomada social de uma prática terapêutica;
- O ambulatório de saúde mental em questão;
- A constituição profissional da medicina homeopática;
- A formação do Conselho de Saúde na região Leste de Belo Horizonte.

Uma das teses está sendo desenvolvida no Doutorado em Medicina Tropical e trata da interação usuários-unidades de saúde, do ponto de vista da educação sanitária. A segunda se desenvolve no Doutorado em Demografia e trata de dimensões

psicossociais das trajetórias femininas rumo à redução da fecundidade.

Vários destes alunos são médicos, alguns com intensa participação na formulação e implementação de políticas de saúde.

Na maior parte dos casos, o interesse dos autores dos trabalhos mencionados foi suscitado pelas discussões desenvolvidas na disciplina Sociologia da Saúde ou teve nela um espaço fértil de questionamentos e sugestões formulados pelos participantes.

Embora quase todos os orientandos não-originários das Ciências Sociais tenham cursado a disciplina e, nessa medida, alcançado um razoável grau de familiaridade com a abordagem sociológica, o maior desafio das atividades de orientação continuou sendo o de que lograssem focar os temas da saúde na perspectiva própria das Ciências Sociais e dentro de um padrão aceitável de rigor conceitual e consistência teórica. Nem é preciso dizer que tal objetivo, em alguns casos, foi atingido realmente num nível apenas razoável.

Concluindo, parece relevante registrar que, nesta década de atividades de ensino de temas da saúde na perspectiva das Ciências Sociais, logrou-se constituir, no âmbito de cursos de Ciências Sociais – notadamente no Mestrado em Sociologia da UFMG – uma área temática centrada em questões de grande significação para o campo das políticas públicas de saúde.

A atividade que, por assim dizer, desencadeou o processo de constituição da área foi a oferta mais ou menos regular da disciplina Sociologia da Saúde, no nível de Pós-Graduação. A partir dessa oferta foi que a disciplina passou a constar, como optativa, de grades curriculares de vários Programas de Pós-Graduação das áreas de Ciências Humanas e de Saúde criados ao longo da última década. E foi no âmbito da disciplina que se definiram as atividades de orientação das monografias, dissertações e teses que, enfocando as questões da saúde na perspectiva das Ciências Sociais, têm contribuído para ampliar a compreensão de tais questões, estendendo e legitimando a presença de nossa área de conhecimento no campo das políticas públicas de saúde.

¹ Este texto constitui versão modificada de trabalho apresentado à Oficina de Ciências Sociais em Saúde promovida pela ABRASCO/Comissão de Ciências Sociais em Saúde, Rio de Janeiro, 30/03 a 01/04 de 1995.

Um tempo à reflexão

Laura Maria Goulart Duarte

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite e dizer de minha alegria em estar participando das festividades dos 25 anos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Na condição de ex-aluna do Programa, de ex-Coordenadora do PET e de ex-Chefe do Departamento e na condição atual de professora e pesquisadora creio ser este um momento muito especial, na medida em que nos permite uma reflexão sobre nossa própria atuação na produção coletiva do saber que se realiza no âmbito do SOL.

Ao tentar delinear um esboço para minha fala, me peguei por diversos momentos refletindo sobre os meus primeiros contatos com a sociologia, há exatamente 25 anos, no Centro de Estudos e Pesquisas em Sociologia e Economia Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os meus primeiros contatos com os doutores do Convênio MEC/USAID, formados pelas Universidades americanas de Ohio, Madison e Wisconsin, entre outras, e com os mestrandos cuja formação logicamente estava pautada pela sociologia americana (bem descrita por Aron (1987:6) como essencialmente analítica e empírica), foram marcados por dois momentos igualmente importantes devido às descobertas que me propiciaram: um primeiro de puro encantamento e outro de desilusão. Destes momentos ficaram, pelo menos, duas marcas profundas em minha formação e que permanecem constantes em minha prática como socióloga.

Laura Maria Goulart Duarte é professora do Departamento de Sociologia da UnB.

- 1) o fascínio pela pesquisa de campo, pela descoberta *in loco*, pela riqueza do empírico e pela dinâmica que o real encerra;
- 2) a convicção de que o empírico, uma vez apreendido, não consegue ser retratado tal como se apresenta na realidade, daí o constante exercício metodológico e teórico no sentido de penetrar na zona cinzenta que, apesar de todos os esforços, permanece entre o real e sua explicação, entre o real e sua representação.

Estas questões são ainda hoje pertinentes e eu gostaria de, tendo-as como base, iniciar minha reflexão sobre alguns aspectos que constituem, sob meu ponto de vista, verdadeiros desafios à Universidade – como espaço por excelência de produção do conhecimento – e ao SOL, lugar privilegiadíssimo não apenas de produção do conhecimento, mas de produção de um bom conhecimento, como já foi aqui salientado por diversas vezes.

Lembro as palavras proferidas ontem pelo Secretário Adjunto de Ciência e Tecnologia do GDF, referindo-se aos riscos de a sociologia se distanciar dos principais problemas que vivenciamos. Estas palavras também me remetem ao diálogo que Boaventura de Souza Santos faz com Fourier (socialista utópico do século passado) quando questiona sua afirmação de que os cientistas sociais se ocupavam cada vez menos com os problemas fundamentais de sua época, trazendo esta discussão aos dias de hoje (Santos, 1994); e ainda me fazem lembrar a afirmação de Mariza Peirano sobre a importância de Florestan Fernandes para a hegemonia da sociologia nas décadas de 50 e 60. Segundo ela “Florestan Fernandes deu certo e ‘pegou’ porque ele tratou de problemas candentes para a época, realizando seu papel de intelectual e de cidadão” (Peirano, 1991:47).

Aqui temos, pelo menos, duas importantes questões a serem respondidas: quais são os problemas fundamentais de cada época e quem os determina ou decide sobre seu estatuto enquanto tal? Boaventura responderia a primeira destas questões da seguinte maneira: os problemas fundamentais são aqueles “que estão na raiz das nossas instituições e das nossas práticas, são modos profundamente arraigados de estruturação e de ações sociais, considerados por alguns como fontes de contradições, antinomias,

incoerências, injustiças que repercutem com intensidade variável nos mais diversos setores da vida social” (1994:244). Para esse autor, as ciências sociais são hoje mais incertas que o eram ao tempo de Fourier, proporcionalmente à diversidade e conflitualidade internas às correntes científicas e, como resultado, se algumas correntes esquecem-se dos problemas fundamentais, outras primam em tentar identificá-los e quiçá resolvê-los. Para Yarley (1992), a definição de problemas sociais não depende apenas de suas condições objetivas, ou seja, estas, por si só, não se colocam como suficientes para a sua determinação. Concorda com Kitsuse e Spector (1981:201) que essa definição depende “da existência de grupos ou organizações que definam uma determinada situação social como um problema, e que procurem fazer qualquer coisa para o resolver”. Estas colocações indicam não apenas que as explicações e soluções dos problemas fundamentais de cada época são buscadas coletivamente, como também, em processo anterior, as determinações do que sejam estes problemas são responsabilidade de atores sociais organizados, dentro e/ou fora da academia.

Sobre este último aspecto, Kuhn salienta como importante função dos paradigmas e da comunidade científica a definição e solução de problemas: “a natureza é demasiado complexa para ser explorada ao acaso mesmo de maneira aproximada. Tem que existir algo que diga ao cientista onde procurar e por que procurar, e esse algo, que pode muito bem não durar mais que essa geração, é o paradigma que lhe foi fornecido com a sua educação de cientista” (1974:72).

Assim, a relação que se estabelece entre os paradigmas e os correlatos saberes produzidos na Universidade, por um lado, e a explicação e solução dos problemas de nosso tempo, por outro, nos é exigida a todo instante. Também fico me perguntando por inúmeras vezes se nós nos distanciamos e viramos as costas para a realidade e para os problemas que ela encerra ou, se isto não é verdadeiro, se temos nos equipado de instrumentos que nos permitam uma melhor identificação do que sejam estes problemas e uma maior proximidade e enfrentamento dos desafios que a todo o momento nos são colocados, enquanto cientistas sociais e enquanto cidadãos.

Creio que no Departamento de Sociologia nós vivemos não

apenas num ambiente, mas também num momento muito rico, no qual a pluralidade é uma prática que permite que várias temáticas, emergentes ou não, sejam trabalhadas. Apesar das investigações e dos exercícios teóricos e metodológicos em curso no SOL, que visam a dar conta dos processos mais característicos de nossa época, tais como a universalização/fragmentação, com seus manifestos na globalização e na regionalização nas mais diversas instâncias, penso que a zona cinzenta está aumentando e, portanto, contribuindo para o distanciamento entre o real e sua explicação sociológica.

A riqueza e a importância dos legados para a análise, numa perspectiva totalizante, e o rigor disciplinar que permite a especialização do saber não podem ser negados. Contudo, creio ser hoje mais necessário do que nunca que sejamos impertinentes e criativos em busca de um novo olhar e de novas explicações para os problemas que vivenciamos.

Saliento aqui a importância de, ao reconhecermos a complexidade do real, entendermos a transdisciplinaridade (Morin: 1982; 1986) enquanto um valioso instrumento para a sua apreensão e enquanto prática na investigação científica.

Como já foi várias vezes aqui salientado, o SOL prima por uma diversidade temática e por uma pluralidade teórica e metodológica; entretanto, esta diversidade que pode fortalecer e possibilitar avanços na explicação dos fenômenos encontra-se, muitas vezes, fragmentada e compartimentalizada nos limites do escopo de cada projeto e de cada linha de pesquisa. Esta prática não dialogada, plenamente sanável, resulta, se não na limitação dos trabalhos, pelo menos na impossibilidade de sua articulação ao nível da teoria e da metodologia praticadas também em outros campos do saber.

Talvez não seja o momento de colocar apenas nossas angústias e incertezas sobre a melhor maneira de construir o conhecimento na academia. Muito mais importante seria salientar as experiências positivas. Com certeza são muitas. Como expoente de uma prática rica e criativa da integração acima aludida, identificamos claramente o projeto "O Ensino da Sociologia através do Teatro", desenvolvido pelo Prof. João Gabriel Teixeira na linha de Sociologia da Cultura.

Além da transdisciplinaridade e da criatividade, saliento ainda a importância da relação entre o ensino e a prática da pesquisa.

Sobre este último aspecto creio que se tem trabalhado no SOL de forma muito promissora, especialmente no que se refere ao fortalecimento das atividades de iniciação à pesquisa na graduação, através da consolidação dos Programas PET/Capes e IC/CNPq, e mais recentemente do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico – RHAÉ. O sucesso destas experiências tem-se revelado concretamente não apenas nos resultados das atividades desenvolvidas, mas também na trajetória dos alunos nelas envolvidos que, na maioria, seguem com bastante sucesso sua vida profissional dentro e fora da academia.

Chamo a atenção para a valiosa contribuição que representa a produção e divulgação da revista *Textos Graduados* à prática da socialização do conhecimento entre os alunos da Graduação. Com certeza este é um importante resultado do trabalho coletivo de ensino e pesquisa desenvolvido no âmbito do SOL.

Na Pós-Graduação considero tímida a interação dos mestrandos e doutorandos nos projetos de pesquisa institucionais. A prática da pesquisa, na maioria das vezes, limita-se à elaboração do projeto e à execução da tese como um exercício solitário. Apesar de o Mestrado e o Doutorado constituírem-se basicamente em treinamentos individuais, em função dos prazos e dos recursos cada vez menores e, portanto, da necessidade de otimizá-los, creio ser necessário que a prática da construção coletiva do conhecimento se desenvolva de forma mais efetiva também na pós-graduação. Esta prática tem sido desenvolvida, com bastante sucesso, nas linhas de pesquisa de Sociologia Rural e de Ciência e Tecnologia, seja através da incorporação dos pós-graduandos aos projetos integrados já existentes, ou seja através da articulação de diferentes projetos de tese e de dissertação em torno a projetos de pesquisa institucionais mais abrangentes, que permitam aglutinar os interesses individuais dos alunos e de seus orientadores aos interesses coletivos e institucionais.

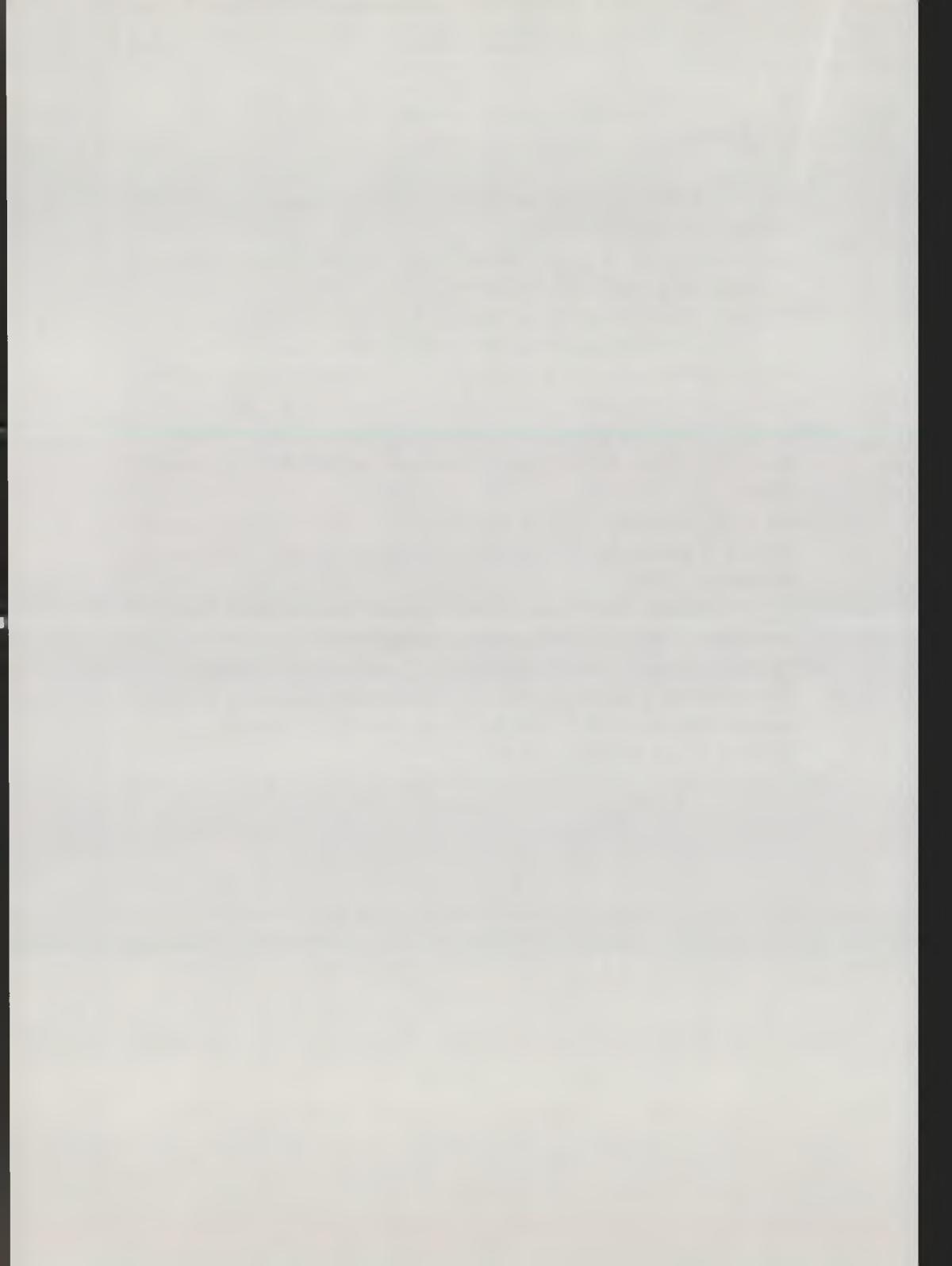
A última questão que quero abordar refere-se à democratização no espaço acadêmico. Sobre este assunto vou limitar-me a explicitar

um mal estar que vem me acompanhando desde há muitos anos, tanto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul quanto na Universidade de Brasília. Este mal-estar refere-se à maneira como entendemos os problemas do cotidiano acadêmico e como buscamos suas respostas e soluções. Nos deparamos, na maioria das vezes, a procurar os responsáveis e a buscar soluções na figura do "outro". Este "outro" pode ser qualquer um, Governo, Reitor, Aluno, Chefe, Funcionário, Comando de Greve, enfim qualquer um, menos nós. A mudança nesta cultura organizacional, já cristalizada, é um dos principais desafios que devemos encarar internamente. Proponho aqui a democratização na gestão universitária, democratização esta que significa não apenas a divisão equitativa dos resultados, mas também a divisão equitativa das responsabilidades. Através de práticas de gestão mais participativas, todos, incondicionalmente, deveriam dar sua contribuição, num processo que, embrionária e utopicamente, poderia ser chamado de "solidariedade administrativa". No nosso caso, esta contribuição pode significar a manutenção do SOL como centro de excelência, como espaço de construção coletiva do conhecimento científico e como espaço de realização de sonhos.

Agora sim, finalizando, eu gostaria de dizer que se não nos for possível conservar o "dom da eterna juventude", conforme constatado por Weber, que pelo menos saibamos amadurecer conservando o charme e o poder de sedução que ainda hoje nos é peculiar. Obrigada.

Bibliografia

- ARON, R. (1987) *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo, Martins Fontes/Ed. UnB.
- YARLEY, S. (1992) *A Causa Verde. Uma Sociologia das questões ecológicas*. Oeiras, Celta Editora.
- KITSUSE, J. I. e SPECTOR, M. (1981) "The labeling of social problems". In: E. RUBINGTON e WEIBERG, M. S. (orgs.). *The Study of Social Problems*. New York, Oxford University Press, pp.198-206.
- KUHN, T. (1974) "A Função do Dogma na Investigação Científica". In: DEUS, J. D. de (org.). *A Crítica da Ciência*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MORIN, E. *O Método III. O Conhecimento do Conhecimento/1*. Lisboa. Publicações Europa/América Ltda. s/data. (Publicação Francesa: 1985)
- _____. *Ciência com Consciência*. Lisboa. Publicações Europa/América. s/data. (Publicação Francesa: 1982)
- PEIRANO, M. G. (1991) "Por um Pluralismo Renovado". IN: BOMENY, H. e BIRMAN, P (orgs.). *As Assim Chamadas Ciências Sociais. Formação do Cientista Social no Brasil*. Rio de Janeiro, UERJ/Relume Dumará, 43-51.
- SANTOS, B. de S. (1994) *Pela Mão de Alice*. Porto, Ed. Afrontamento.



Breve história de uma vocação

Danilo Nolasco C. Marinho

Fui solicitado a falar sobre a minha relação com o Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. É um tema caro para mim, que tenho relações afetivas fortes com esta Universidade, e, diante desta circunstância, vou procurar atenuar a perspectiva afetiva e tratar da minha “vocação”, no sentido weberiano do termo, para vir trabalhar nesta Universidade e neste Departamento.

Vivi na UnB no início da década de setenta. Viver é um verbo apropriado para descrever o tipo de envolvimento que tive, a Universidade foi minha casa, minha família, aqui comecei a procurar um sentido para a vida e uma busca ardorosa do conhecimento.

Após completar o curso de graduação fui dar seqüência à vocação que se incorporou em mim durante meus estudos, fui ser professor. Descobri que ensinar é uma das coisas mais maravilhosas que existem, sentia-me feliz, desde aquela época, quando alguém se dirigia a mim chamando-me de professor. Professor, detentor do conhecimento que uma geração passa para a outra. Entretanto, no lado prático da vida, a situação não era tão confortável, era professor de uma faculdade particular e, já naquela época, o salário e as condições de trabalho não eram condignos. Nesse contexto é que aparece o outro “caso” de minha vida: fui chamado para trabalhar em uma instituição recém criada, a Embrapa.

A Embrapa em seu período carismático, de construção da instituição, era um local formidável para se trabalhar, novas idéias

Danilo Nolasco C. Marinho é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

eram sempre bem recebidas. Não fui para o conforto do escritório de Brasília da Embrapa, fui fazer tarefas pequenas e indispensáveis para o novo sistema de pesquisa brasileiro, que incluía os órgãos estaduais de pesquisa. Desde essa época passei a ser “carregador de piano”, acho que acabei me acostumando com isso. O trabalho na Embrapa, lamentavelmente, afastou-me da UnB e de Brasília e a vontade de retornar a ambas sempre permaneceu forte. Como pesquisador da Embrapa tive oportunidade de fazer o mestrado nos EUA, tempo e local em que defini meus caminhos intelectuais, inclusive minha opção de estudar sociologia.

O contexto acadêmico-intelectual das universidades americanas é formidável; mesmo no período da “guerra fria” as possibilidades de pesquisar com farto material e discutir qualquer assunto eram quase ilimitadas; comparando-se com o Brasil de então as diferenças eram marcantes. O Departamento de Sociologia da velha Universidade do Mississippi, especializada em estudos rurais/agrícolas, colocou-me em contacto com os autores clássicos e contemporâneos e, também, com os latino-americanos e terceiro mundistas e certamente com os autores mais especializados nas temáticas rurais/agrícolas. O contacto cultural nas universidades americanas (estive em outras também) foi importante no caminho em direção à maturidade intelectual.

Retornando ao Brasil, não consegui ser lotado na Embrapa em Brasília, o que foi uma decepção, mas, por outro lado, possibilitou a vivência de outros contextos de trabalho nesse nosso país continente. Finalmente, consegui retornar, em 1988, às minhas acalentadas Brasília e UnB. Vim realizar meu doutoramento no SOL/UnB na área de concentração “ciência, tecnologia e sociedade”, já que a tecnologia agrícola era objeto de meu trabalho naquele período. Foi bom enquanto durou: terminei o doutorado em 1991, afastei-me da UnB mas permaneci em Brasília, na sede da Embrapa. O trabalho na Coordenação de Estudos Estratégicos da Embrapa é interessante, mas procurei sempre ficar em contacto com o SOL/UnB colocando-me disponível para palestras e cursos de curta duração. Finalmente, após um concurso, tomei a decisão de vir em definitivo para o nosso Departamento, abandonando após 18 anos a minha conceituada Embrapa. Foi uma decisão difícil, tinha laços afetivos/intelectuais com a Embrapa, mas

caminhei em direção à minha vocação, foi uma escolha, tornei-me professor.

Por que Sociologia?

É difícil para uma pessoa tornar-se sociólogo, é uma tarefa primeiro de auto convencimento e posteriormente de persuasão de terceiros. A sociologia é um campo do conhecimento ainda buscando afirmação, os fenômenos de que ela trata não poderiam ser abordados pela história, economia, filosofia, ciência política e antropologia? Ou o contrário, todas essas disciplinas seriam subáreas da sociologia? Não há dúvida de que uma boa sociologia será sempre atormentada pela imensidade labiríntica das coisas humanas e de que só poderá dar sentido a elas adotando pressuposições, como todas as ciências fazem, que orientam os caminhos das indagações e de suas possíveis compreensões. Recentemente, lendo um depoimento de Robert K. Merton (1989) sobre a carta que ele recebeu de Pitirim Sorokin, fundador e chefe do Departamento de Sociologia da Harvard University, sobre a primeira versão de sua tese de doutorado que ele tinha submetido à crítica daquele professor, meditei sobre as dificuldades de se trabalhar em uma ciência multiparadigmática. A crítica foi contundente em todos os aspectos, destacando-se a “excessiva influência de Weber”. Apesar disso o trabalho de persuasão de Merton para se tornar sociólogo foi efetivo, tornando-se um dos mais importantes sociólogos americanos contemporâneos.

A decisão de estudar sociologia foi resultado de uma demanda prática, era uma linha de trabalho nascente na Embrapa e, também, porque foi um caminho lógico de minha busca intelectual.

No caminho da demanda prática, fui conduzido ao estudo da sociologia pela busca da compreensão das variáveis socioculturais que interferem no desenvolvimento rural e da agropecuária. A questão que se colocava era a seguinte: por que alguns produtores agrícolas tornam-se modernos e outros não? Entendendo-se modernização como a adoção de técnicas e insumos industriais e inserção em uma cadeia de produção capitalisticamente estruturada.

Essa questão levou-me ao estudo da difusão de inovações tecnológicas na agricultura, eram os chamados estudos sobre difusão e adoção de inovações na agricultura, que estavam em voga na época na sociologia rural americana. O que resultou foi uma crítica às premissas desses estudos e uma constatação de que, embora os estudos sobre difusão de inovações não tivessem repercussão significativa em nossos meios acadêmicos, eles produziram repercussões relevantes nas agências governamentais brasileiras encarregadas de estimular o desenvolvimento da agricultura. Essa repercussão se deu através da ação das agências norte-americanas para desenvolvimento internacional que, via assistência técnica e financiamento, influenciaram as agências locais dos países em desenvolvimento no sentido de incorporarem seus objetivos e metodologias.

A prática decorrente do trabalho teórico anterior se dirigiu para a identificação de produtores rurais com o objetivo de subsidiar a elaboração de “sistemas de produção” para a agropecuária. Posteriormente, durante alguns anos me dediquei à área de recursos humanos, foram anos de trabalho árduo e pouca produção de trabalho intelectual/acadêmico. Como trabalhei com a formação e desenvolvimento de equipes de pesquisadores realizei teorização sobre o “cientista como burocrata”.

Finalmente o doutorado na Sociologia da UnB: a agricultura deveria continuar como tema, mais especificamente a tecnologia agrícola, para haver coerência com minha perspectiva futura de inserção em outras equipes de pesquisa na Embrapa. Uma experiência rica nesse período foi a participação em um projeto do CNPq chamado “Avaliação e Perspectivas em C&T” que possibilitou o acesso a informações sobre a produção da ciência e da tecnologia em vários países e particularmente nos Estados Unidos. Foi um período fértil, em que se consolida um interesse sobre o papel e as tendências da ciência e da tecnologia no mundo contemporâneo.

O tema da tese vai refletir o cruzamento dos interesses sobre o papel da ciência na sociedade contemporânea com o papel da agricultura e do setor agroalimentar, com ênfase no contexto brasileiro, isto através do estudo de um dos segmentos de fronteira da C&T, as chamadas novas biotecnologias, particularmente através

de suas possibilidades de interferir no processo de produção agrícola. A tese revela a importância estratégica do domínio do conhecimento em geral e a necessidade de construir imagens do futuro, chamadas de utopias, para o Brasil, principalmente naquelas áreas em que o País possui vantagens comparativas, como é o caso da agricultura.

Já na Embrapa, além das atividades administrativas, o tema geral da tese teve seqüência através do envolvimento em projeto sobre tendências da agricultura e do sistema agroalimentar, ou seja, trabalhar na elaboração de cenários de futuro, atividade esta demandada pelo processo de planejamento estratégico daquela instituição. Com minha saída da Embrapa para o Departamento de Sociologia, esses estudos tornaram-se mais sociológicos, incluindo uma avaliação crítica dos estudos sobre o futuro em geral.

A decisão de estudar sociologia como conseqüência de uma demanda intelectual pessoal está vinculada à grande integração da mesma com as ciências humanas, provocando saciedade intelectual para um profundo interesse no conhecimento humanístico. Ao mesmo tempo é um campo do conhecimento passível de realizar conjecturas a respeito das tendências das sociedades e, quiçá, desenvolver ações para mudá-las.

Considero o sociólogo como o mais apetrechado dos cientistas para persuadir os homens sobre qual é o futuro desejável e sobre as estratégias necessárias para atingi-lo. Não está subentendido aqui que o sociólogo seja detentor de alguma verdade científica axiologicamente firmada. De acordo com a sua ética pessoal ele deve buscar aquilo que considera ser a verdade dentro dos cânones da ciência que ele compartilha. Cabe lembrar a afirmação cínica de Machiavelli: você deve oferecer ao príncipe aquelas coisas por que você próprio mais se interessa ou (e) então (também) aquelas que mais agradam ao príncipe. É bom lembrar que os interesses e os valores permeiam as ações humanas individuais e coletivas.

É importante ressaltar: o cientista não é o profeta dos tempos modernos. Do ponto de vista do indivíduo, o sentido da vida e da morte não é dado pela ciência, são os sentimentos e as práticas religiosas mais efetivos em lidar com esses temas fundamentais. Weber sabiamente considerou que não devemos transformar os cientistas em profetas ou em salvadores.

Estudar sociologia na UnB foi decorrente de busca de prazer intelectual e, sobretudo, de demandas para realizar trabalho socialmente útil, atendendo instituições públicas brasileiras. Ser professor no Departamento de Sociologia também é motivo de prazer intelectual, de orgulho e da possibilidade de realizar um trabalho socialmente útil como educador, motivado pelo contacto e pela possibilidade de participar na formação dos jovens.

A Sociologia na UnB: uma visão interna

Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro

Falar da influência da Pós-Graduação em Sociologia da UnB em minha vida profissional atual é uma grande satisfação e também um imenso desafio: implica um esforço, que não é fácil, de identificar, dentre o conjunto amplo de experiências, discussões e reflexões mantidas com o corpo docente e os colegas da época, os pontos mais relevantes para minha formação. E, no meu caso particular, a intensidade desta relação é destacada pelo fato de ter cursado o mestrado e também o doutorado nesta Instituição. Em suma, tenho muito o que falar, mas devo selecionar aquilo que me pareceu mais significativo, do ponto de vista desta influência em minhas atividades docentes, neste momento. Tarefa que, certamente, me levará a cometer muitas injustiças, pela omissão, mas, que, por outro lado, permitirá um rápido olhar para uma trajetória pessoal, neste ponto do caminho em que me pergunto, novamente, para onde ir. Tentar encontrar-me por essas vias, nas pegadas que ficaram, nos sinais por aí deixados, pode ser uma pista, quem sabe, para descobrir os novos rumos, e os próximos embates e desafios intelectuais e práticos, até mesmo os existenciais.

Lembrar de meu primeiro seminário, ainda no mestrado, na disciplina de Teorias Sociológicas, ministrada pela Professora Vilma Figueiredo, minha sempre orientadora, e pelo Professor Benício Schmidt, em que fui desafiado a falar sobre "Mudança Social em Talcott Parsons", um conhecido autor do chamado Funcionalismo,

Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro é professor do Departamento de Sociologia da UnB.

e das dificuldades teóricas em compreender a dinâmica social pelas avessas do defensor privilegiado do jogo estabelecido e das regras de manutenção da realidade social, fica só mais aguçado se confrontar esse fato com as minhas primeiras passadas pela Graduação.

Também fiz o curso de Bacharel em Ciências Sociais, Habilitação em Sociologia, porém após quase 4 anos de Engenharia Civil nesta Universidade, tendo abandonado para mudar de área. Alguns até diriam: “mudança radical”. Eu mesmo cheguei a pensar isso durante muito tempo. Contudo, hoje, me anima muito a idéia de que esse esforço não foi em vão; vejo que as divisões entre os campos do conhecimento não são tão decisivas, na realidade concreta, ou, no mínimo, há muito mais possibilidades de confluência e interação do que, ao menos eu, podia supor àquela época.

Gosto muito da idéia de Engenharia Social, e isto tem muito que ver com o meu trabalho na Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional desta Universidade. Se vale a comparação, quero dizer que meu curso na Pós-Graduação explicita e avança uma contínua, permanente, e sempre tensa conversa entre o chamado campo teórico e minha inquietação, quase visceral, de intervenção e ação prática na realidade, de trabalhar na construção de estruturas sociais.

Não sei se, assim, me situo melhor neste braço de caminho. Talvez funcione por algum período. Está servindo, agora, para mim. E sei que não estou sozinho nessa linha. Mudando-se os enfoques ou a maneira de explicitar a aventura humana em dar resposta e sentido prático à sua existência, nos planos individual e coletivo, vemos em quase todos os clássicos, e também nos autores mais atuais, de Max Weber a Pierre Bourdieu, de Karl Marx a Durkheim, de Florestan Fernandes a Jürgen Habermas, e por aí afora, que a contraposição teoria-prática está sempre presente na reflexão sociológica, desde os seus primórdios. Em Comte, já víamos o sentido aguçado em fazer uso do saber sobre o mundo social, para atuar, nele, com consequência. Bom uso, é claro, para ele, em termos do progresso humano.

A Pós-Graduação em Sociologia da UnB ajudou-me a identificar e ver a complexidade desse dilema e de outros, como o da relação indivíduo-sociedade, ou o da liberdade *versus* norma social. Nesse

sentido, foi notável, e esse eu considero um dos grandes méritos do Programa, a ênfase no campo *teórico*, sobretudo no conhecimento e interpretação da imensa contribuição dos clássicos, para o entendimento, e, quiçá, ação prática conseqüente, do mundo social.

Contudo, ao contrário da linha comteana, que procura ressaltar mais semelhanças que diferenças entre as áreas do conhecimento, também não enfatizada, essa linha, em meus cursos de Pós-Graduação, fui inclinado a seguir pela busca do específico para as Ciências Sociais, isto é, das suas peculiaridades enquanto conhecimento científico, face às chamadas áreas exatas ou de Ciências Naturais.

É claro que, hoje, todos esses pontos são atualizados e recolocados; eu me refiro à relação entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais, à luz dos novos avanços e descobertas, por exemplo, na Física Quântica, na Biologia Molecular, na Química de Proteína, na Física Nuclear e na Astronomia. O “Princípio de Incerteza” de Heisenberg, que estabelece a impossibilidade empírica de se medir dois parâmetros (a velocidade e a posição de uma partícula) simultaneamente, face aos efeitos introduzidos pelos próprios sistemas de medição (às distorções decorrentes da interação entre sujeito e objeto, na linha mais conhecida da epistemologia das Ciências Sociais) é um dos claros sinais de que se precisa retomar a discussão, teórica, da natureza e das especificidades de cada área do conhecimento, bem como de suas relações entre si. Nesse sentido, é possível que os longos períodos de debates, nas Ciências Sociais, em torno desse tema, muitas vezes considerados estéreis pelos protagonistas das outras Ciências, sejam importantes contribuições, numa vanguarda, segundo Boaventura de Sousa Santos, para o esclarecimento dos impasses e problemas epistemológicos evidenciados nessas outras áreas, a julgar pelos enfoques de autores, como: Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, em seu “A Nova Aliança”; Edgar Morin, em “O Método”; Gregory Bateson, em “Mente e Natureza”; e David Bohm, no livro “A Totalidade e a Ordem Implícada”; todos, trabalhos que propõem um novo enfoque para a ciência contemporânea e suas relações entre si e com o mundo.

Todos esses questionamentos, iniciados em minha Pós-Graduação, são levados adiante em quase todas as disciplinas que tenho lecionado, especialmente nas da área de Metodologia em Ciências Sociais. E o crescimento tem sido contínuo, com os problemas e reflexões trazidos pelo corpo discente atual.

Nessa grande frente de discussão e reflexão, o questionamento sobre a natureza do conhecimento científico e, particularmente, o tecnológico, sempre foram a minha maior motivação na Pós-Graduação, tanto no mestrado, quanto no doutorado. O tema e o interesse por esse assunto se mantiveram. Para tanto, foi extremamente importante, para minha formação, o período em que estive trabalhando na Embrapa, por 5 anos, no seu Departamento de Difusão de Tecnologia, quando tive a oportunidade, mais uma vez, de exercitar aquele meu, citado, e principal, dilema teoria-prática.

Na Embrapa, pude participar de vários estudos e pesquisas, na área de Sociologia Rural, especificamente sobre tecnologias agropecuárias, bem como do esforço daquela Instituição, quanto ao processo de transferência de tecnologias dos laboratórios e centros de pesquisa para o campo.

No mestrado, procurei estudar a atuação de uma instituição pública de pesquisa, a Embrapa, no chamado processo de geração de tecnologia. Nesse estudo, concentrei-me na elaboração de um modelo teórico de análise sobre o que se designou "estrutura da prática tecnológica", cujos objetivos eram a identificação dos principais fatores sociais que interferem na atividade de produção de tecnologia.

Já no Doutorado, continuando a linha de reflexão anterior, detive-me no campo das Novas Biotecnologias, preocupando-me, fundamentalmente, com as implicações sócio-políticas e éticas das novas descobertas da Engenharia Genética, sobretudo da Biologia Molecular. O que trazem os avanços da pesquisa sobre o DNA, o código genético e a criação de novos seres em laboratórios? Quais as mudanças verificadas entre os cientistas, especialmente os biólogos, diante das recentes modificações no contexto público da organização da pesquisa, com a entrada de novos grupos privados na condução do processo de produção científico-

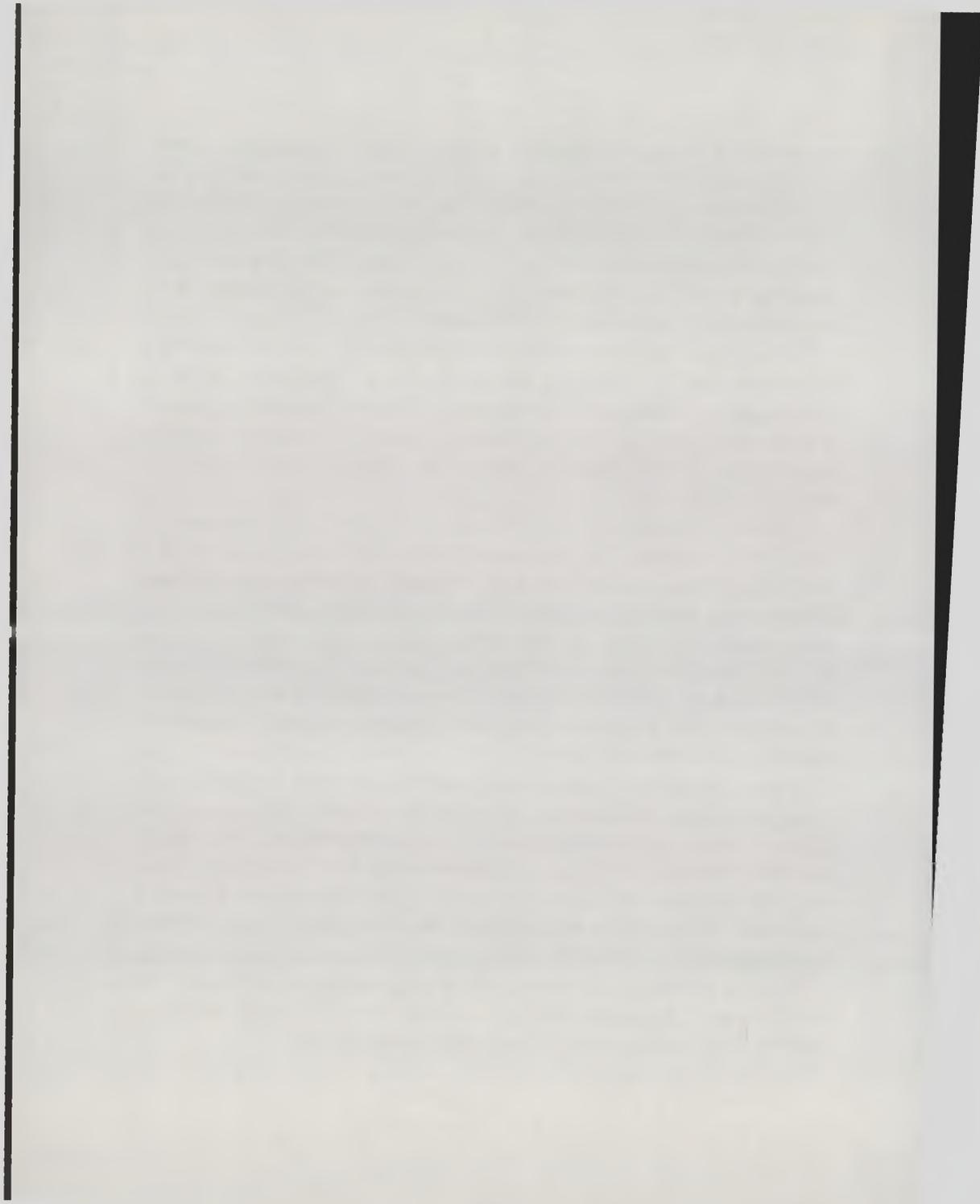
tecnológica? Estas são algumas questões que pontuaram o meu trabalho, no Doutorado, e que ainda fazem parte de minhas preocupações acadêmicas, através de uma pesquisa, financiada pelo CNPq, e que envolveu alguns estudantes do curso de Graduação em Sociologia e do seu programa PET. Esta pesquisa encontra-se em fase de conclusão, após dois anos de realização, e espero poder resultar numa publicação.

Enfim, pelo que procurei dizer anteriormente, vocês devem ter percebido que a principal influência desse Programa de Pós-Graduação, em minha vida profissional, foi, sem dúvida alguma, a inquietação com o conhecimento humano, o científico e o tecnológico, em particular, e com o seu papel na sociedade e na transformação social.

E, neste sentido, vejo que o espaço de reflexão que encontrei e ainda encontro entre os colegas da Sociologia foi muito fecundo e positivo, sob todos os aspectos, do humano e afetivo ao intelectual, sempre com a devida exigência, rigor e cuidado, que merecem o nosso objeto de estudo, em sua complexidade, diversidade e riqueza de cenários e formas de manifestação. Saio dessa fase com a clareza de que é preciso ainda muito esforço e dedicação das novas gerações e dos novos grupos para prosseguir esse importante trabalho iniciado há 25 anos.

E nada mais importante, neste momento, do que este grupo de estudantes, que, com muito esforço e dedicação, dá uma grande lição de entusiasmo, determinação, garra e seriedade, lançando o primeiro número da Revista "Textos Graduados", dando um claro sinal de protesto e atuação concreta num mundo em êxtase e agonia. A eles, dedico esta minha fala. Parabéns a vocês todos, sinceramente.

Hoje, mais do que nunca, essas experiências precisam ser multiplicadas. É importante voltar a crer, sonhar, imaginar que é possível construirmos um mundo mais justo e feliz.



A Sociologia e seus mestres na UnB

Eurico A. G. C. dos Santos

Comemoram-se nesta semana os 25 anos de uma instituição dedicada aos valores da ciência social. Quando a organização do evento pediu-me um depoimento do ponto de vista pessoal, pareceu-me interessante falar justamente da encruzilhada onde as paixões humanas e os valores da instituição se encontram. Tentarei expor algo do que julgo ter aprendido.

Não me graduei em Sociologia, mas sim em Direito. É um aprendizado interessante, o de Direito. Dá-se sob o que poderíamos chamar de "império da realidade", o que significa, em última instância, que qualquer dúvida conceitual acerca do que se investiga deve subordinar-se automaticamente ao poder político encarnado na lei. Por um lado, essa dose do que poderíamos chamar de "realismo" parece-me indispensável para alguém que se pretenda um cientista, pois ajuda a evitar que a indagação se sustente sobre miragens a respeito de como a vida deveria ser. Mas isso, contudo, é pouco para a ciência. Ao contrário do conhecimento jurídico, que se dedica a atribuir forma coercitiva às relações sociais, a ciência social deve indagar-se livremente sobre a natureza das relações humanas: por que se constituem, como funcionam e se transformam. Ao dirigir-se desta maneira à realidade, permite-nos também entender melhor por que a vida dos homens em sociedade não transcorre segundo nossas melhores aspirações.

Pois bem. Essa rara oportunidade de pensar sem a tutela dos interesses do poder político, encontrei-a primeiramente como aluno dos cursos de Mestrado e Doutorado em Sociologia da Universidade de Brasília, bem como, mais tarde, em meio ao corpo docente

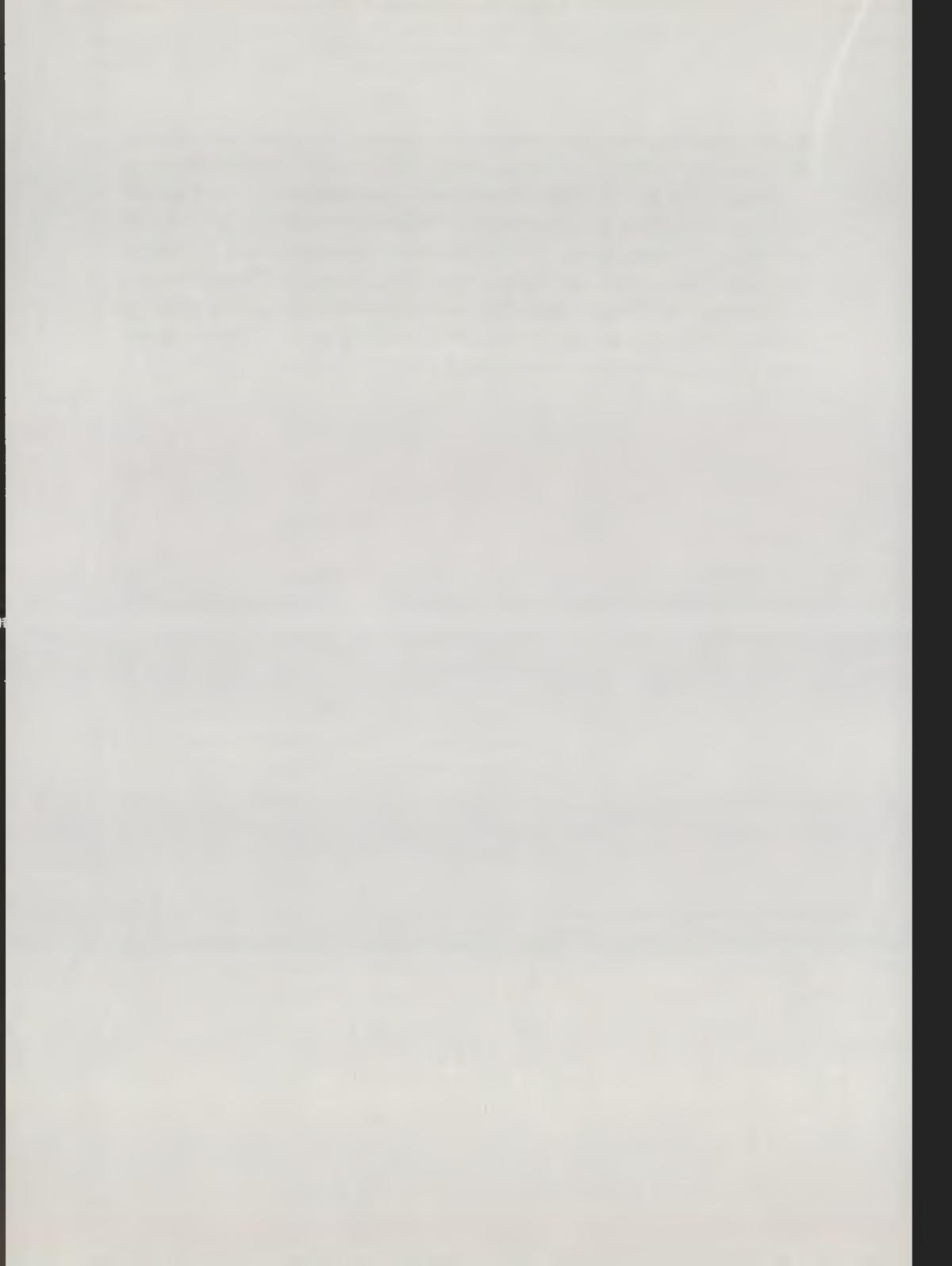
Eurico A. G. C. dos Santos é professor do Departamento de Sociologia da UnB.

dessa instituição. Lá, jamais alguém tentou dizer-me o que ou como pensar. E sem que isso, entretanto, significasse falta de estímulos para o desenvolvimento de questões científicas. Isto é muito valioso. A instituição, através das pessoas que a faziam, sabia acompanhar aquele jovem usuário da liberdade de pensar sem que por isso tal liberdade se descaracterizasse. Tento explicar. É que lá encontrei “figuras de mestres”, pessoas que me ofereceram não receitas de vida acadêmica, fáceis ou difíceis, mas antes exemplos, inspirações, que vêm a ser enfim a única matéria viva sobre a qual se pode basear a reflexão que vise à construção árdua das próprias crenças. Esse tipo de sorte, a de amadurecer acadêmica e pessoalmente, não se pode decompor e transmitir em fórmulas, como se transmite uma técnica. Apenas pode ocorrer que o acaso e a vontade, encontrando-se, reúnam alguns espíritos peculiares que tentem dedicar-se a essa difícil possibilidade humana que é definir-se a si mesmo ao passo em que se aprende – e que se ensina – a dedicação a valores diferentes das regras da mecânica de todos os dias.

Dentre as diversas figuras de mestres que concretizavam e ainda concretizam essa difícil tarefa que é incitar o pensamento sem dominá-lo, desejo destacar três: a professora Bárbara Freitag e minhas mestras orientadoras, Vilma Figueiredo e Ana Maria Fernandes. Através do convívio com elas aprendi a admirar mulheres passionais e inteligentes, empenhadas pelos valores da ciência e da instituição pública, procurando viver suas vidas pessoais em estreita ligação com aqueles compromissos.

Exemplos como esses transferem-se, de alguma misteriosa maneira que só os verdadeiros mestres manejam, para a própria instituição, qualificando-a. Quando tornei-me docente, há pouco menos de dois anos, pude perceber isso melhor. Sob a inspiração dessas vidas especiais, a instituição vai-se tornando um local que estimula e favorece a difícil conjugação entre paixões individuais e o serviço a valores que, muito embora movidos por aquelas paixões, buscam transcendê-las. Esse delicado empreendimento mostra-se vivo e de modo intenso nas reuniões formais do Departamento de Sociologia, que prezo especialmente. Nelas, as paixões e as vaidades encontram-se com as conseqüências dos compromissos que cada um assume com os valores da instituição científica. E as figuras de mestres estão sempre lá, lembrando-nos

da possibilidade de atribuímos um sentido honesto às seqüelas de nossas opções. Ainda mais, advertindo-nos da oportunidade de fazermos isso em grupo, respeitando e tolerando o outro como rezam os melhores valores, para que a relação entre o indivíduo e a instituição possa modelar a ambos com um mínimo de conflitos, conjugando criatividade e responsabilidade. Tomara que consigamos nós, os mais novos, honrar pelos próximos 25 anos os esforços daquelas mestras e mestres, aproveitando a liberdade de pensamento coerente que nos vem sendo legada.



Minha introdução à Sociologia

Jessé J. F. de Souza

As instruções que recebi sobre o sentido das comunicações desse simpósio referiam-se a um relato acerca das influências recebidas, enquanto aluno, e de suas conseqüências na atividade docente posterior. Pois bem, um pequeno relato histórico torna-se indispensável. Eu havia feito graduação em Direito, e Direito é uma ciência, ou melhor uma técnica, onde, na expressão "argumento de autoridade", a ênfase é conferida decididamente ao segundo elemento: à autoridade. Acrescente-se a isso que, no início da década de 80, a autoridade a que se reverenciava era abertamente anti-democrática. Nesse sentido, as visitas que fiz a aulas do mestrado em Sociologia, quando fazia mestrado em Direito em 1982, revestiram-se, para mim, do sentido de uma descoberta: a de que o argumento, *de per si*, pode valer mais enquanto argumento, ou seja, pelo seu poder de esclarecer alguma verdade antes não sabida, do que pela autoridade de quem fala ou a de quem se faz referência. A passagem dos anos me fez ver que esse amálgama, mesmo nas ciências argumentativas, nem sempre é decidido dessa maneira, mas, ainda assim, acredito que existe algo de radicalmente democrático, de perigoso, de revolucionário, que se renova a cada verdadeiro debate de idéias.

Eu acho que muito da fascinação que a vida acadêmica exerce sobre as pessoas advém desse fato de ser, no mundo moderno, a forma institucionalizada da busca do valor verdade. Admitir isso não implica uma visão ingênua de negar a existência de poder, prestígio e dinheiro na vida acadêmica. Significa apenas que a

Jessé J. F. de Souza é professor do Departamento de Sociologia da UnB.

procura da verdade, e esse é um afazer pleno de pressupostos e conseqüências, é o valor *específico* da vida universitária.

Para uma instituição que comemora seus 25 anos, e eu vejo essa ocasião como uma tentativa de auto-reflexão e auto-interpretação, parece-me uma questão essencial essa de por em perspectiva o desafio da construção, em um país jovem como o nosso e onde os cursos de ciências sociais têm pouco mais de meio século, de uma mentalidade universitária. Na minha curta experiência docente, de pouco mais que 4 anos, eu mesmo tenho tido oportunidade de aprender bastante sobre espírito acadêmico. Antes de tudo, que o trabalho da ciência e do espírito da academia não é um afazer individual mas sempre coletivo. O reconhecimento do trabalho alheio, muitas vezes feito sob condições adversas, e o reconhecimento de que os desafios para a construção tanto de uma (ciência) quanto do outro (espírito acadêmico) são sempre melhor percebidos quando vistos como desafios postos a cada geração. Ver a si próprio como um simples elo entre tarefas coletivas que se impõem a todos, ligando passado e futuro, parece-me, hoje em dia, a melhor maneira de ver o espaço reservado à ação individual.

Nesse sentido, é importante relevar o exemplo que outros deram e dão. Se formos dar crédito a Max Weber, as instituições devem sempre, mais do que podem confessar, a pessoas. As personalidades e as idéias personificadas de forma conseqüente nessas personalidades seriam a alma da vida institucional futura, a semente, portanto, de todas as formas impessoais que ganham autonomia e vida própria. Se isso for verdade, creio que essa instituição está bem servida.

Eu gostaria de nomear Vilma Figueiredo e Bárbara Freitag. A escolha advém do meu caminho pessoal. Eu fui apresentado a Weber e à Sociologia brasileira por Vilma, e à escola de Frankfurt por Bárbara. Esses são ainda hoje meus principais interesses de estudo. Mas, o mais importante, tanto para mim quanto para essa instituição, é que essas duas personalidades incorporaram valores e idéias que ajudaram essa instituição a ser o que ela é hoje, e, acredito piamente nisso, poderá ainda tornar-se no futuro. Não é bastante ser apresentado a um autor ou tema importante que ajude a compreensão de fatos relevantes. Mais importante ainda é o

como isso é feito. É fundamental que se acredite na importância e na relevância do que se está fazendo. Que não se seja *blasé*. Se o “blaseísmo”, perdoem-me o neologismo, é um sentimento da época, nem por isso é pouco importante identificá-lo como um sentimento mórbido, como uma cultura mascarada da morte. Acho mais interessante, se o pecado é inevitável, que se peque pelo exagero, posto que a vida, nos casos mais felizes, pode nos ensinar o senso das proporções, pouco a pouco.

Essa digressão é só para dizer que o exemplo maior dessas pessoas nomeadas acima, tão diferentes elas sejam uma da outra, é que cada uma a seu modo me deu, e a muitos colegas tenho certeza, o exemplo da dedicação apaixonada à causa impessoal da ciência e da academia. Seja na sala de aula, nos trabalhos individuais de pesquisa e, *last but not least*, na defesa, mesmo em situações-limite onde preferências e sentimentos pessoais estavam em jogo, do valor intrinsecamente supra-pessoal da ciência. A relevância de comportamentos como esses não me parece apenas advir do fato óbvio da dificuldade da defesa de valores impessoais numa sociedade personalista, mas do fato de que a ciência, no nosso país, é tão próxima do poder, que se cria uma ilusão objetiva de que eles são uma coisa só. Talvez, algum dia, se esses exemplos encontrarem seguidores, eles saiam de personalidades avulsas para habitar aquela região das evidências culturais, inspirando os corações e mentes de nossos filhos ou netos.

1

Corpo letra "A"

Deis E. Siqueira

Lourdes M. Bandeira

Christiane Girard. F. Nunes

I. Instituições e Indivíduo

O Departamento de Sociologia constitui hoje, sem dúvida, um corpo acadêmico fortemente reconhecido tanto no nível da própria Universidade de Brasília, quanto no das comunidades científicas nacional (Capes, CNPq, Anpocs, Finep, NSSR, FNSP, GNU, etc.) e internacional (Capes-Cofecub, CNRS, Universidade Livre de Bruxelas, Universidade de Montreal).

Este reconhecimento se espelha, por exemplo, quando das apresentações públicas, tais como congressos, simpósios, seminários, colóquios nacionais e internacionais. Isso é também visibilizado pelas referências explícitas que cada colega faz aí à sua linha de pesquisa e ao Departamento e, logo, aos demais colegas, reafirmando, assim, a identidade do corpo docente que forma a Sociologia (SOL). Essa construção tem que ser reconhecida e valorizada e nenhum outro momento poderia ser mais adequado para agradecer e prestar uma homenagem àqueles que foram os pioneiros, os nossos primeiros professores. Para lembrar alguns: Maurício Vinhas, Fernando Correia, Elbio Gonzales, Maria Inês Bastos, Glaucio Soares, Gentil Dias, Zevedei Barbu, Barbara Freitag e Vilma Figueiredo. A partir destes, que configuraram e estruturaram o corpo e o campo, é que hoje nos é possibilitado o acesso

Deis E. Siqueira, Lourdes M. Bandeira e Christiane Girard. F. Nunes são professoras do Departamento de Sociologia da UnB.

enquanto ex-alunas ao lugar simbolicamente do "pai", ou seja, o reconhecimento profissional na esfera do público.

O que caracteriza esse grupo acadêmico para poder constituir-se e ser legitimado tão marcadamente enquanto "Corpo letra A"?

É importante lembrar que as reflexões que se seguem são permeadas pelas dificuldades próprias às intuições, isto é, lidar com os membros que as constituem. Ou seja, a relação indivíduo e sociedade, que está sempre na ordem do dia para sociólogos e para a própria Sociologia.

Todos os grupos sociais são demarcados pela pluralidade e, ao mesmo tempo, pela necessária homogeneização das diferenças. Desse jogo depende a sua própria manutenção. No que tange ao corpo acadêmico, este se subdivide em áreas que lhe são constitutivas. Assim, ainda que todas sejam necessárias, as linhas de pesquisa têm seu reconhecimento enquanto partes que valorizam o grupo. O reconhecimento desta valorização provém do reconhecimento que o próprio grupo dá a esta questão. Esse contexto não está, sem dúvida, livre de tensões. Além dessa, há outras partições potenciais (político-ideológicas, antigos e novos, homens e mulheres) dentro do grupo, e esta potencialidade constitui-se no fiel da balança, que se por um lado garante o equilíbrio, por outro, dá sinais de que pode ser ameaçadora.

Outra área de tensão potencial são as relações público-privado. Ou seja, em que medida as diferenças, as problemáticas, as especificidades, as particularidades vivenciadas no privado são gerenciadas no espaço público, isto é, no próprio espaço do corpo acadêmico? Este parece não se diferenciar das práticas institucionais públicas, onde a exigência da instituição é de encobrir as diferenças constituídas no privado e logo de as homogeneizar.

Por sua vez, quem constitui o corpo? É importante destacar que o mesmo é composto predominantemente por ex-alunos, destes vinte e cinco anos. Dos trinta docentes do SOL na atualidade, 63.3% são ex-alunos do antigo Departamento de Ciências Sociais, depois Sociologia da UnB, sendo que, deste total, 64.0% são mulheres.

Apesar do alunado ter sido predominantemente feminino, no decorrer da existência do SOL, o corpo docente, ao contrário, sempre foi e é majoritariamente masculino: 56.0% do corpo docente do SOL é hoje composto por homens. Se já foi afirmado que na

última década deu-se uma feminização da sociologia, estes dados indicam uma inversão, confirmada também pelos dados nacionais. Quanto maior a escolaridade, menor a participação feminina. É bom lembrar que o Departamento de Sociologia é constituído exclusivamente por doutores.

Isso exemplifica que a lógica da instituição reafirma as diferenças na desigualdade e simultaneamente as homogeneiza no espaço público, tais como aquelas existentes entre homens e mulheres. Aqui o que importa é que independentemente de serem, por exemplo, homens ou mulheres, a competência e a produtividade do Corpo e seus membros é o que mantém o equilíbrio e distancia as ameaças, originadas pelas diferenças.

Ao mesmo tempo, estas são compartilhadas e vivenciadas coletivamente, na medida em que, como já foi dito, a maioria do corpo docente foi colega de graduação, mas sobretudo de pós-graduação. Cabe lembrar, aqui, alguns elementos das diferenças e da igualdade:

1. a diversidade de formação dos docentes. Alguns realizaram seus cursos de doutorado em diferentes universidades americanas, outros em diferentes países da Europa, e ainda alguns em universidades brasileiras, além da própria formação acadêmica;
2. a diversidade regional de formação de base – cursos de graduação plurais – que possibilita uma convivência diversificada, múltiplas experiências se cruzam no espaço de dedicação exclusiva;
3. a inserção política no movimento estudantil, cuja militância não se perdia do horizonte teórico e ao mesmo tempo não se afastava da própria realidade;
4. convívios interdisciplinares e temáticas/problemáticas plurais, tanto na produção da pesquisa quanto na produção de textos, o que indica ausência de preconceito frente a qualquer atitude teórica.

Trata-se de trajetórias profissionais e pessoais que se entrelaçam, e o reconhecimento de seu potencial positivo, enquanto grupo, faz o SOL brilhar tão intensamente.

II. Discentes-Docentes: memória das trajetórias

Nos anos setenta nós, os alunos da pós-graduação éramos informados sobretudo por autores e categorias marxistas. Nossas divergências com o corpo docente configuravam-se rapidamente como luta de classes. O mundo era constituído pelas objetividades. Assim, todas as dimensões da vida humana e as relações afetivas passavam pelo crivo das discussões coletivas, pela destituição do respeito e do direito à subjetividade. Tudo que pudesse lembrar o *glamour*, a elegância, a sofisticação, era a evidência da traição à causa e à revolução, era negado porque sinalizava as cooptações pelos valores burgueses. Redimir-se era o gozo ascético de viver entre almofadas no chão, estantes de madeira com tijolos e de possuir, no máximo, um fusca 66. Ai daquele que lembrasse a existência da poupança! O futuro era a revolução.

Por sua vez, havia um esforço permanente de transformação da consciência em si em direção à consciência para si. Assim, construía-se a liberdade para o corpo, mas não se refletia sobre a sexualidade.

Tudo o que não era parte deste pensamento hegemônico era visto como alienação. Tudo era “ideológico”. Entretanto, a riqueza deste pensamento e destas práticas foi muito além desta caricatura. Isto porque este construto teórico – a dialética marxista – pode, em certas condições, possibilitar a emergência e a resignificação de contradições e de conflitos. Este foi o caso de nossa geração, na primeira década de nossa pós-graduação, os anos setenta.

Das amarras postas pelo regime autoritário, construímos pequenas revoluções no cotidiano, lutamos com o capitão de mar-e-guerra, ajudando a construir brechas para os docentes da UnB de então também lutarem de forma mais coletiva por espaços mais democráticos. E, sobretudo, pudemos usufruir da possibilidade do pensamento plural. Exemplificando a riqueza daquela formação e geração, podemos lembrar que foram as mulheres marxistas que, a partir de uma releitura de Freud, possibilitaram um dos caminhos para a compreensão das diferenças existentes entre homens e mulheres, trazendo na década seguinte o conceito de relações de gênero para o debate acadêmico.

A compreensão destas diferenças passou a ser buscada pelas várias áreas das Ciências Humanas, emergindo novas categorias que possibilitaram outras interpretações. Neste sentido, lembramos as contribuições de Foucault, Lacan, Deleuze, Guattari, Bourdieu e Touraine, dentre outros. As categorias-síntese desconstituíram-se, permitindo ler e refletir o florescimento da multiplicidade de novas situações e de "novos atores sociais". Exemplificando, na área dos estudos rurais surgem, em substituição aos conceitos de campesinato e de pequena produção, as categorias dos sem-terras, barrageiros, invasores, assentados, dentre outros. Para o espaço urbano assumem outra visibilidade os pobres, os negros, e o "exército de reserva" transforma-se em setor informal. Trata-se de categorias excessivamente presas à empiria e, logo, não suficientemente elaboradas para o exercício da teoria sociológica. Mas surgiram, simultaneamente, outras categorias de análise que possibilitam o trânsito e a transversalidade pelas diversas áreas do conhecimento, sem destituí-las enquanto tais. Relações sociais de gênero e violência são apenas alguns exemplos.

Também poderíamos lembrar que a reflexão sobre o trabalho não se define mais a partir de temáticas, mas a partir da própria construção e apreensão das mesmas. A pluralidade da cultura torna-se uma dimensão renovadora do ponto de vista teórico.

Assim, partindo de reflexões teóricas renovadas, referenciadas em novas categorias postas pela realidade, foi possível analisar os contextos sociais e problemáticas emergentes nos anos oitenta, e permitir novos olhares para melhor se compreender a pluralidade, as diferenças e as singularidades. Como nos construímos neste turbilhonamento enquanto SOL, letra A?

Gostaria de aproveitar os minutos concedidos pela coordenadora desta mesa para acrescentar algo da minha experiência enquanto socióloga e que é próxima ao conteúdo do texto que fizemos conjuntamente com as professoras Lourdes Bandeira e Deis Siqueira.

Esse percurso rápido que traçamos era quase o mesmo vivenciado em Paris, no sentido da experiência de uma mesma geração. Eu vinha de uma Universidade que nasceu dos conflitos de 1968, onde utilizávamos os mesmos conceitos para nossos desejos de mudanças.

Fui dez anos pesquisadora. Ao ingressar numa instituição como esta Universidade, enquanto discente, precisamente neste departamento, o que considero uma grande chance por razões tanto intelectuais e institucionais quanto afetivas, inclusive porque particularmente a professora Vilma Figueiredo entendeu essa minha questão intelectual e respondeu à minha preocupação sob a forma de um título provisório de uma tese que ainda não existia, entrei como indivíduo que tem um compromisso ético com sua prática junto a uma instituição.

A vontade de participar o mais possível no que modestamente me compete é contribuir para a permanente construção desse corpo, isto é, aos cuidados que são necessários para que ele não seja violentado na sua vivência plural, já que ele pertence a todos. É nessa vontade de respeito e carinho que o ritual de um aniversário conduz-nos a refletir que existe sempre a necessidade de parar um pouco para pensar a sociologia da sociologia de um departamento.

Não existe, para parafrasear um autor, um indivíduo que é ora indivíduo ora indivíduo social. Portanto, acreditar que a instituição é, ao mesmo tempo, realização enquanto corpo constituído e projeto enquanto dinâmica, é acreditar na capacidade que o nosso campo oferece. Como diz E. Morin, o avanço sociológico precisa de seriedade, de reflexão e imaginação também, ao refletir sobre si mesmo.

Gostaria então de dizer que, para mim, foi nesse espaço que consegui e tive a liberdade de tentar travar algo na minha linha de pesquisa, que é justamente pensar a diferença para entender o "global". Este aniversário é assim um momento precioso que permite dizer aos meus colegas, ex-professores e alunos que eles contribuíram nesta reflexão, evidenciando, para mim, que a construção da diferença passa pela absoluta clareza de nossa forma de pertencimento a algo coletivo, sobretudo quando se trata de algo a que queremos muito bem, entre outros, e que nos é dado pela equipe que ora dirige esse departamento.

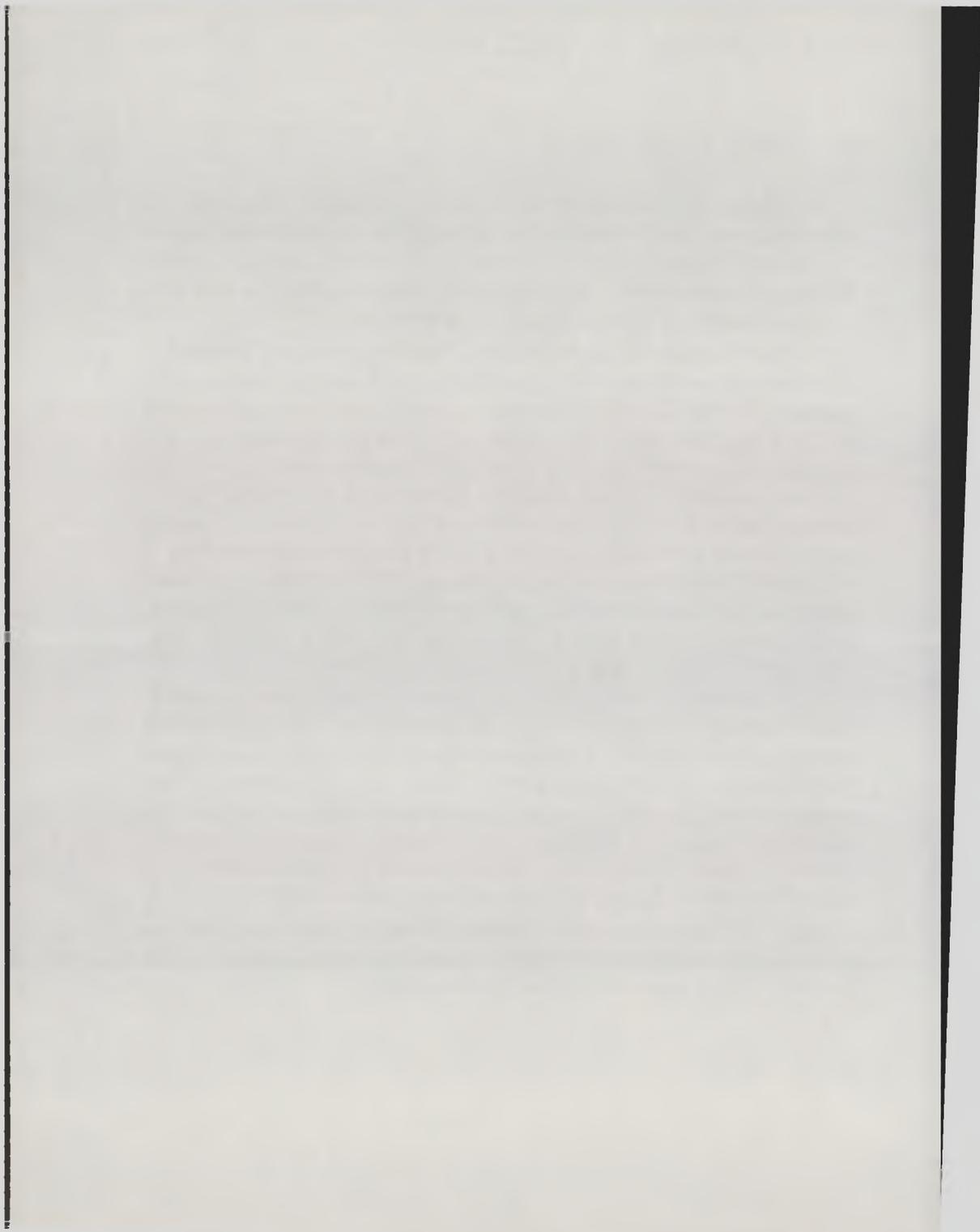
III. História e Solidariedade

A história da construção de olhares que podem enxergar as diferenças no nosso campo é simultânea à história da construção do nosso Corpo letra A. Pôde-se transitar pela rigidez homogeneizadora típica das instituições, observando-se, refletindo-se, respeitando-se e lidando com as diferenças.

O convívio com os ex-professores, também jovens, realocizados rapidamente como pares e as histórias individuais tão entrelaçadas com as histórias profissionais, propiciadas pelo passado comum de, em sua maioria, ex-colegas de uma pós-graduação em construção, permitiram uma referência cotidianizada em termos de uma memória comum. Esta tem permitido e estimulado que a cumplicidade se estabeleça, sobretudo nos momentos pessoais e institucionais delicados, porque a cumplicidade transversaliza a nós todos. Enquanto patrimônio e herança coletivas pôde, portanto, marcar-se pela solidariedade, que toma forma, simultaneamente, nos inúmeros cursos, textos e pesquisas realizados a quatro, seis, oito mãos. Como de resto, é o caso desta reflexão.

A competência e o reconhecimento exterior do grupo é, portanto, fruto também da competência do mesmo em elaborar teoria sociológica a partir de, e para, as práticas cotidianas, vivenciadas no reconhecimento e na gestão das especificidades e das singularidades do corpo, constituído por pares que não são apenas pares acadêmicos. A solidariedade, a cumplicidade e a amizade presentes entre os indivíduos permitem pois que as competências individuais se traduzam em competência institucional.

Estes patrimônios podem possibilitar que, cada vez mais, as diferenças emergentes não sejam desqualificadas. Assim, o SOL poderá brilhar ainda mais e por muito tempo.



A propósito de pluralismo e diversidade

João Gabriel L. C. Teixeira

A pesar de saber que a função de coordenador da mesa de hoje prescinde de uma fala específica sobre seu tema, sinto-me impelido a dizer algumas palavras sobre a minha trajetória pessoal como docente e pesquisador do SOL, no que acredito estar a razão do porquê fui escolhido para coordenar esta sessão.

Antes de tudo, devo dizer que me considero uma evidência daquilo que aqui tem sido colocado insistentemente como uma das qualidades da pós-graduação do SOL: o seu pluralismo. Para justificar esta consideração, vou resumir os meus poucos minutos de saudade em três impactos, um entendimento e uma meia dúzia de três ou quatro digressões.

O primeiro impacto se deu quando, chamado para lecionar no antigo Departamento de Ciências Sociais da UnB em 1981, fui surpreendido com o fato de que o contrato de professor colaborador oferecido a este baiano, ao invés de ser um mero contrato em tempo parcial e de curta duração, na verdade era um contrato não tão curto como esperava, além de ser em dedicação exclusiva. Fui surpreendido com a proposta pois julgava que, na minha situação de doutorando em Sussex, com tese por terminar, necessitava de um contrato em tempo parcial que me permitisse, nas horas restantes, a conclusão de minha tese.

O segundo impacto decorreu do fato de que, além do contrato em DE, o Departamento também me concedeu uma pequena sala onde pude organizar a minha biblioteca e trabalhar. O que pode

João Gabriel L. C. Teixeira é professor do Departamento de Sociologia da UnB.

lhes parecer inteiramente corriqueiro, para um migrante nordestino constituiu-se num privilégio inaudito, ainda hoje raro na maioria das universidades brasileiras. Esse conforto, associado ao clima de efervescência acadêmica e solidariedade de que outros participantes já falaram, estimulou o ressurgimento do *élan* que me permitiu avançar no meu trabalho de tese por fazer.

Quanto ao terceiro impacto, lembro-me que este ocorreu quando, já recém-doutor, retornei da Inglaterra para ser re-integrado ao agora SOL (1984), com bolsa do CNPq. Nessa ocasião, foi necessário que apresentasse projeto de pesquisa e ensino para encaminhamento da minha absorção. Acontece que, já na minha tese de doutorado, de cunho marcadamente marxista, expressava a insatisfação com esse paradigma na explicação de vários aspectos da ideologia dos operários baianos que estudara e começava a desenhar o meu interesse em desenvolver aproximações entre o citado paradigma e a psicanálise, de maneira que o projeto requerido incluiu prontamente essa preocupação e, mais ainda, o interesse de introduzi-la nos cursos que passei a oferecer tanto na pós-graduação como na graduação.

Além disso, animado não apenas com a acolhida, mas também com o estímulo recebido do SOL, comecei a desenvolver experiências no ensino de sociologia através do teatro com alunos da graduação. De forma que, aquilo que me parecia se constituir em idiosincrasias pessoais e inadequadas a um departamento de sociologia sério, passou a se constituir em caso exemplar do pluralismo teórico e metodológico já em ampliação no recém-criado SOL.

Gostaria então de registrar o que significou para mim pessoalmente, como recém-doutor, pesquisador e cidadão tamanha receptividade. Os meus receios se diluíram e os sentimentos de inadequação se arrefeceram de tal modo que, em pouco tempo, vi-me trabalhando a todo vapor nos meus projetos pessoais e em vários outros de iniciativa do Departamento nos quais era constantemente convocado para contribuir.

Agora, quero falar do entendimento: começou a ficar claro para mim que existia algo muito pessoal, talvez até atávico, que me ligava ao SOL, ou seja, aquilo que chamo de o gosto pelo fazer, ou colocando de uma forma mais metafórica, mas nem por isso menos

respeitosa, o exercitar do velho princípio que aprendera com meu pai de que o importante mesmo na vida é “matar a cobra e mostrar o pau”.

Realmente o que valia para o SOL era, como o é ainda hoje, a capacidade de realizar as nossas intenções. Essas eram quase sempre bem recebidas mas não suficientes para que o apoio e estímulo fornecidos implicassem o reconhecimento esperado.

Daí surge, talvez, a razão porque o seu egrégio colegiado me honrou com a escolha, também inusitada, para ser seu chefe por duas vezes. Logo eu, que na primeira ocasião desfrutava da reputação pouco invejável de ser perdulário e desorganizado, entre os familiares e íntimos, preocupados com a minha falta de preocupação com o futuro ou com meu jeito um tanto *hippie* de ser...

Foi um aprendizado rápido e difícil como vocês podem imaginar, mas que valeu mesmo a pena, apesar da ausência, às vezes sentida, da solidariedade administrativa também já mencionada aqui e daquela solidão sofrida por quem tem que fazer-se burocrata, não por vocação, mas simplesmente por não querer deixar a peteca cair.

Para terminar, quero fazer menção a uma certa polivalência acadêmica que também faz parte desse pluralismo, na qual também me inseri. Aqui no SOL, somos obrigados, por força de uma demanda cada vez mais plural, a transitar entre várias especializações em nossas pesquisas, orientações e docência, além do trabalho de participação em conselhos, comissões, congregações, bancas, etc. Quero destacar que, apesar de difícil de ser operada, essa polivalência é bastante enriquecedora para as nossas práticas, assim como para nossas alternativas teórico-metodológicas. Acho também que ela é somente possível devido ao fato de o SOL estar sediado em Brasília e de que este ambiente de campus universitário, vida provinciana, embora localizada no centro federal de poder, nos oferece poucas oportunidades de diversão e de dispersão, as quais nos deixam em vantagem relativa em referência aos colegas de outros centros urbanos mais sofisticados. Provavelmente, o SOL não brilharia tanto fora dos céus tranquilos e modorrentos deste Planalto Central.

Dito isto, quero passar a palavra aos componentes da mesa, chamando a atenção para o fato de que os expositores de hoje expressam também um outro aspecto ou resultado dessa pluralidade, através da diversidade de suas atuações.

Formação sociológica e atuação profissional: assessoria parlamentar no Senado Federal

Caetano Ernesto Pereira de Araújo

Quero, em primeiro lugar, agradecer o convite dos organizadores deste seminário comemorativo dos 25 anos do programa de pós-graduação de sociologia da Universidade de Brasília. Motivos para tal não me faltam, uma vez que meu vínculo com o SOL é antigo e recorrente. Iniciou-se há 22 anos, quando ingressei no curso de graduação do então Departamento de Ciências Sociais, a tempo de assitir à defesa das primeiras teses produzidas no programa. Retornei, posteriormente, para concluir meus cursos de mestrado e doutorado e, hoje, exerço aqui minha atividade acadêmica, de pesquisa e docência, na condição de pesquisador associado. Esta persistente relação endogâmica me leva a deixar claro o quanto me honra, satisfaz e emociona participar desta celebração.

O tema de nossa mesa é a diversidade de atuações dos egressos do Programa. Relatarei, portanto, minha experiência profissional como assessor parlamentar do Senado Federal. Obedecendo às instruções do nosso coordenador, dividi minha exposição em três partes. Primeiro, vou abordar minha atuação profissional no Senado, ou seja, em que consiste meu cotidiano de assessor. Em segundo lugar, discutirei um pouco a especificidade da formação de sociólogo no contexto dessa prática profissional. Finalmente, colocarei como, do meu ponto de vista, a formação adquirida na

Caetano Ernesto Pereira de Araújo é professor do Departamento de Sociologia da UnB.

pós-graduação do SOL contribui para meu desempenho como assessor parlamentar.

Que faz um assessor parlamentar no Senado Federal? Podemos iniciar a resposta pela constatação mais simples, perto do óbvio. O assessor, funcionário do Senado, não do senador ou de seu gabinete, pretende prestar um serviço institucional, não individual ou partidário, e atende, portanto, indiscriminadamente, a demandas apresentadas pelos 81 senadores da Casa. Essas demandas podem ser por informações e análises em geral, na forma de estudos ou até de uma simples conversa; por discursos; ou por produtos necessários ao processo legislativo, como pareceres, projetos de lei, emendas e relatórios de comissões.

Em quase todos esses casos, o assessor entrega ao senador demandante dois produtos distintos num único documento, desempenhando, por conseguinte, uma dupla função de assessoramento. De um lado, fornece informações e idéias, insumos necessários ao processo de geração da decisão política. Participa, como provedor do insumo técnico, do circuito que resultará numa determinada decisão. Esta faceta técnica da função precede, portanto, necessariamente, a decisão política, seja no plano do parlamentar individual, no plano partidário ou no institucional.

De outro lado, o assessor fornece as palavras que materializarão essa decisão. Redige a emenda, o parecer, o projeto de lei, a proposição em que toma corpo a mesma decisão que, num momento anterior, ajudou a formular. Aporta, neste caso, ao senador, palavras e palavras bastante particulares. São palavras que assumirão a autoria do parlamentar e serão pronunciadas, em comissão ou plenário; que serão taquigrafadas, divulgadas pela imprensa e armazenadas nos anais; que, em determinados casos, serão submetidas a voto e convertidas em lei. A função do assessor aqui não é a de técnico mas, digo isto sem a menor intenção pejorativa, a de escriba, de artesão da palavra.

Há casos, evidentemente, em que essas funções se separam. Um pedido de estudo sobre qualquer assunto demanda apenas o lado técnico do assessor; um discurso, por sua vez, apenas o artesão. A produção de discursos constitui hoje uma área específica na Assessoria. Os colegas que a integram produzem somente discursos, sobre todos os temas, com rapidez e eficiência que invejo. Quando

ingressei no Senado, no entanto, não existia essa especialização e todos estávamos sujeitos a fazer discursos eventualmente. Importa lembrar, no entanto, que na maior parte dos trabalhos que realiza, particularmente na elaboração daqueles vinculados ao processo legislativo, o assessor mescla suas facetas técnica e artesã e entrega os dois produtos no mesmo texto.

A distinção feita entre os dois produtos do assessoramento permite-nos refletir sobre o caráter do trabalho do assessor e sua evolução recente, ao menos no período, curto, que vivenciei. No momento de meu ingresso no Senado, há dez anos, por meio de um concurso público que me selecionou com outros 150 colegas, a demanda predominante era pelo produto artesanal, pelo texto do assessor. A faceta escriba era procurada e valorizada, em detrimento da técnica.

Na verdade, à época, o circuito da decisão política esgotava-se na negociação dos parlamentares (entre si e com o Executivo) e no processo de votação. O insumo técnico não informava o processo de tomada da decisão política. Percebido como supérfluo, era mantido fora do circuito, e limitava-se a ornamentar, a posteriori, a justificativa da decisão tomada. A demanda por assessoria técnica era um processo marginal, que dependia das iniciativas individuais de alguns parlamentares.

A “cultura” predominante no corpo técnico e administrativo do Senado, a “cultura da casa”, era congruente com essa concepção de assessoramento. Valorizava-se, como se valoriza hoje, em primeiro lugar, o atendimento das demandas individuais de cada senador. Não se diferenciavam a perspectiva e interesses dos senadores da perspectiva e interesses do Senado como instituição. Essa cultura, traduzida para o caso específico da assessoria, resulta numa concepção de assessoramento que indistingue também entre as perspectivas do assessor e a do assessorado. O assessor tende a ser visto unicamente como instrumento capaz de plasmar em palavras a decisão de que não participa, uma “correia de transmissão” da vontade política.

Evidentemente, esse modelo de assessoramento, antes artesanal que técnico, antes pessoal que institucional, era compatível com uma situação em que as atribuições do Poder Legislativo eram por demais reduzidas. Parece claro que, quanto menor a expressão do

Legislativo, menor a necessidade de assessoramento próprio, técnico e mesmo artesanal. Em períodos anteriores à minha entrada, de autoritarismo incontestado e subordinação completa do Legislativo, até o fornecimento de palavras por uma assessoria própria era, em certos casos, dispensável. Os projetos de interesse do Executivo, conforme a memória de colegas mais antigos, tramitavam no Parlamento acompanhados de minuta de parecer elaborada, à guisa de “sugestão”, na Casa Civil da Presidência da República.

No momento de minha entrada, iniciava-se o processo de retomada das atribuições do Poder Legislativo que culminaria, no seu aspeto formal, com a promulgação da Constituição de 1988. Nessa nova realidade, esse modelo de assessoramento começou a revelar sua insuficiência. A participação substantiva na elaboração do orçamento; as possibilidades de avanço das Comissões de Inquérito; a fiscalização, ainda não plenamente implementada, sobre o Poder Executivo; tudo isso passou a exigir dos parlamentares a manipulação de informações e análises especializadas, além de palavras adequadas e a demanda pelo assessoramento técnico intensificou-se.

Novos tempos, novas atribuições constitucionais, novos senadores eleitos e também, por que não reconhecê-lo, novos assessores, tudo contribuiu para deslocar o assessoramento de uma ênfase artesanal para uma técnica. Para tanto, começou a diferenciar-se a perspectiva do assessor da do parlamentar, assumindo o primeiro, cada vez mais, uma postura autônoma, técnica e informativa do processo decisório. A situação começou a aproximar-se da existente no Poder Executivo, onde, há muito, a eficácia da vontade política depende do diálogo com uma instância técnica dotada de relativa autonomia.

Esse processo, ditado, em última análise, pelas novas necessidades do Parlamento, contou com a colaboração ativa da então nova turma de assessores, contratada em 1985. Nossa posição foi, em geral, a de manifestar insistentemente um ponto de vista quase weberiano, como se disséssemos repetidas vezes aos senadores: “podemos dar palavras a suas decisões, mas também temos algo a dizer sobre as conseqüências dos fins que vocês perseguem e sobre os meios mais ou menos adequados para alcançá-los”.

Essa nova postura dos assessores manifestou-se no instituto da Nota Técnica, antes inexistente. A Nota Técnica nada mais é que a manifestação formal, assinada pelo assessor, de sua discordância quanto à demanda formulada pelo parlamentar. É um espaço no qual o assessor deixa sua condição anterior de simples instrumento do assessorado e passa a ter existência autônoma. Autonomia esta, nunca é demais lembrar, sempre relativa, dentro dos limites da condição de técnico.

Como se maneja institucionalmente hoje a eventual discordância entre vontade política e instância técnica? No caso de a demanda ser inconstitucional ou ilegal, o assessor não é obrigado a atendê-la, embora até isto seja posto em discussão pela "cultura" tradicional da Casa. Argumenta-se que a proposição será assinada pelo parlamentar, não pelo assessor, que a responsabilidade não é técnica, mas política. O ponto de vista técnico, por sua vez, sustenta a responsabilidade solidária do técnico em qualquer ilegalidade que venha a ser cometida. Há, inclusive, pelo menos um caso de ação popular contra decisão do Congresso que resultou na condenação de parlamentares e do assessor responsável, embora este alegasse obediência a ordens superiores.

Apesar da ambigüidade, ilegalidades podem, na prática, ser recusadas hoje. Demandas absurdas do ponto de vista técnico, dentro dos limites da lei, no entanto, devem ser atendidas. Que faz o assessor? Tenta argumentar junto ao parlamentar e, caso este se mantenha irredutível, manifestará sua discordância em Nota Técnica que acompanhará a proposição solicitada e permanecerá arquivada na Assessoria para qualquer eventualidade.

Sem dúvida, a Nota Técnica representa um ganho em autonomia antes inexistente. Foi um passo importante no caminho que vai de um assessoramento instrumental, em que o técnico é correia de transmissão da vontade política, a outro, fundado no diálogo entre as duas instâncias. No entanto este caminho está longe de haver-se completado.

A diferenciação ótima da esfera técnica, a realização efetiva de uma assessoria institucional dependeria da publicidade do parecer técnico, seja ele qual for, à totalidade dos senadores. Hoje, embora a assessoria seja formalmente institucional, atende, na verdade, a

demandas individuais. Uma eventual Nota Técnica contrária a determinado projeto atingirá o conhecimento apenas do seu relator, o parlamentar demandante. Os demais votarão a matéria desconhecendo aquele óbice técnico específico. A Assessoria só será realmente institucional no momento em que seu produto ganhe uma autonomia que permita o seu consumo por todos os senadores. Quando seu trabalho instrua não apenas o parecer do relator, mas, anexado ao processo, também o voto dos senadores. Enquanto isto não ocorrer, a Assessoria manterá o caráter de um gabinete coletivo dos senadores, particularmente dos relatores, não o de uma prestadora institucional de serviços.

É difícil prever o rumo futuro do processo que se iniciou. Por um lado, parece claro que a assunção efetiva por parte do Parlamento de suas atribuições constitucionais exige o prosseguimento da diferenciação de uma esfera técnica. É ilusão, por exemplo, pensar em controle eficaz do Poder Executivo sem um corpo técnico próprio, que produza avaliações independentes e anteriores ao parecer do parlamentar, avaliações que instruirão o parecer, mas que não se confundirão com ele, como sói acontecer hoje.

No entanto, se esse é o rumo lógico do ponto de vista das necessidades do Legislativo, não podemos esquecer que, na consciência predominante nos parlamentares, há razões de peso que trabalham no sentido da manutenção do atual estado de coisas. Para alguns senadores, a própria idéia de uma assessoria institucional constituiria um equívoco, pois, uma vez que o assessoramento “desinteressado” é impossível, só seria útil o assessor que partilhasse a posição política do assessorado. A assessoria possível seria então a partidária, seja de maneira coletiva, mantida pelos partidos políticos, seja individual, localizada no gabinete ou nas redes de apoio que parlamentares e partidos mantêm em ilhas de excelência do sistema acadêmico nacional. Essa posição ignora, a meu ver, os ganhos de qualidade que advêm do confronto entre perspectivas diferentes, inclusive com uma perspectiva técnica sem vinculação partidária imediata. Dizendo melhor, essa posição circunscreve o espaço da diferença produtiva, que redundaria em aperfeiçoamento das propostas, ao plano interpartidário.

Outros tendem a dar-se por satisfeitos com a situação presente, com uma assessoria que funciona como gabinete coletivo dos senadores, preferencialmente dos relatores. A premissa implícita, no caso, é que o Legislativo já cumpre a contento seus deveres constitucionais, de maneira que levar a diferenciação de uma área técnica própria às últimas conseqüências seria desnecessário. A mistura presente entre assessoria institucional e pessoal teria a vantagem, além disso, de eximir os gabinetes do apoio técnico pessoal e partidário do parlamentar, liberando seus cargos para serem ocupados com funções políticas, inclusive nos estados de origem.

Gostaria de ressaltar que nessa caminhada, importante mas ainda aquém do necessário, do meu ponto de vista, nós, assessores-sociólogos, muitos com passagem pela pós-graduação do SOL, tivemos um papel de relevo, dentro dos limites de nossa função. Colocamos sempre, junto aos colegas, às instâncias diretoras da assessoria e aos próprios parlamentares, a necessidade de uma identidade técnica definida de forma clara, como condição da eficiência maior de nosso trabalho.

Passo agora ao segundo ponto que anunciei. Na condição de assessor do Senado, tal como descrita até agora, há alguma especificidade que distinga o profissional formado em sociologia ou egresso de algum curso de pós-graduação nessa área?

Do nosso ponto de vista, da perspectiva do sociólogo que sai de uma pós-graduação ou do trabalho em algum recanto do Executivo, o ingresso no Parlamento como assessor pode ser descrito como um choque cultural considerável, algo como a irrupção súbita e violenta da prática no cotidiano profissional, irrupção esta que assume duas formas diferentes.

Em primeiro lugar, a subordinação explícita do trabalho às demandas da vontade política. No executivo, o técnico é, normalmente, separado por um série de instâncias, os diversos escalões, da vontade política que o move, a ponto de poder alimentar, por vezes, a ilusão de que sua autonomia é, na verdade, absoluta, independência em relação a essa vontade. Na academia, por sua vez, o trabalho é orientado por um valor, a busca da verdade, que, ao menos idealmente, não aceita interferência dos poderes, inclusive político, constituídos. A reflexão teórica coloca-

se livremente, constituindo objetos de estudo conforme seus próprios determinantes.

No parlamento, pelo contrário, trabalhamos de acordo com as demandas diretas dos atores da política. O valor verdade é substituído, para todos os fins, pela regra da maioria, pelo consenso majoritário, produto dos mesmos interesses políticos imediatos que na atividade acadêmica nos dedicamos a desvendar. Para quem procede da academia, não deixa de ser chocante ver, num primeiro momento, esses interesses políticos imediatos, objetos freqüentes de nosso estudo, movimentarem-se livremente, de maneira, diria, até despudorada, sem obedecer às determinações que para eles pensamos, mas, pelo contrário, convocando-nos, e à teoria, ao sabor de sua conveniência, como instrumentos seus.

A prática nos invade também, em segundo lugar, pelas conseqüências dos trabalhos que realizamos. Também neste caso, o funcionário do Executivo, de escalões médio e inferior, sabe que as mesmas instâncias que o separam dos centros decisórios “protegem” o público dos efeitos imediatos de seu trabalho, que este passará por uma série de mediações e modificações até afetar, de uma ou outra forma, o público. O assessor parlamentar, por outro lado, para o bem ou para o mal, é partícipe de decisões que afetarão, direta e imediatamente, a todo cidadão. Impossível não perceber isto quando se está, por exemplo, discutindo com o relator a mudança de um pedaço da Constituição. Todo assessor tem consciência dessa particularidade de seu trabalho e escolhe a maneira de lidar com ela na construção de sua carreira.

E da perspectiva da instituição, como é visto o sociólogo na qualidade de assessor? Entrei no Senado mediante concurso público, concurso que, como qualquer outro, constituiu uma coleta de recursos humanos no mercado. A novidade desse concurso, do nosso ponto de vista, é que foi nele definida uma área específica, na qual eram exigidos conhecimentos de sociologia, antropologia e ciência política. Ou seja, esse concurso lançou no mercado uma rede particular, para nós e nossos irmãos antropólogos e politicólogos.

Ocorre que, uma vez pescados os sociólogos, verificou-se que a Casa não sabia bem o que fazer com eles. Nossos colegas juristas,

constitucionalistas, tributaristas, penalistas, trabalhistas e outros, nossos colegas especialistas em áreas temáticas como saúde, educação, finanças públicas, meio ambiente, entre outras, todos ingressaram no Senado com um rótulo claro estampado no peito e marcharam sem hesitação para seus lugares. Nós sociólogos, pelo menos aqueles selecionados enquanto tais, pois vários colegas concorreram e foram selecionados por áreas temáticas, não tínhamos um rótulo suficientemente esclarecedor e tivemos que procurar ou construir os nossos lugares.

Diversas foram as soluções individuais. Procuramos, de maneira geral, pontos de interseção entre nossas áreas de especialização e as demandas explícitas da Casa. Em outras palavras, podíamos buscar o nosso nicho dentro da gama de temas considerados de interesse legítimo do sociólogo. Como já foi dito aqui, ser sociólogo é um processo que depende, primeiro, de auto convencimento, depois, de convencer os demais, o que implica considerar, de início, as idéias pré-existentes sobre o que seja sociólogo.

No meu caso particular, aloquei-me na área sindical-trabalhista, onde minha bagagem era considerada complementar a de meus colegas juristas. Nessa área trabalhei até terminar o processo constituinte. Outros colegas dirigiram-se a temas de sua preferência, como ciência, tecnologia e meio ambiente. Outros, por fim, especializaram-se no tema sociológico por excelência do ponto de vista do senso comum: minorias em geral. Todos, no entanto, combatemos constantemente o risco de sermos considerados assessores do residual, do quebra-galho. Dado que tudo é, de certo modo, social, o senso comum considera que todo assunto que não disponha de um especialista no momento pode ser tratado, legitimamente, embora com menos profundidade e mais generalidade, por sociólogos.

É interessante comparar esta situação com a que se verificou na Câmara dos Deputados. Também lá foi feito um concurso com área específica para sociólogos, antropólogos e politicólogos. Neste caso, no entanto, a interação entre concursados e direção da assessoria levou à redefinição do rótulo. Todos assumiram a definição de politicólogos, foram reconhecidos como tais e alocados na área de direito eleitoral e partidário, que entre nós, no Senado,

é considerada um apêndice do direito constitucional.

Resta-me falar um pouco sobre o peso da minha formação na pós-graduação do SOL no meu desempenho profissional como assessor. Depois de alguns anos de labuta com a legislação trabalhista, me desloquei, em função dos meus estudos para minha tese de doutoramento, para a área temática rural. Trabalho, portanto, na maior parte do meu tempo, com estudos, pareceres e projetos de lei relativos a essa área, para a qual despertei e me aprofundei graças ao ensino, incentivo e exemplo de meus professores dos cursos de mestrado e doutorado, entre os quais quero lembrar a professora Vilma Figueiredo e o professor Fernando Correia Dias, meu orientador no mestrado. Sob esse aspecto, posso dizer, com tranqüilidade, que, o que sei sobre meu dia a dia profissional, aprendi aqui.

No entanto, creio que a pós graduação do SOL nos deu, a mim e aos colegas que partilham comigo a tripla condição de assessor, sociólogo e egresso do SOL, algo mais que as ferramentas de trabalho. Aprendemos aqui, como já foi lembrado por outros expositores, a prática do livre pensar. Estudando, discutindo e pesquisando, aprendemos que tudo é passível de crítica, dado que nada é o que aparenta ser. No meu caso particular, fui beneficiário desse ensinamento num momento político especialmente difícil, que exigia do docente, além de honestidade intelectual e respeito pelas diferenças, qualidades sempre necessárias, um tipo de coragem pessoal que, felizmente, não precisamos hoje exercitar.

Para nós, sociólogos assessores, esse foi, a meu ver, o ensinamento fundamental. Graças a ele mantivemos o distanciamento necessário da vontade política, onipresente nas condições de funcionamento peculiares ao Parlamento, e conseguimos dar nossa colaboração ao processo, ainda em curso, de transformação do assessor de ferramenta em alteridade técnica do político, do assessoramento instrumental em outro, mais fecundo, baseado no diálogo, na crítica, na interlocução.

É o que tenho a dizer. Muito obrigado.

A parceria da Embrapa com os sistemas estaduais de pesquisa

Cyro Mascarenhas Rodrigues

Para ilustrar a diversidade na atuação dos egressos do Programa de Doutorado em Sociologia da UnB e as possíveis influências do curso no seu desempenho profissional, apresenta-se aqui a experiência de trabalho de quem assumiu a Secretaria Executiva de um dos 16 programas do Sistema Embrapa de Planejamento, aquele que foi criado para estimular a parceria com vistas à modernização institucional dos sistemas estaduais de pesquisa.

O exemplo não poderia ser mais emblemático: trata-se de um profissional graduado em agronomia que, em razão de ter atuado na área de difusão de tecnologia agropecuária, fez mestrado em comunicação para o desenvolvimento rural. Mais tarde, sentindo a necessidade de consolidar a sua formação científica, já que o instrumental teórico-metodológico da comunicação não lhe era suficiente para o enfrentamento das questões fundamentais da geração e difusão de tecnologia, candidatou-se ao curso de doutorado, área de concentração "Estado e Sociedade". Tendo defendido tese sobre a seletividade classista das políticas públicas, retornou à sua empresa de origem, assumindo funções diferentes daquelas anteriores ao doutoramento: a de Secretário Executivo da Comissão Técnica do Programa 15, um colegiado que analisa e delibera projetos que tratam do aperfeiçoamento e da modernização institucional das empresas estaduais de pesquisa agropecuária, componentes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA).

Cyro Mascarenhas Rodrigues é doutor em sociologia pela UnB.

O SNPA, coordenado pela Embrapa, é um complexo de instituições públicas e privadas que se propõem a atuar de forma articulada, sob a égide da parceria, com vistas ao fortalecimento das políticas de C&T do setor agrícola e à geração, adaptação, transferência e difusão de tecnologia agropecuária, com o objetivo final de desenvolvimento do negócio agrícola, como um todo, e das cadeias produtivas, em particular¹. Da parte do setor público, compõem esse universo a Embrapa, com 39 unidades descentralizadas (15 centros nacionais de pesquisa de produtos, 13 centros de pesquisa ecorregionais, 9 centros temáticos e 2 serviços) e mais 19 organizações estaduais de pesquisa (principalmente empresas e fundações) com suas estações experimentais, universidades e outras instituições públicas.

Nos últimos cinco anos, a Embrapa passou por grandes transformações de dimensões conceitual, organizacional, administrativa e política. Buscou sintonia com o ambiente externo, procurando adaptar-se às mudanças em curso nos cenários internacional e nacional, que apontam para um novo paradigma de desenvolvimento sustentável². Está revendo o enfoque produtivista e de base química que orientou em quase duas décadas a sua postura científica, inspirada nos padrões da Revolução Verde, em direção a uma nova concepção, baseada na sustentabilidade, que pontifica alguns pressupostos, tais como:

- 1) participação dos diversos segmentos da sociedade na definição de prioridades e na formulação e na fiscalização de políticas econômicas e sociais;
- 2) suporte da ciência e tecnologia como condição essencial para produzir a nova base técnica do modelo de desenvolvimento sustentável;
- 3) maior dinamismo na articulação intersetorial e interinstitucional;
- 4) adoção de conceitos do enfoque sistêmico, a exemplo de "agroecologia", "ecossistema", "complexo" e "cadeia";
- 5) ênfase na formulação de sistemas de produção regionais;
- 6) investimento maior nas áreas de tecnologia avançada;
- 7) descentralização administrativa;
- 8) adoção de modelos de gestão colegiada e gestão participativa;

9) aumento da parceria com o setor privado (Flores 1991, Flores & Silva 1992).

Para a efetivação da mudança, a Embrapa usou os instrumentais conceitual e metodológico do planejamento estratégico, que lhe possibilitaram a construção de um novo modelo institucional e operativo de pesquisa e desenvolvimento. Esse modelo prescreve o conhecimento das oportunidades e ameaças do ambiente externo, a definição da missão institucional da empresa e o diagnóstico do ambiente interno, identificando pontos favoráveis e desfavoráveis ao cumprimento dessa missão. Além disso, incorpora as técnicas de construção de cenários futuros, mediante a análise de fatores políticos, sociais, econômicos, culturais e tecnológicos inerentes ao ambiente externo e relevantes para a atuação da Empresa. Parte-se do pressuposto de que no aprimoramento da visão prospectiva, são encontradas respostas para uma adequação pró-ativa da Embrapa ao ritmo intenso das transformações de toda a ordem, neste final de século.

Outra preocupação foi a instituição de instrumentos de controle social da atuação da Empresa, mediante a criação de um Conselho Nacional e de Conselhos Regionais, estes últimos formados por representantes do setor privado que compõem o agronegócio, das universidades e ONGs. A esses conselhos cabe, principalmente, a avaliação e a priorização das demandas levantadas nos âmbitos regionais e nacional, para serem objeto da programação de pesquisa. Entretanto, a aprovação dos projetos apresentados a cada um dos 16 programas que compõem o Sistema Embrapa de Planejamento acontece no âmbito das comissões técnicas de programas (CTPs), cujos membros, na maioria, são de fora da Embrapa.

São duas as dimensões do Sistema Embrapa de Planejamento: a vertical, de natureza institucional, em que pontificam os 'planos diretores', os 'planos de ação estratégica' e os 'planos anuais de trabalho'; e a horizontal, de natureza programática, na qual se incluem os 16 programas com 468 projetos e 3.018 subprojetos.

Partindo da construção de cenários da pesquisa agropecuária, em 1989, quando se delinearão quatro possibilidades alternativas, entre as quais o quadro neoliberal que acabou por se confirmar nos dias atuais,³ a Embrapa evoluiu para a sistematização dos

estudos de prospecção de demandas por tecnologias e serviços de sua clientela, montou um sistema de planejamento estratégico e definiu as missões de suas unidades centrais e descentralizadas. Esse reordenamento levou à necessidade de construção de novas bases de cooperação com os 'sistemas estaduais de pesquisa', que na década de 80 foi inexpressiva. Foram, então, criados dois instrumentos operacionais: no plano institucional, a Secretaria de Apoio aos Sistemas Estaduais de Pesquisa (SSE), ligada diretamente à presidência da Embrapa; e no plano operacional, um programa para dar suporte às ações que objetivam aperfeiçoar e modernizar as organizações estaduais de pesquisa, o Programa 15.

A Secretaria de Apoio aos Sistemas Estaduais de Pesquisa tem por objetivo "formular, promover e apoiar políticas e atividades relacionadas à parceria institucional da Embrapa com os sistemas estaduais de pesquisa agropecuária e destes entre si, visando ao fortalecimento do SNPA" (Embrapa 1995b: p.5). As formas de cooperação são as seguintes:

- 1) parceria em pesquisa e desenvolvimento, que hoje envolve 559 subprojetos, dos quais 409 são com organizações estaduais de pesquisa;
- 2) apoio à modernização institucional das empresas estaduais, com 18 projetos e 47 subprojetos, principalmente nas áreas de planejamento estratégico, articulação interinstitucional e capacitação gerencial;
- 3) busca de condições de sustentabilidade financeira, incluindo:
 - a) identificação de fontes comuns de financiamento;
 - b) propostas de adequação da legislação vigente, no que tange a ciência e tecnologia;
 - c) adequação ou estruturação de áreas de captação de recursos das organizações componentes do SNPA; e
 - d) negociação conjunta de projetos internacionais;
- 4) fortalecimento político-institucional, mediante a definição de estratégias capazes de fortalecer o SNPA.

Programa 15 – Aperfeiçoamento e Modernização Institucional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária

Em 1993, um diagnóstico da situação das empresas estaduais de pesquisa identificou os seguintes pontos críticos, logo objetivados em demandas que fundamentaram a estruturação do Programa 15, no Sistema Embrapa de Planejamento:

1. Desatualização da missão, objetivos, políticas, estratégias e prioridades institucionais, frente às mudanças em curso nos cenários internacional, nacional, regional, estadual e municipal.
2. Relacionamento deficiente entre as unidades da Embrapa e os sistemas estaduais, com perda de credibilidade para um processo de parceria no presente.
3. Escassez de recursos, dificuldade para captá-los, baixa capacidade de formular propostas de captação de recursos, falta de estratégias de negociação para captá-los e falta de mecanismos legais que garantam a chegada do recurso captado até a atividade a que se destina.
4. Ausência de uma estratégia metodológica para discutir e incorporar conceitos, enfoques e modelos associados à gestão de ciência e tecnologia atuais e congruentes com as realidades emergentes.
5. Ausência de apoio político-institucional da Embrapa em negociações estratégicas dos sistemas estaduais.
6. Capacitação técnica insuficiente para apoiar a reformulação e implementação de políticas e programas de desenvolvimento agropecuário estaduais e municipais.
7. Baixo grau de motivação e comprometimento por parte expressiva dos empregados dos sistemas estaduais.
8. Sucateamento da infra-estrutura de pesquisa. (Ata da 1ª Reunião da Comissão Técnica do Programa 15, 1993: p.8).

O Programa 15 é, portanto, um instrumento criado para dar suporte a projetos elaborados sob o enfoque da parceria e da

complementaridade de recursos, voltados para apoiar o aperfeiçoamento e a modernização institucional das organizações estaduais de pesquisa. Entre os seus objetivos, destacam-se o apoio técnico e financeiro a projetos nas seguintes áreas:

Planejamento da pesquisa

Incluem-se aqui as iniciativas que visem a:

- 1) conhecimento do ambiente externo da Empresa, implicando a caracterização da clientela e a identificação de suas demandas;
- 2) elaboração de planos de P&D agropecuários para os estados;
- 3) monitoramento e avaliação do desempenho institucional.

Aprimoramento de processos

Refere-se a:

- 1) planejamento estratégico;
- 2) gestão empresarial e desenvolvimento institucional;
- 3) difusão de tecnologia;
- 4) informação e documentação;
- 5) articulação interinstitucional do SNPA.

Aperfeiçoamento Institucional e sustentabilidade financeira

Implica:

- 1) análise e aperfeiçoamento do arranjo institucional nas áreas de ciência e tecnologia agropecuária no âmbito estadual, compreendendo mudanças de personalidade jurídica, fusões e incorporações;
- 2) aperfeiçoamento e adequação das constituições federal, estaduais e municipais, com vistas ao fortalecimento da ciência e tecnologia agropecuárias;
- 3) capacitação de recursos humanos, tanto em pós-graduação quanto em treinamentos de curta duração;
- 4) aperfeiçoamento de processos de captação de recursos e de comercialização de tecnologias, produtos e serviços.

Não apenas as empresas estaduais de pesquisa e unidades da Embrapa podem apresentar projetos ou subprojetos ao Programa

15. Também as universidades e as organizações não-governamentais podem fazê-lo, desde que as propostas estejam consentâneas com os objetivos do programa e atendam a alguma demanda dos sistemas estaduais de pesquisa.

Para candidatar-se, o interessado deve negociar com o cliente (empresa ou organização estadual de pesquisa) uma área de interesse dentro da qual ele tenha competência para desenvolver determinado projeto ou subprojeto. Se já existir projeto em andamento dentro da área temática escolhida, é o caso de elaborar um subprojeto para cobrir alguma demanda ainda não suprida por aquele projeto. Nesta circunstância, o subprojeto deve ser encaminhado ao líder do projeto em andamento para que seja examinado e, se aceito, incorporado ao mesmo. Em se tratando de projeto, o documento elaborado de acordo com as normas do Manual de Procedimentos do Sistema Embrapa de Planejamento⁴ deve ser encaminhado à Comissão Técnica do Programa 15 (CTP-15).

A CTP-15 é um colegiado de nove membros, com mandato renovado a cada dois anos, a maioria de fora da Embrapa, os quais, na composição atual, pertencem aos quadros do CNPq, UFViçosa, Câmara dos Deputados, Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa) e Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer). A CTP-15 reúne-se ordinariamente duas vezes ao ano, uma das quais para examinar e deliberar novos projetos, normalmente apresentados até o último dia de julho, para compor a programação de pesquisas do ano subsequente.

Em síntese, tem-se aqui um caso da diversidade na atuação dos egressos do curso de doutorado em Sociologia, da UnB. Poder-se-ia acrescentar outra atribuição: a de Editor dos Cadernos de Ciência & Tecnologia (CC&T). Trata-se de uma revista quadri-mestral, editada pela Embrapa, com o objetivo de refletir, debater e veicular uma visão crítica da ciência, da tecnologia e do desenvolvimento agrícolas, com ênfase nos processos sociais, culturais e políticos que envolvem este problema, e os seus nexos com a nova dinâmica agroindustrial.

Considerações Finais

Resta agora tecer alguns comentários críticos ancorados em muitas das discussões conceituais ensejadas pelo curso de doutorado, podendo-se aí vislumbrar a contribuição que o SOL possa ter proporcionado ao desempenho dos seus egressos, na volta às atividades profissionais. Na verdade, dada a limitação de espaço para uma discussão mais acurada, pretende-se apenas introduzir o debate, que poderá ser aprofundado em outra oportunidade. Elege-se como ponto de partida a imprecisão conceitual do que seja “interesses da sociedade”, bem assim a forma como se coloca a excelência do planejamento estratégico na antecipação dos anseios de mudança dessa “sociedade”, conforme se observa no discurso da Embrapa.

Em que pese o esforço da Embrapa para modernizar-se enquanto instituição pública, e transferir, na medida do possível, essa sua experiência às empresas estaduais que compõem o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, os críticos sociais mais rigorosos vão encontrar no discurso da Empresa alguns motivos para reparos. Nos documentos institucionais, fala-se muito em “fazer o que a sociedade deseja”, “atender aos interesses da sociedade”, “ouvir a sociedade” e “prestar contas à sociedade”. A impressão que se tem é que a sociedade seria um ente abstrato, formado de segmentos diferenciados, mas alheios aos conflitos de interesse, já que o “bem comum” pareceria a meta almejada por todos, o que evidentemente não acontece. Os conflitos de classes, de segmentos dentro de uma mesma classe e das formas de organização não classistas que permeiam a sociedade tendem a reproduzir-se na ação política do Estado. Mesmo não sendo instrumento direto dos interesses de classes ou frações dominantes, como pretende a ortodoxia marxista, o Estado capitalista é seletivo na formulação das políticas públicas⁵. Cria e mantém as condições da acumulação privada e afasta as ameaças potenciais e reais que possam causar distúrbios ao processo de acumulação como um todo, passando ao largo dos interesses particulares de capitais individuais e de grupos. É claro que alguns grupos capitalistas e até mesmo categorias de trabalhadores, justamente os mais organizados e dotados de maior poder de pressão, terminam sendo os mais favorecidos com a implementação

de determinadas políticas públicas. Mas isso, em rigor, não seria objetivo do Estado mas subproduto necessário de uma ação que está voltada prioritariamente para a universalização da formamercadoria, buscando a incorporação cada vez maior de proprietários de bens de capital e assalariados nas relações de troca, como lembram Offe & Ronge (1984).

Na verdade, o que se apresenta como “o que a sociedade quer”, geralmente, não passa de ideologia e apenas como tal deve ser considerada (Martins 1984). No entanto, esta ficção é freqüentemente invocada, principalmente pela tecnoburocracia da esfera pública que costuma autoproclamar-se intérprete e guardião desse “interesse público”.

Gouvêa (1994: p.54) chama a atenção para isso no seu estudo sobre as elites burocráticas da área econômico-financeira no Brasil, salientando que, nesse contexto, sociedade é a “denominação genérica que dá à única forma de controle que consideram legítima, que se origina na parte da sociedade que tem organização suficiente para consolidar pressões”. Esse lado “visível” da sociedade seria, na lógica dos tecnoburocratas, o porta-voz legítimo do que eles chamam de interesse público, entendido como um complexo de padrões éticos, políticos e econômicos que nada teria a ver com a estratificação de classe ou segmentação de qualquer outro tipo, totalizantes, portanto.

E o que dizer do planejamento estratégico? Sem dúvida, tem as suas vantagens quando comparado à forma tradicional de planejar, que enfatiza as relações entre recursos, ações e resultados, simplificando os problemas, atendo-se às limitações das técnicas de análise econômica e quantitativa que lhe dão respaldo. Pelo fato de ser eminentemente prospectivo, o planejamento estratégico enfatiza os fatores externos incontrolláveis, implica o uso simultâneo de técnicas de análise quantitativa e qualitativa, presta-se a análises a longo prazo, aplica-se a problemas complexos, e tanto os seus objetivos como as soluções propostas são sujeitos a questionamento (Johnson & Paez 1995). Mas é preciso muita cautela para não transformá-lo em fetiche ou panacéia para todos os males. Justo agora que se observa uma crise do sistema de planejamento e dos mecanismos de intervenção do Estado, que coincide com o maior grau de internacionalização da economia, crise do sistema monetário

e do sistema de preços, como já previra Tavares (1988). Essa perda progressiva de autonomia do Estado-Nação, em face da globalização da economia, parece inverter a situação prevalecente nos primórdios do planejamento, quando o setor estatal estava mais comprometido com essa técnica. Hoje o setor privado é quem domina e tem melhores condições de usar os recursos do planejamento estratégico.

O uso do planejamento estratégico no setor público não é fácil e são poucas as tentativas nesse sentido. Na área de pesquisa e desenvolvimento, a experiência da Embrapa é pioneira. A prospecção de demandas de pesquisa nos segmentos das cadeias produtivas, com toda a racionalidade que lhe é peculiar, pode deixar de fora parcelas consideráveis de agricultores não diretamente integrados a essas cadeias. E mesmo entre os segmentos integrados, certamente os interesses dos grupos de pressão mais fortes do agronegócio tendem a prevalecer. A Embrapa, na condição de empresa pública, deve estar atenta a isso e reconhecer as demandas induzidas por políticas compensatórias governamentais que assistem justamente a essas parcelas de pouco ou nenhum poder de pressão e que, via de regra, não estão diretamente integradas ao complexo agroindustrial. Outro cuidado é na composição dos colegiados (conselhos regionais e nacional) que integram a estrutura do Sistema Embrapa de Planejamento. O viés da prevalência de representantes de interesses de segmentos mais organizados e de maior poder de pressão pode dificultar a assunção de compromissos condizentes com a natureza social do mandato da Empresa.

Mais um argumento importante para que a Empresa não se restrinja a pesquisar apenas em função das demandas explicitadas por sua clientela, é o fato de que o pesquisador precisa “pensar na frente” e desenvolver estudos sobre problemas que embora aparentemente não afetem a realidade atual, podem explodir, de repente, trazendo graves conseqüências econômicas e sociais. O acerto dessa atitude pode ser atestado pela relativa facilidade com que foi debelado o problema da ferrugem do café, há quase três décadas, a temível doença que ainda não tinha chegado ao Brasil e como tal, parecia não constituir demanda atual e prioridade de pesquisa. Mas o Dr. Alcides Carvalho, do Instituto Agrônomo de

Campinas, vislumbrando os efeitos catastróficos que a doença poderia causar a nossas lavouras, antecipou-se ao problema, procurando, através do melhoramento genético, criar variedades resistentes à ferrugem. Quando, mais tarde, a doença apareceu nos cafezais brasileiros, os seus efeitos não foram tão graves como era de se esperar, graças a essa pesquisa que provavelmente não seria desenvolvida se o Instituto se limitasse a priorizar as demandas atuais colocadas pelos seus clientes.

Outras observações críticas poderiam ser colocadas, inclusive sobre a prática da parceria da Embrapa com os Sistemas Estaduais de Pesquisa, onde a prescrição da relação de complementaridade, convergência e respeito mútuo não exclui a possibilidade de concorrência, algo que a simples divisão de trabalho não consegue evitar. Além disso poder-se-iam colocar outros problemas operacionais que dificultam a parceria nos termos prescritos. Contudo, não se pode negar o êxito dessa nova abordagem de relacionamento que em termos quantitativos fez crescer a participação das empresas estaduais na Programação de Pesquisa da Embrapa em mais de 280%, entre 1994 e 1995, passando de 8 para 23 projetos e 146 para 409 subprojetos, respectivamente. De igual forma, pode ser creditada às mudanças por que passou a Empresa, nos últimos cinco anos, a existência de programas de pesquisa específicos para a produção familiar (Programa 9), de suporte ao desenvolvimento rural e regional (Programa 13). Tudo, sem falar de um acordo com a Contag para a constituição de um Banco Nacional de Agricultura Familiar, com o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar, através da transferência direta de tecnologias adequadas às condições peculiares desse setor produtivo” (Contag & Embrapa 1995: p.1), algo impensável nas condições da década de 80, antes da reforma.

Notas

¹ Entende-se por **negócio agrícola** “o conjunto das operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e produtos agropecuários e agroflorestais, incluindo serviços de apoio (assistência técnica, crédito etc.)”. Em outras palavras, o complexo agroindustrial como um todo. A **cadeia produtiva** refere-se “aos componentes interativos, tais como sistemas produtivos, serviços e insumos, indústrias de processamento e transformação, distribuição e comercialização, além de consumidores finais dos produtos e subprodutos”. Pode-se falar, por exemplo, de cadeia produtiva da soja, da carne suína, etc. O **sistema produtivo** “é o conjunto de componentes interativos que objetiva a produção de alimentos, fibras, energéticos e outras matérias-primas de origem animal e vegetal”, ou seja, refere-se às atividades produtivas de determinada lavoura ou criação dentro dos limites da fazenda (Embrapa 1995a: pp.12-13).

² Define-se o desenvolvimento sustentável como um processo através do qual as políticas econômicas, fiscais, de comércio, energética, agrícola, industrial, científica e tecnológica, entre outras, orientam-se para um padrão de crescimento econômico, social e ecologicamente sustentável. Não se trata, simplesmente, de um apelo à proteção ambiental, mas implica um novo conceito de crescimento econômico que proporcione equidade e oportunidade para todos, de sorte que os recursos naturais finitos possam ser usados de forma não predatória, vale dizer, sem prejuízo para as gerações futuras (Pronk & Haq 1992).

³ Ver Embrapa (1990).

⁴ Ver Boletim de Comunicações Administrativas da Embrapa, nº 8, de 09-02-1995.

⁵ Entende-se por **Estado capitalista** uma forma institucionalizada de poder público, emanada de relações sociais, guardada por anteparos jurídicos-legais e relacionada com a produção material, cujo conteúdo é a acumulação privada. As **políticas públicas** são estratégias através das quais se viabilizam as intervenções reguladoras do Estado, estabelecendo complementaridade funcional entre o sistema de instituições políticas e o sistema econômico. **Seletividade** é o desempenho das instituições governamentais, em diversas instâncias, que atuam como um sistema de filtros, de modo a incluir ou excluir de suas agendas ações concretas, em razão de injunções estruturais, ideológicas, processuais e repressivas. Ver Offe (1984) e Rodrigues (1994).

REFERÊNCIAS

- CONTAG & EMBRAPA. Banco Nacional da Agricultura Familiar. Brasília: Contag\Embrapa, 1995. 28p. (Mimeografado).
- EMBRAPA. Departamento de Pesquisa e Difusão de Tecnologia-DPD. **Prospecção de demandas tecnológicas: manual metodológico para o SNPA.** Brasília: Embrapa, 1995a. 82p.
- _____. Secretaria de Administração Estratégica. **Cenários para a pesquisa agropecuária: aspectos teóricos e aplicação na EMBRAPA.** Brasília: Embrapa-SEA, 1990. 153p. (Embrapa-SEA. Documentos, 2).
- _____. Secretaria de Apoio aos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária-SSE. Sustentabilidade institucional do SNPA. Brasília: Embrapa, 1995b. 8 p.
- FLORES, Murilo X. Projeto Embrapa: a pesquisa agropecuária rumo ao Século XXI. Brasília: Embrapa-SEA, 1991. 38p. (Embrapa-SEA. Documentos, 4).
- FLORES, Murilo X. & SILVA, José S. da. Projeto Embrapa II: do projeto de pesquisa ao desenvolvimento sócio-econômico no contexto do mercado. Brasília: Embrapa-SEA, 1992. 55p. (Embrapa-SEA. Documentos, 8)
- GOUVÊA, Gilda Portugal. *Burocracia e elites burocráticas no Brasil.* São Paulo: Paulicéia, 1994. 320p.
- JOHNSON, Bruce B. & PAEZ, Maria L. D'A. "Métodos quantitativos e planejamento na Embrapa". Brasília: III Encontro de Métodos Quantitativos do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. (Brasília, 20 a 22 de junho de 1995), 1995. 9p.
- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64.* São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386p.
- OFFE, Claus & RONGE, Volker. "Teses sobre a fundamentação do Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista". In: *Problemas estruturais do Estado capitalista.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.122-177.

- PRONK, J. & HAQ, M. *Sustainable development: from concept to action*. New York: United Nations Development Program, 1992.
- RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 1994. 295p.
- TAVARES, Maria da C. "O planejamento em economias mistas". In: *Seminário Estado e planejamento: sonhos e realidade*. Brasília: IPEA-SENDEC, 1988.

Vinte anos de Sociologia e de Governo

Silvia Velho

O convite para participar deste evento me tomou de surpresa. Afinal, sempre me senti na UnB como uma técnica do governo com ambições intelectuais e depois do convite, porque não confessar, senti-me uma técnica que sente orgulho de ser chamada para vir falar como ex-doutoranda.

Minha apresentação consiste numa breve exposição sobre os motivos que me levaram a buscar o doutoramento como estratégia para melhorar meu desempenho profissional e sobre o impacto da formação acadêmica em minhas atividades profissionais.

A situação de técnica/intelectual tem marcado minhas experiências tanto na UnB como em instituições governamentais, onde venho desenvolvendo minhas atividades profissionais ao longo dos últimos 20 anos. Naquelas instituições, freqüentemente, sou identificada como uma profissional que se inspira num conhecimento teórico específico do modo de pensar acadêmico, tendo em vista resolver questões complexas da burocracia. Tais questões são entendidas (dentro do *staff* governamental) como assunto de especialistas, isto é, de um indivíduo que por estar profundamente familiarizado com o funcionamento da máquina estatal toma decisões com base na experiência técnica, sem componentes ideológicos próprios dos intelectuais.

Se esta situação híbrida me coloca, eventualmente, em posição diferenciada, ela nunca me acanhou. Pelo contrário, jamais hesitei em buscar no meu lado acadêmico a inspiração maior para minha atividade profissional. E foram sempre os desafios colocados pelo

Silvia Velho é doutora em Sociologia pela UnB.

meu cotidiano profissional que me trouxeram de volta à UnB, depois de graduada em sociologia na turma de 1975, por duas vezes. A primeira, em 1979, para realizar um projeto de mestrado em educação. Naquela época eu atuava no Ministério de Educação e acompanhava o programa de crédito educativo. Não foi por coincidência, portanto, que minha dissertação de mestrado versou sobre este assunto. A segunda, em 1986, para iniciar um programa de doutorado aqui no SOL.

Quando ingressei no doutorado eu trabalhava no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas-INEP/MEC, como assessora da Direção. Esta posição me colocava, constantemente, frente a pesquisadores doutores que, ou eram chamados ao INEP para colaborar em algum projeto institucional, ou buscavam financiamentos para seus próprios projetos de pesquisa.

No INEP, se minha experiência administrativa me qualificava a resolver problemas de ordem operacional ou técnica para os quais a comunidade acadêmica nem sempre tinha sensibilidade, freqüentemente me via na condição de discutir questões para as quais me percebia academicamente despreparada. Como os meus interlocutores, muitas vezes, eram profissionais maduros e produtivos, por repetidas vezes me encontrei frente ao corpo teórico das ciências humanas do qual eu não conseguia me apropriar de forma sistemática e que, de alguma forma, precisava avaliar.

O retorno à UnB pareceu ser condição imprescindível para o desenvolvimento adequado das minhas atividades profissionais e foi uma das sábias decisões para minha vida profissional.

O processo de doutoramento não foi simples. O Estado não está preparado para investimentos de médio prazo no seu corpo de funcionários. Os afastamentos quase sempre são informais e vive-se sob permanente ameaça de suspensão da liberação para estudos com o conseqüente retorno às atividades profissionais. Foi um período de freqüentes negociações: aqui, na UnB, por mais prazos, no governo, por mais disponibilidade. Além disso, como a titulação de doutor não é reconhecida na carreira de servidor público da administração federal, mais de uma vez tive que colocar o doutorado num segundo plano para que eu pudesse assumir funções que eram relevantes para minha carreira profissional.

Vencido o desafio, doutora afinal, retomei as atividades na administração pública buscando, entre as instituições governamentais, um lugar onde pudesse maximizar o árduo investimento feito no doutoramento. O CNPq me pareceu ser este lugar, na medida em que o fomento da atividade científica nas universidades viabiliza, em última instância, boa parcela das pesquisas desenvolvidas pelos acadêmicos.

No CNPq assumi a Coordenação de Ciências Humanas-COCH, que abrange as áreas de Artes, Comunicação, Ciência da Informação, Filosofia, História, Letras e Linguística. A função de coordenadora no CNPq, descrevendo de maneira sucinta, envolve atividades de assessoramento ao processo decisório da direção superior do órgão. Entre as responsabilidades do coordenador está a de aprovar, em primeira instância, as concessões de auxílio recomendadas pelos consultores da comunidade acadêmica os quais tomam, como ponto de partida, as análises técnicas preparadas pelo corpo especializado da casa. Frente a casos problemáticos, cabe ao coordenador apontar a oportunidade, ou não, de uma concessão. Estas decisões envolvem tanto a análise da disponibilidade de recursos institucionais como uma percepção sobre o desenvolvimento científico da área em questão e o impacto do auxílio sobre este desenvolvimento. Muitas vezes estas informações estão contidas no próprio parecer do assessor consultado, outras não. Também cabe ao coordenador acompanhar a preparação e a realização das reuniões do Comitê Assesores, realizadas semestralmente e que têm profunda importância no que respeita ao financiamento das atividades de pesquisa acadêmica das universidades. Finalmente, o Coordenador funciona, freqüentemente, como o interlocutor primeiro entre a comunidade acadêmica e a direção superior do CNPq.

Alguns colegas na UnB me perguntavam se o investimento no doutoramento não era muito alto para o desempenho de atividades como as descritas acima. Não seria mais apropriado que eu, terminado o doutorado, abraçasse a carreira acadêmica? Neste caso, meu primeiro argumento para uma resposta negativa repousa no que Weber chamou de "a política como vocação". Creio na premissa de que uma das alternativas possíveis de transformação do Estado, quando se tem, como eu, uma visão crítica sobre seu desempenho, consiste em ocupar posições estratégicas dentro do aparato estatal

e contribuir para imprimir mudanças que se consideram desejáveis. De outro lado, entendo como muito relevante a alternativa, pela qual vários de vocês optaram, que é a de produção e divulgação de um conhecimento que aponte os equívocos na orientação da política governamental. Por vocação, escolhi a primeira, sabendo no entanto que não posso prescindir do produto gerado pela segunda.

Uma outra questão que me era feita referia-se ao fato de ter feito a opção por sociologia e não por administração pública que seria, aparentemente, mais natural. Neste caso, além da influência da minha graduação, advogo que poucas disciplinas conseguiram, como a sociologia, constituir um corpo teórico que desse conta de desvendar algo tão complexo como são as organizações públicas. Não me refiro somente à complexidade da burocracia, mas à variedade de interesses que disputam a atenção do estado. Somado a isso, as múltiplas funções do Estado Brasileiro, que tem abarcado um conjunto de tarefas que vão desde as áreas sociais até a produção de bens de consumo, exigem, em contrapartida, perfis profissionais que dêem conta de lidar com as diferentes demandas que lhe são colocadas.

A premissa de que a experiência profissional é por si a melhor escola para o desempenho das atividades de gestão governamental nem sempre é verdadeira. Na minha experiência pessoal, por exemplo, ao assumir a COCH do CNPq, imaginei que minha longa vivência como gerente no setor público era condição suficiente para atuar no processo decisório sobre fomento à atividade científica. De fato, minha experiência anterior, principalmente a desenvolvida no INEP, foi importante na minha reinserção na atividade profissional, mas a experiência acadêmica tem sido fundamental na realização do meu trabalho junto aos pesquisadores. Minha tese de doutorado, que versou sobre as relações entre a universidade e o setor produtivo, deu-me uma experiência muito rica sobre as motivações de pesquisa entre os professores das universidades brasileiras. Como meu interlocutor imediato é a academia, como estou numa posição que me coloca diariamente em contato com pesquisadores, onde preciso avaliar a atividade de produção de conhecimento, atividade esta que se diferencia profundamente das outras formas de produção e que envolve

procedimentos de aferição que se distinguem dos tradicionais, eu só poderia me comprometer com esta empreitada, dominando com clareza as regras particulares que circunstanciam a atividade acadêmica. Desta forma, o processo de ter estudado e passado pelo *ritus* acadêmico, ter enfrentado as fases clássicas do fazer pesquisa, que envolvem formulação de um problema, a definição adequada da metodologia, a preocupação com o princípio da originalidade e todas outras fases que muitos aqui dominam mais do que eu, foi uma experiência da maior relevância para quem mais tarde iria desenvolver atividades que contemplam decisões relacionadas a este processo. Mesmo que, por não ter feito a opção da carreira acadêmica, eu não me sinta entre pares quando estou com membros da comunidade científica, não posso deixar de sentir uma identidade profunda com seus problemas de trabalho.

Tenho ainda, na função de coordenadora, me deparado com problemas ligados à inexistência, no CNPq, de procedimentos de avaliação sistemática a respeito dos mecanismos de apropriação dos recursos de pesquisa e do impacto que a pesquisa tem gerado no crescimento ou consolidação das áreas do conhecimento que ele (CNPq) financia. Praticamente o único instrumento de avaliação utilizado por esta agência tem sido os relatórios encaminhados pelos bolsistas e pesquisadores, e que norteiam a decisão de continuidade ou interrupção de um dado auxílio. Mas esse instrumento serve apenas para balizar uma decisão técnica imediata, reduzindo os riscos de financiamentos completamente estéreis. Como não existem parâmetros claros de avaliação dos relatórios, e o exame deles é prerrogativa do corpo técnico (nem sempre qualificado para tal missão) o resultado pode ser extremamente danoso. Minha vivência no doutorado tem sido valiosa nos momentos em que tenho que deliberar sobre a oportunidade ou não da continuidade de um auxílio tendo como referência apenas um relatório de pesquisa.

Observe-se que a ausência de critérios de avaliação numa situação de recursos restritos torna o processo decisório muito mais complexo para o coordenador que lida com várias áreas de conhecimentos, com características muito específicas e que precisa atender a uma demanda crescente, sem a equivalente contrapartida no crescimento dos recursos financeiros. Como resultado da

inexistência de instrumentos e critérios de avaliação que orientem as ações do CNPq, o Conselho Deliberativo da agência toma resoluções para preencher esta lacuna. Tais resoluções pretendem dar um caráter padronizado às ações das diretorias e demais níveis de gestão. Na minha coordenação sempre adotei a premissa de que as normas institucionais não podem ser consideradas camisas de força para o processo decisório, mas devem nortear tal processo. Desta maneira, vejo a tomada de decisão como um cuidadoso exercício de ouvir a direção do órgão, a comunidade científica, o corpo técnico e de colocar minha formação acadêmica em campo. Buscar o equilíbrio entre a norma institucional, a especificidade e a relevância do que é julgado provavelmente é a missão mais difícil para quem atua como gestor de recursos públicos, e só pode ser exercida com competência se balizada por uma formação intelectual consistente.

De outro lado, o papel do sociólogo nas instâncias de tomada de decisão do Estado se torna mais relevante quando inexitem políticas governamentais claras nos diversos níveis da atuação governamental. No caso da área científica, por exemplo, a ausência de uma política institucional explícita por parte dos órgãos de ciência e tecnologia no Brasil resulta em que, na prática, as decisões políticas são gestadas no dia-a-dia de quem atua dentro de uma agência de fomento. Desta maneira, é de fundamental importância que os quadros técnico-gerenciais destas agências estejam adequadamente profissionalizados para o desempenho de suas funções. Advogo novamente aqui que a formação em sociologia, pela abrangência de temas com os quais lida, imprime particular competência aos egressos de seus cursos. A título de exemplo, eu diria que não conheço nenhum espaço dentro da burocracia que me estimulasse a ler, de maneira sistemática, autores tais como Mannheim, Weber, Gramsci e Durkheim, entre outros. E tais leituras se constituem num aprendizado insubstituível para quem pretende fazer da atividade de gestão da coisa pública um trabalho ético, estimulante e competente.

A Sociologia e suas publicações

Roberto Moreira

Essa é a última sessão desse nosso Seminário Comemorativo dos 25 anos de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade de Brasília. Sendo comemorativo, e como é costume no meio acadêmico, tivemos, a meu ver, um delicado equilíbrio entre o tom festivo, a oportunidade de auto-avaliação e a chance de refletir sobre nosso desempenho passado e os desafios que nos coloca o futuro.

Esta última sessão é dedicada às publicações do Departamento e, por isso, temos aqui na mesa a Professora Angélica Madeira, atualmente editora da revista *Sociedade e Estado* e nosso aluno José Marcelo Miranda, um dos editores da revista *Textos Graduados*, cujo primeiro número será lançado hoje, numa auspiciosa iniciativa dos alunos da Sociologia e da Antropologia.

Antes de passar a palavra eu gostaria de rapidamente dizer duas coisas. Inicialmente, registrar a satisfação de poder estar aqui hoje, na condição de professor do Departamento e de membro do Comitê Editorial da Revista *Sociedade e Estado*, o que tem para mim um significado todo especial.

Primeiro, porque eu também sou egresso deste Programa de Pós-Graduação, onde fiz o Doutorado. Segundo, porque a minha ligação com este Departamento vem de longa data. Eu fui da primeira turma de graduação, em 1968, aquela que ontem a Nadia Castro chamou de “novos pioneiros”. Tendo podido desfrutar do convívio, dos ensinamentos e da amizade dos primeiros professores, como Fernando Correia Dias e Roque de Barros Laraia, entre outros. E eu concordo com a Nadia quando ela disse que fomos bem

Roberto Moreira é professor do Departamento de Sociologia da UnB.

socializados na tarefa de aprender a pensar socio logicamente o país.

Quanto às publicações do Departamento, além da revista *Sociedade e Estado*, que fará dez anos no próximo ano, sobre a qual a professora Angélica Madeira vai falar, e além do lançamento de *Textos Graduados*, sobre a qual o Marcelo vai dizer alguma coisa, eu gostaria de lembrar da *Série Sociologia*. Uma publicação não periódica, de divulgação mais restrita da produção de alunos e de professores, que encontram assim um forma de fazer circular relatórios de pesquisa, monografias, ensaios e artigos. A série existe desde 1973, já está com mais de 120 números, e atualmente encontra-se sob responsabilidade das professoras Deis Siqueira e Christiane Girard Nunes e do professor Eurico Santos.

Gostaria também de mencionar um levantamento, feito recentemente, sobre a produção científica do corpo docente da Sociologia, onde são listados 57 títulos de livros, sejam individuais, em co-autoria ou organizados por professores do Departamento. Muitos destes livros podem ser vistos na exposição montada especialmente para este seminário.

Um rápido exame desses livros – sem falar dos muitos artigos publicados em diversos e renomados periódicos especializados – mostra a diversidade de interesses dos nossos professores, que têm uma produção significativa em campos como a teoria sociológica, a sociologia política, a sociologia da ciência e da tecnologia, a sociologia da literatura, sociologia rural, sociologia da educação, sociologia urbana, para mencionar apenas alguns desses campos.

Por fim, é preciso lembrar que da produção propriamente ligada ao Programa de Pós-Graduação, quatro dissertações de Mestrado e uma tese de Doutorado encontram-se publicadas em forma de livro. São os trabalhos de Regina Morel, Fernanda Sobral, Safira Bezerra, Ronaldo Aguiar e Dirce Fonseca. Temos notícias de que mais três encontram-se no prelo.

Dito isto, agradeço a atenção e passo a palavra, primeiro à Professora Angélica Madeira, depois ao Marcelo.

Publicações do SOL: A Revista *Sociedade & Estado*

Maria Angélica Madeira

Incio expressando minha alegria por ter sido convidada para esta sessão de encerramento do encontro festivo que comemora os 25 anos de Pós-graduação de Sociologia da Universidade de Brasília.

Sinto-me honrada por estar aqui representando a Revista *Sociedade e Estado*, um dos mais bem-sucedidos, dentre inúmeros outros, empreendimentos deste departamento. A já tão comentada ousadia das gerações de cientistas, sociólogos que por aqui passaram fica demonstrada na criação deste periódico que se publica há dez anos, em um país onde a maior parte das tentativas do gênero não ultrapassa o primeiro fascículo.

Digo honrada pois desde que aportei no Departamento de Sociologia, vi-me coberta de responsabilidades e privilégios que muitas vezes pareceram-me imerecidos: coordenar um programa de pós-graduação com a excelência e o prestígio que a este estão associados; partilhar cursos com aqueles que foram meus mestres e colegas ao mesmo tempo, alguns aqui presentes, outros ausentes. Esta foi a maneira mais prazerosa de tornar-me esta semio-socióloga como hoje, muito à vontade, me sinto. Honrada também por chegar com a tarefa de dar continuidade ao trabalho, substituindo o Professor Fernando Correia Dias que acabava de aposentar-se, e organizar a linha de pesquisa em Sociologia da cultura. Por último, responsabilizar-me por esta publicação que começa a ser um espaço

Maria Angélica Madeira é professora do Departamento de Sociologia da UnB.

significativo para a circulação de idéias, para a divulgação de pesquisas e experiências na área.

Aliás, outro não é o sentido desta breve exposição que, falando da revista, e particularmente deste número especial, acaba por explicar a forma como compreendo o diálogo possível entre a semiótica (disciplina sem forum institucional preciso), os estudos literários, áreas de onde provenho, e a sociologia. Uma formação intelectual não se improvisa e sempre soube que a circunscrição de um campo de pesquisa – com suas definições de objetos, opções teóricas e estratégias metodológicas – é tarefa lenta, a ser feita por muitas mãos, corações e cérebros, muitas vezes em direções diversas, sem que isso comprometa o sentido do empreendimento, que realiza-se pouco a pouco, em prazos mais ou menos extensos.

Vou abster-me de repassar as circunstâncias e os detalhes que me conduziram até esta casa, em um momento em que buscava localizar-me na UnB, em Brasília e no Brasil e fui escolhida como também escolhi, este lugar – o Departamento de Sociologia – ao qual me liguei e de onde falo. Ter sido aqui acolhida faz-me sentir um exemplo vivo, uma prova inequívoca da abertura e do arejamento intelectual que perpassa o grupo de sociologia da UnB que, como já foi aqui dito, não constitui uma escola, no sentido tradicional do termo, organizada em forma de líderes e séqüitos. Lideranças intelectuais mais discretas parecem estar mais adequadas ao tempo de agora. Aqui estabeleceu-se sim uma escola de pensar livre. Aqui ninguém impede ou obriga ninguém a pensar o que quer que seja, mas qualidade, rigor e relevância fazem parte do *ethos*: exigência e meta.

Ao escolher um lugar escolhe-se simultaneamente um ponto de vista. Foi por vislumbrar possibilidades para um trabalho intelectual profícuo e por pressentir – mais que ter certeza – possibilidades para o reordenamento dos saberes emergentes do processo de fragmentação das disciplinas formais, que aceitei o desafio de pensar categorias de articulação entre as ciências, lidando com grandezas conceptuais como linguagem e cultura, representações, práticas significantes, sociais, discursivas e simbólicas, construindo objetos específicos, que possibilitassem estas interfaces. A Sociologia não ofereceu-me apenas um autor ou tendência, mas tradições teóricas inteiras, linhagens completas de clássicos e de contemporâneos,

autores cuja atualidade pode ser comprovada pelas releituras e apropriações pontuais que os colocam em diálogo com não menos clássicos filósofos, lingüistas e literatos. Obras ficcionais estrangeiras e brasileiras têm servido para introduzir discussões teóricas e, por considerá-las uma forma específica de conhecimento da realidade, tenho me empenhado para que não sejam vistas como ilustrações de temas sociológicos mas sim enquanto discursos formadores, modeladores, que contaminam toda a percepção e a leitura da realidade, que tornam o tempo histórico visível e legível. Aproximo-me assim de pensadores e autores diversos que apresentam recombinações teóricas comprometidas com o entendimento das estruturas de sentido e das representações que ordenam as relações e classificam o mundo social.

A perspectiva trazida por estes pensadores sofisticados com os quais travei conhecimento só veio enriquecer os estudos culturais, campo necessariamente transdisciplinar no qual se move a Sociologia da cultura. Como ficou dito no editorial do último número publicado da revista, não se trata de um conceito de transdisciplinaridade entendido como um acréscimo ou superposição de pontos de vista, cada qual emoldurado por sua própria disciplina. Este campo de estudos que vem se constituindo no Departamento de Sociologia caracteriza-se antes como um espaço de cruzamento dos saberes, travessia do discurso teórico das ciências sociais pela estética, pela mídia, pela história e pela crítica de arte e da literatura. O número especial que hoje colocamos à disposição do público, reedição do volume VIII de 1993, escolhido para marcar este evento, teve mesmo este propósito: o de promover o trânsito entre as ciências sociais e a reflexão sobre as práticas artísticas contemporâneas cada vez mais comprometidas com a pesquisa de materiais, formas e ações capazes de repolitizar as representações estéticas e a linguagem.

Toda esta digressão sobre o campo intelectual da Sociologia da cultura neste momento tardio da modernidade serviu para explicitar o sentido dos dois últimos números publicados cujos dossiês temáticos contemplam estas questões. As duas próximas publicações, dedicadas respectivamente à C&T e à Violência, retomarão as tradições mais estritas que vêm se firmando dentro do perfil editorial do periódico. Iniciada em 1986, *Sociedade e*

do perfil editorial do periódico. Iniciada em 1986, *Sociedade e Estado* tem vindo a prelo com regularidade – mesmo que com inevitáveis atrasos – e, em novembro de 93, quando assumimos, uma equipe de quatro colegas, o comitê editorial da revista, então com dois anos de atraso, sentimo-nos um pouco quixotescos e muitas vezes desestimulados para uma tarefa intelectual ao mesmo tempo fascinante, absorvente e difícil, sobretudo quando não se tinha nenhuma previsão de verbas e estratégias de financiamento. Acreditávamos somente que valia a pena tentar manter um periódico com o prestígio que já havia adquirido *Sociedade e Estado* no meio acadêmico, pelo cuidado e o rigor dos que me antecederam com a qualidade das matérias publicadas. Acreditávamos e acreditamos ainda que em um país onde a discussão de idéias é rarefeita e a produção científica dispersa, era mesmo necessário assumir o desafio e impedir que desaparecesse um espaço de debate na área de ciências sociais cujo potencial não havia ainda sido plenamente explorado.

Foi assim que chegamos a 1995 com a revista atualizada – o primeiro número do vol. X, devendo estar sendo distribuído em breve –, com apoio institucional e empresarial, como fica registrado nos logotipos que passaram a ornar a quarta capa, com um projeto gráfico requintado e com o propósito de fazer de *Sociedade e Estado* a pedra de toque do nosso departamento, um periódico procurado e disputado pelos melhores cientistas sociais do Brasil e do exterior.

Profissionalizando o processo de produção e distribuição da revista buscamos parceria com uma editora que vem se caracterizando por sua vocação em divulgar a produção intelectual universitária, a Relume-Dumará. Contamos também com o apoio da Editora da Universidade de Brasília para a divulgação no *Correio do Livro*, através do qual obtivemos uma resposta inesperadamente grande de pedidos de assinatura. Faltam ainda alguns itens para considerarmos que atingimos o nível de profissionalização e eficiência que almejamos, mas o que conseguimos já é muito e a vontade de perfeição, a obsessão de fazer bem-feito permanecerão como uma meta, mesmo que cada realização aponte para nossos limites. Mas a aprendizagem não é que se tem que continuar, apesar de?

Gostaria de finalizar com algumas palavras de agradecimento a todos os colegas que aqui acolheram esta acadêmica heterodoxa, com uma trajetória intelectual tortuosa, cujas pesquisas e resultados nem sempre aparecem de forma transparente ou apontam para um fim preciso. Agradeço também a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para tornar possível o trabalho do comitê editorial de *Sociedade e Estado*, trazendo textos, resenhas, ajudando nas revisões, *abstracts* e *resumés*; ao pessoal administrativo do SOL que acumula, além dos seus próprios, os trabalhos de correspondência, envio de remessas; aos bolsistas que atuaram como secretários.

Por último gostaria de agradecer ao departamento a confiança em mim depositada ao escolher-me para exercer uma função de tanta responsabilidade à qual tento responder dando o melhor de mim. Concluo retomando o início de minha exposição para falar da alegria por ter estado aqui participando desta comemoração, alegria que, diferentemente da honra, é sempre merecida porque vem de dentro e é autêntica, transborda e deseja ser compartilhada.

Muito obrigada.

São 25 anos de um
fazer, ensinar e aprender
uma Sociologia
duradoura, relevante
e de qualidade. Um bom
exemplo dessa boa
Sociologia deve ser
encontrado neste volume,
no qual alguns docentes
exercitam reflexão,
basicamente, sobre o
próprio programa, sobre
a Sociologia
e sobre os sociólogos.

